

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FRANCISCO ALEX DA SILVA MATOS

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR URBANO SANTOS EM TIMON-
MA (1942- 2004)**

TERESINA – PI

2023

FRANCISCO ALEX DA SILVA MATOS

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR URBANO SANTOS EM TIMON -
MA (1942-2004)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, do Centro de Ciências da Educação – CCE da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação

Orientadora: Professora Dr^a Maria do Amparo Borges Ferro

TERESINA – PI

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

M433h Matos, Francisco Alex da Silva.
História e memória do Grupo Escolar Urbano Santos em Timon-
MA (1942-2004) / Francisco Alex da Silva Matos. -- 2023.
126 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,
2023.
“Orientadora: Professora Dr^a Maria do Amparo Borges Ferro”.

1. História das instituições escolares. 2. Grupos escolares.
3. Grupo Escolar Urbano Santos. 4. Timon. I. Ferro, Maria do Amparo
Borges. II. Título.

CDD 370.9

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

FRANCISCO ALEX DA SILVA MATOS

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR URBANO SANTOS EM TIMON -
MA (1942-2004)**

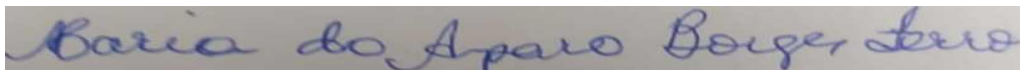
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, do Centro de Ciências da Educação – CCE da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação

Orientadora: Professora Dr^a Maria do Amparo Borges Ferro

Aprovada em: 30//03//2023

BANCA EXAMINADORA




Professora (Dr^a) Maria do Amparo Borges Ferro (UFPI/PPGED)

Presidente



Professor (Dr^o) Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti (UFPI/PPGED)

Membro Interno Titular

Documento assinado digitalmente
 ANA VALERIA MARQUES FORTES LUSTOSA
Data: 22/07/2023 16:03:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora (Dr^a) Ana Valeria Marques Fortes Lustosa (UFPI/PPGED)

Membro Interno Suplente

Assinado por: Antônio Gomes Alves Ferreira

Num. de Identificação: 05698696
Data: 2023.07.26 01:24:05+01'00'

Professor (Dr^o) Antônio Gomes Alves (UC/FPCE)

Membro Externo a Instituição

Professora (Dr^a) Alexandra Lima da Silva (UFRJ)

Membro Externo Suplente

AGRADECIMENTOS

No decorrer de minha trajetória como aluno do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, diversas pessoas contribuíram para a minha chegada até aqui, uma jornada iniciada ainda em 2020 a partir da inscrição no processo seletivo estimulado por essas mesmas pessoas que enxergavam meu potencial e que fizeram e fazem parte dessa minha vitória, com suas conversas, conselhos, tolerando minhas brincadeiras e por vezes meu ego e incentivando a minha escrita. Mas aos agradecimentos. Primeiramente, agradeço a Deus, por nos ter concedido a vida e sempre possibilitar força para superar os momentos difíceis e complexos que ao longo dessa caminhada não foram poucos.

A minha família e amigos pelo apoio incondicional, especialmente aqueles que não se encontram nesse momento para usufruir dessa alegria comigo, mas que onde estiverem com certeza estão felizes por essa minha vitória que também foi deles: minhas duas mães que tive o privilégio de ter, Antônia Virginia da Silva Matos e Socorro Virginia da Silva Matos que com suas conversas e conselhos tornavam meus dias felizes e proveitosos. Ao meu pai que mesmo numa idade avançada e doente continuou contribuindo para que eu tivesse momentos para dedicar ao meu estudo e educação.

A professora Maria do Amparo Borges Ferro pela sua orientação valiosa, através do fornecimento de material bibliográfico necessário, puxões de orelha tanto nas aulas quanto nas reuniões individuais e apoio incondicional. Também não posso deixar de falar de sua eterna paciência para receber os meus escritos e ainda mais paciência por corrigi-los. E por suas dicas que possibilitaram eu perceber os problemas de minha dissertação.

Também as reuniões e aos membros do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação que sempre cada reunião fazia com que eu me sentisse mais inteligente, visto as contribuições formativas, apresentações, discussões e debates foram relevantes como fontes de inspiração para a escrita de minha dissertação. Ao professor Ednardo e Antônio que contribuíram, com suas dicas e sugestões para melhorar minha dissertação.

Aos personagens entrevistados pela disponibilidade de tempo e aceitação em fornecer suas memórias que ajudaram a compreender a trajetória histórica do Grupo Escolar Urbano Santos de maneira satisfatória. Agradeço também ao meu amigo Givago Guedes que me direcionou ao grupo Timon Histórico do Passado e sempre ajudava perguntando as pessoas se não teriam fotografias sobre meu tema.

Aos meus amigos da instituição que trabalho que jamais me deixaram desanimar com a profissão docente e nem deixar meus instintos dominarem minha razão. A professora

Lidiane como coordenadora por ter paciência com os meus horários mesmo já tendo arrumado da melhor forma possível. A instituição que trabalho em si que permitiu a minha experiência como docente no decorrer de sete anos que exerço tal função. Ao Programa de Educação Tutorial com a professora Hilda Mara que mesmo tendo encerrado minha participação em 2014 contribuiu com o amadurecimento de minha escrita acadêmica.

A minha amiga Thayná Guedes e sua família, cuja casa sempre fui bem vindo e que sempre preparava as merendas no final da tarde para que os encontros intelectuais ficassem melhor, mesmo com suas brigas e conselhos que me dava. A meu amigo Rairan Vilanova que sempre incentivou a superação dos meus obstáculos familiares e profissionais. A minha amiga Adriana e Any que sempre contribuíram com bons conselhos. Aos meus amigos do seminário do primeiro semestre o Mestrado em Educação, em especial a Ravache pelas trocas de conversas em que ambos aproveitavam no enriquecimento bibliográfico. A Amanda que também sempre me ajudava com os conselhos importantes e que acalmaram durante o processo de seleção e entrevistado para o mestrado. A Poliana de Jesus que aos poucos foi se tornando uma pessoal especial para minha vivência.

MATOS, Francisco Alex da Silva. **HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO ESCOLAR URBANO SANTOS EM TIMONMA (1942- 2004)**:. 126 f. Programa de Pós- graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2023.

RESUMO

A pesquisa aborda os principais aspectos relacionados ao Grupo Escolar Urbano Santos de 1942 até 2004, tais como: cultura material escolar, cotidiano histórico, a relação entre os membros da instituição, tornando o estudo em torno de sua história e memória relevante devido a sua participação na educação da cidade de Timon como primeiro grupo escolar. O recorte temporal é justificado pelo ano de criação da instituição em 1942 até a finalização de suas atividades escolares em 2004. A pesquisa foi organizada partindo da seguinte problematização: como se deu a trajetória histórica do Grupo Escolar Urbano Santos da cidade de Timon-MA de 1942 até 2004? Para responder esse questionamento foram estabelecidos como objetivo geral: analisar a História e a Memória do “Grupo Escolar” Urbano Santos em Timon-MA de 1942 a 2004 e específicos: identificar a importância do “Grupo Escolar” Urbano Santos na cidade de Timon-MA; discutir os elementos que constituíam o cotidiano escolar da referida escola; examinar as memórias de agentes escolares relacionados à escola (diretores, professores, alunos e outros funcionários) e da comunidade as mediações da instituição. A pesquisa se encontra fundamentada seguindo os pressupostos teóricos metodológico da Nova História Cultural na perspectiva de Burke (2008), Le Goff (2001) e Chartier (1990), em estudos sobre a História das Instituições Escolares: Magalhães (1999), Gatti (2002), Chaloba (2019), Nossela e Buffa (2005), da História dos Grupos Escolares com Schueler e Magaldi (2008), Pinheiro (2010), Silva (2011), Filho e Vidal, (2000) e dos elementos da História oral e Memória por meio dos trabalhos de Halbwachs (1990), Alberti (1989 e 2004), Nora (1984) e Le Goff (2001) na orientação dos depoimentos dos personagens que contribuíram na constituição da identidade histórica do grupo escolar pesquisado, além das pesquisas documentais realizadas no arquivo escolar da Unidade Regional de Educação, local onde funcionava o referido grupo escolar. Ao longo dessa pesquisa foi possível compreender a relevância de manter viva a memória em torno da história da educação timonense, manifestada no estudo relacionado ao Grupo Escolar Urbano Santos como instituição pioneira no modelo de grupo escolar, evidenciando que durante as primeiras décadas de sua existência havia obstáculos a serem superados, bem como uma convivência entre alunos de diferentes classes sociais no espaço escolar, um contexto que foi mudando à medida que novas escolas de educação primária foram surgindo.

Palavras –Chaves: História das instituições escolares, grupos escolares, Grupo Escolar Urbano Santos, Timon

MATOS, Francisco Alex da Silva. **HISTORY AND MEMORY OF THE URBANO SANTOS SCHOOL GROUP IN TIMON MA (1942- 2004)**. 126 f. Postgraduate Program in Education, Center for Education Sciences, Federal University of Piauí, 2023.

ABSTRACT

The research addresses the main aspects related to the Grupo Escolar Urbano Santos from 1942 to 2004, such as: school material culture, historical daily life, the relationship between the members of the institution, making the study around its history and memory relevant due to its participation in the education of the city of Timon as the first school group. The time frame is justified by the year of creation of the institution in 1942 until the completion of its school activities in 2004. The research was organized starting from the following problematization: how was the historical trajectory of the Grupo Escolar Urbano Santos from the city of Timon-MA de 1942 to 2004? To answer this question, a general objective was established: to analyze the History and Memory of the “School Group” Urbano Santos in Timon-MA from 1942 to 2004 and specific: to identify the importance of the “School Group” Urbano Santos in the city of Timon-MA ; discuss the elements that constituted the school routine of the referred school; examine the memories of school agents related to the school (principals, teachers, students and other employees) and the community surrounding the institution. The research is based on the methodological theoretical assumptions of the New Cultural History from the perspective of Burke (2008), Le Goff (2001) and Chartier (1990), in studies on the History of School Institutions: Magalhães (1999), Gatti (2002), Chalob (2019), Nossela and Buffa (2005), the History of School Groups with Schueler and Magaldi (2008), Pinheiro (2010), Silva (2011), Filho and Vidal, (2000) and elements of oral history and Memory through the works of Halbwachs (1990), Alberti (1989 and 2004), Nora (1984) and Le Goff (2001) in guiding the testimonies of the characters who contributed to the constitution of the historical identity of the researched school group, in addition to the research documents carried out in the school archive of the Regional Education Unit, where the aforementioned school group operated. Throughout this research, it was possible to understand the importance of keeping alive the memory surrounding the history of Timorese education, manifested in the study related to Grupo Escolar Urbano Santos as a pioneering institution in the school group model, showing that during the first decades of its existence there were obstacles to be overcome, as well as coexistence between students from different social classes in the school space, a context that has been changing as new primary schools have emerged.

Keywords: History of school institutions, school groups, Grupo Escolar Urbano Santos, Timon

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Cargos e outras providências.....	52
Figura 2 – Mapa da localização da cidade de Timon	60
Figura 3- Grupo Escolar Urbano Santos 1957	70
Figura 4- Boletim do Grupo Escolar Urbano Santos.....	74
Figura 5- Certificado do Grupo Escolar Urbano Santos 1979	75
Figura 6- Certificado de Ensino Primário	76
Figura 7 – Visita do governador Matos Carvalho a cidade de Timon.....	82
Figura 8 - Solicitação de Manutenção e Estrutura Escolar	85
Figura 9 – Movimento Mensal de Pessoal 1993.....	87
Figura 10- Resultado Final das Avaliações 1968	89
Figura 11 – Matriz Curricular do 1º Grau de 1987	92
Figura 12 – 1º Comunhão do Grupo Escolar Urbano Santos	94
Figura 13 – Alunos do Grupo Escolar Urbano Santos 1960.....	96
Figura 14- Alunos no desfile do Grupo Escolar Urbano Santos	97
Figura 15 - Slogam do Projeto de Leitura de 1985.....	104
Figura 16 – Urbano Santos (1922).....	122
Figura 17 – Aviso externo ao Grupo Escolar Urbano Santos	123
Figura 18 – Resultado das Provas do Grupo Escolar Urbano Santos (1970).....	124
Figura 19 – Aviso de Instalação da Secretaria Municipal de Educação	125
Figura 20- Programa para o Ensino Primário para as escolas do Maranhão.....	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participantes da entrevista.....	15
Quadro 2 - Currículo dos grupos escolares do Maranhão.....	43
Quadro 3 - Matriz Curricular – Ensino Primário do G.E Urbano Santos	78
Quadro 4 - Matriz Curricular – Projeto Minerva do G.E Urbano Santos	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrículas totais no ensino primário (1970-1973) -----66

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. OS CAMINHOS DA PESQUISA	17
3. OS GRUPOS ESCOLARES, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E INSITUIÇÕES ESCOLARES	24
3.1. Grupo escolar: um desejo de modernização na educação brasileira	31
3.2. Grupos escolares no Maranhão	40
4 A CIDADE DE TIMON, EDUCAÇÃO E O COMEÇO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO GRUPO ESCOLAR URBANO SANTOS.....	59
4.1. A educação timonense ao longo do tempo	62
4.2. Grupo Escolar Urbano Santos em construção: um novo modelo de educação na cidade de Timon	69
5 UMA CULTURA ESCOLAR EM FORMAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DA ESPECIFICIDADE DO GRUPO ESCOLAR URBANO SANTOS (1942 ATÉ 2004)	81
5.1: O Cotidiano do Grupo Escolar Urbano Santos (1960-1990)	93
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERENCIAS.....	116
ANÊXOS	121

1. INTRODUÇÃO

Pesquisar a história das instituições escolares, reconhecidas ao longo do tempo como espaços sociais destinados ao ensino-aprendizagem, a formação de cidadãos e a criação de princípios voltados para construção do caráter, reflexão e criticidade, mas também como espaços propagadores da diferenciação entre grupos sociais têm sido significativo, por oferecer conhecimentos sobre os interesses e valores envolvidos na criação de uma escola, pensamento pedagógico de cada época, suas contribuições e significados para uma determinada sociedade, bem como os impactos das políticas oficiais de educação no contexto institucional e social.

Esta pesquisa aborda os principais aspectos relacionados a história e memória do Grupo Escolar Urbano Santos¹, a saber, cultura material escolar, cotidiano histórico, a relação entre os membros da instituição. O recorte temporal se justifica pelo ano de criação do Grupo Escolar em 1942 de acordo com as informações disponíveis no Diário Oficial do Maranhão ano XXXVII nº 76, de 15 de Abril de 1942 no Bairro Centro em Timon-MA, oferecendo o Ensino Primário, correspondente a antiga (1ª a 4ª série) até 2004 quando o grupo escolar encerra suas atividades como escola, sendo substituída primeiramente pelo polo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e posteriormente pela Unidade Regional de Educação (URE).

O interesse pela pesquisa está na relevância grupo escolar que desde 1942 contribuiu na Educação Pública de Timon-MA, se constituindo como o primeiro grupo escolar desta cidade, tornando importante possibilitar o conhecimento e a valorização de sua história. Para tanto foi proposta a seguinte problematização: Como se deu a trajetória histórica do Grupo Escolar Urbano Santos da cidade de Timon-MA de 1942 até 2004? Para responder a esse questionamento foi estabelecido como objetivo geral: analisar a História e a Memória do Grupo Escolar Urbano Santos em Timon-MA de 1942 a 2004 e específicos: identificar a importância do “Grupo Escolar” Urbano Santos na cidade de Timon-MA; discutir os elementos que constituíam o cotidiano escolar da referida escola; examinar as memórias de agentes escolares relacionados à escola (diretores, professores, alunos e demais funcionários) e da comunidade as imediações da instituição.

A Pesquisa sobre a história e memória do Grupo Escolar Urbano Santos em Timon-MA (1942-2004) está embasada na nova história cultural que tem contribuído principalmente

¹ Urbano Santos da Costa Araújo (1859-1922) foi um jurista e promotor e político brasileiro. Na carreira política foi deputado federal de 1897 a 1905, governador (1913) e senador (1906-1913) do Maranhão em 1913 e vice-presidente do Brasil entre 1914 e 1918.

com a descoberta e exploração de uma variedade de temas relacionados à história e a história da educação, ampliando os horizontes de diferentes pesquisadores, proporcionando ainda o surgimento de críticas a história tradicional, baseada apenas na utilização de fontes de origem legais/governamentais, evidenciando sua limitação na obtenção de conhecimentos aprofundados sobre uma determinada pesquisa (Burke, 2008).

De acordo com (Le Goff, 2001), a nova história cultural entre outras modificações, defende e valoriza uma história baseada numa multiplicidade de documentos e fontes, favorecendo a obtenção de mais informações relacionadas a certo tema de estudo. A nova história cultural foi utilizada nesta pesquisa devido à valorização de objetos antes considerados pouco significativos na história e na história da educação, que nesse viés temos a história das instituições escolares, voltada para a pesquisa sobre a história e memória do Grupo Escolar Urbano Santos,

A nova história cultural (Chartier, 1990) também é apresentada como uma luta para a consolidação de representações em torno de uma ideologia, regime político, ideia de mundo e de sociedade. Uma representação capaz de influenciar a organização da educação no geral e das instituições escolares, como a do Grupo Escolar Urbano Santos de maneira específica, mas que ao vivenciar mudanças temporais, políticas e econômicas outras representações podem surgir e iniciar seu processo de consolidação e substituição gradativa. Entre outras palavras a nova história cultural seria uma forma “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler e ser interpretada” (Chartier, 1990, p. 17).

Penetrar nesse grupo escolar singular através de sua cultura escolar, manifestada nos documentos internos e externos expedidos, nas entrevistas com os agentes que contribuíram na formação de sua história permitiu o surgimento de informações relevantes sobre o seu cotidiano histórico, proporcionando evidenciar avanços, retrocessos, dificuldades e práticas de ensino, fornecendo conhecimentos, inclusive, em torno da organização educacional brasileira e em específico da cidade de Timon.

Uma escola ao ser construída passa a ser um componente da cidade, bairro, país e da vida das pessoas, influenciando seu dia a dia com sua própria rotina de ensino-aprendizagem e articulação com a comunidade as imediações. E ao se pesquisar uma escola que permaneceu 62 anos em atividade até ser substituída por novas instituições administrativas e educacionais públicas em 2004 é uma forma de buscar perceber também como a sociedade de Timon era nessa época e as especificidades que tal instituição escolar deveria manter para atender os habitantes da cidade.

A construção do objeto de estudo da pesquisa perpassou pelas memórias dos personagens que contribuíram direta ou indiretamente na constituição da trajetória histórica do Grupo Escolar Urbano Santos orientado pelo recorte temporal de 1942 até 2004, mas que dada a uma questão de operacionalização satisfatória das memórias, os depoimentos foram realizados pautados entre os anos (1970-2003). A memória é um fator inerente ao ser humano, pois permite a conservação de conhecimentos relacionados a temas, contextos e vivências, aspectos essenciais para a manutenção da identidade de um indivíduo ou grupos de indivíduos. Logo, os ex professores, ex-alunos, ex-diretores e ex-funcionários foram fundamentais com suas lembranças fundamentadas em um referencial teórico e documental construído gradativamente no decorrer da pesquisa.

Partindo do pressuposto da necessidade de articulação entre a pesquisa documental e as fontes orais foi preciso também destinar um momento para apresentar os entrevistados (personagens) como uma forma de respeito e reconhecimento de sua importância na construção desse estudo, materializada nas suas memórias que foram criadas ao longo do tempo de sua permanência e participação nas atividades referentes ao dia a dia do grupo escolar.

Quadro 1 – Participantes da entrevista

Nome	Categoria	Ano de atividade
Luís Paulo Santos Costa	Ex-estudante	1998-2001
Antônio Oliveira Costa Filho	Ex-estudante	1993-1995
Ivan dos Santos Costa	Ex-estudante	1991-1995
Valeria Cavalcante Lemos Maranhão	Ex-estudante	1971-1975
Maria Dulce Pinheiro Serra	Ex-estudante	1970-1974
Cleia Maria	Ex-diretora	Não recorda

Fonte: elaborado pelo autor

Os entrevistados, especialmente ex-estudantes e uma ex-diretora do grupo escolar concordaram a partir da assinatura de um termo de permissão no uso de suas memórias em contribuição a escrita dessa dissertação e posterior uso em artigos. Foram seis personagens selecionados seguindo o recorte temporal da pesquisa, com as entrevistas realizadas em seus respectivos locais de trabalho ou moradia para transcrição, análise e interpretação, possibilitando conhecimentos que foram articulados com outras fontes encontradas sobre a instituição.

Uma escola vivencia diferentes transformações de sua estrutura organizacional, influenciando suas tradições e os métodos de aprendizagem utilizados, pois tais mudanças são

reflexos da sociedade e de uma época. Logo, a dissertação está organizada em sessões e tópicos orientados pela sequência abaixo:

Introdução que destaca as primeiras informações sobre a pesquisa, justificativa, interesse pelo estudo, os objetivos e questão norteadora;

A Seção I - Os caminhos da pesquisa apresentam a fundamentação metodológica que auxiliou no processo de orientação e construção da pesquisa.

A Seção II - Os Grupos Escolares, História da Educação e Instituições escolares e seus tópicos trazem conhecimentos em relação a fundamentação teórica da história da educação e instituições escolares, bem como da consolidação dos grupos escolares brasileiros e maranhenses como símbolos da inovação e modernidade na concepção dos representantes republicanos.

A Seção III – O Começo do Processo de Construção do Grupo Escolar Urbano Santos e seus tópicos abordam temas relacionados aos aspectos históricos e educacionais da cidade de Timon, visto a necessidade de traçar informações sobre a localidade na qual a escola, fonte da pesquisa se encontra inserida e aos primeiros passos da instituição escolar pesquisada, sua criação, arquitetura e as atividades vinculadas ao grupo escolar.

A Seção IV - Uma Cultura Escolar em Formação: a constituição da especificidade do Grupo Escolar Urbano Santos (1942 até 2004) e seus tópicos abordam temas sobre o cotidiano histórico da instituição pesquisada, a rotina dos alunos nas salas de aula, as práticas realizadas pelos alunos e demais funcionários do grupo escolar ao longo do recorte temporal da pesquisa.

Considerações Finais foram capazes de revelar a contribuição do Grupo Escolar Urbano Santos na cidade de Timon, como instituição escolar pioneiro no modelo de ensino primário na cidade, evidenciando que durante as primeiras décadas de sua existência havia convivência entre diferentes classes sociais, já que tanto membros da elite de Timon e os alunos de origem humilde frequentavam os mesmo espaço escolar. Um contexto que foi mudando a medida que novas escolas de educação primaria foram surgindo em Timon.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Essa seção trás os elementos que permitiram a fundamentação metodológica que auxiliou no processo de orientação e construção da pesquisa sobre o Grupo Escolar Urbano Santos.

Durante o estudo foi estabelecido um percurso metodológico condizente com os aspectos históricos relacionados à história e a memória do Grupo Escolar Urbano Santos através de uma pesquisa qualitativa de abordagem descritiva. Para Richardson (1999), a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção limitada a medidas quantitativas de características ou relacionada a comportamentos.

Os documentos na construção da pesquisa foram sendo obtidos à medida que o arquivo do grupo escolar foi visitado e os depoimentos orais foram colhidos e interpretados, onde o protagonismo de tal documentação foi criado gradativamente, ou seja, no decorrer do aprofundamento da pesquisa e de sua posterior escrita. Os níveis de protagonismo de tais fontes ocorreram de maneira diferenciada, pois houve momentos que documentos, tais como: memorandos, ofícios correspondências escolares internas e externas, fotografias, caderno de notas foram essenciais devido a serem os primeiros analisados e em outro momento com as entrevistas orais contextualizadas com a documentação supracitada tomando às vezes de protagonista na completude da referida pesquisa. .

Para (Rodrigues, 2010), a pesquisa histórica, mesmo que em História da Educação exige do pesquisador domínio do conteúdo histórico e pressupõe o prévio conhecimento da metodologia do trabalho científico, compreendido como a capacidade de conhecer e utilizar técnicas, instrumentos de coleta e procedimentos para a análise das fontes coletadas, referentes a um determinado objeto de estudo, reconhecendo que o processo histórico é um espiral, na qual o historiador se encontra no centro, no interior do campo histórico.

A capacidade do pesquisador que trabalha com a história das instituições escolares, uma habilidade adquirida ao longo de sua formação acadêmica e experiência profissional deve permitir a organização e seleção de fontes diversificadas, já que nos arquivos das escolas há diferentes tipos de documentos, tendo o pesquisador que escolher o melhor instrumento de coleta de dados de acordo com a documentação encontrada e com as características de sua pesquisa. A análise das fontes que foram selecionadas a partir do contato com os arquivos e

também pela voz dos personagens que participaram da criação dessas fontes precisa ser realizada de maneira articulada com os conhecimentos teóricos e com as informações oriundas dos próprios arquivos.

A pesquisa se mostrou favorável ao uso da história oral como forma de possibilitar o resgate das memórias dos agentes escolares (Professores, alunos e diretores) sobre os aspectos da trajetória histórica do Grupo Escolar Urbano Santos na cidade de Timon - MA. Desse modo, (Alberti, 2004) esclarece que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que envolve a realização de entrevistas com sujeitos que participaram ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, permitindo assim a aproximação do objeto de estudo proposto.

Nesse sentido, os ex-alunos, ex-professores e ex-diretora que forneceu suas vivências relacionadas ao Grupo Escolar Urbano Santos foram selecionados respeitando o lugar social e identitário de fala (Rovai, 2021) que cada indivíduo da pesquisa possuía/possui durante sua permanência na instituição. Nisso, foi possível perceber semelhanças e diferenças nas palavras obtidas no decorrer das entrevistas, visto que cada depoente pertencia a um lugar e tempo de fala diferente que foi percebido ao serem escolhidos, tendo como critério sua função na instituição.

A história oral como metodologia de pesquisa tem sido utilizada recentemente na academia, direcionada na maior parte das vezes a uma condição marginalizada em relação as pesquisas historiográficas. O seu nascimento se dá na metade do século XX como uma técnica de produção de documentação histórica, criada por Alan Nevis em 1948, historiador da Universidade de Columbia, que começou a gravar depoimentos de pessoas consideradas importantes na vida americana de uma concepção apenas de criação de documentos para historiadores usarem posteriormente até a sua ampliação para um corpo teórico e metodológico que possibilitasse voz aos indivíduos marginais. (Sarat; Santos, 2010, p. 49).

A história oral foi estruturando seus mecanismos teóricos-metodológicos ao longo do tempo, mas não sem resistências de uma classe de pesquisadores que não observava como fonte confiável. A história oral através da formação de uma documentação escrita após a transcrição de entrevistas possibilita a criação de fontes para serem utilizadas em pesquisas sobre variados temas além de não permitir que as memórias dos personagens que forneceram um momento de sua disponibilidade e suas lembranças sejam mantidas no limbo do esquecimento.

A história oral trabalha essencialmente com a representação e a memória, proporcionando a interpretação do passado vivido, além de suprir as carências de informações

das fontes escritas ou oficiais e valorizar o contato com os elementos subjetivos implícitos nas narrativas, rompendo silêncios existentes. Para tanto, a configuração da relação de confiança entre entrevistador e entrevistado é de extrema importância em que a necessidade de saber ouvir se faz presente. A História Oral apresenta desafio que devem direcionar a atenção do pesquisador conforme discorre (Lopes; Galvão, 2010, p. 77):

A História Oral, muitas vezes considerada simples pelos pesquisadores, propõe na verdade vários problemas. Primeiro, há a imprevisibilidade e não controle da situação, o que requer do pesquisador disposição e habilidade para escuta. Em muitos casos, é necessário relativizar as respostas dadas pelos entrevistados. Sabe-se que a memória é seletiva, que os depoimentos mudam com o tempo e que os e que os entrevistados falam o que imaginam que devem falar para aquele interlocutor específico, sobre o qual criam certas expectativas e ao qual atribuem determinadas características.

Para (Alberti, 1990), o entrevistador durante a gravação de um depoimento deve destinar o máximo de atenção para as palavras do entrevistado, contribuindo para estimular o interesse dele em falar. Dessa forma, é necessário evitar desvios no olhar para as anotações e gravador, interrupções que comprometem a viabilização da entrevista. O entrevistado precisa entender que suas palavras estão sendo valorizadas pelo entrevistador e desvios de atenção podem ainda despertar um sentimento de desrespeito pelo depoente, podendo inclusive causar o cancelamento da entrevista por parte do depoente.

As fontes orais utilizadas nessa dissertação foram criadas por meio do diálogo entre historiador e entrevistados através do estímulo realizado pelo historiador as lembranças de significado dos depoentes. (Portelli, 2016). É nesse momento que o historiador precisa compreender a relevância de um roteiro de perguntas flexível, pois a entrevista ao fluir por vezes não apresenta os aspectos esperados pelo entrevistador, havendo a necessidade de observar além do que está implícito nas entrevistas por meio da conexão com outras fontes oficiais ou pessoais.

As entrevistas de história oral exigem do pesquisador dedicação e preparo para que não se esgotem na gravação dos depoimentos e transcrição das entrevistas, sendo que os documentos obtidos, através desse método precisam ser interpretados e analisados a partir dos objetivos da pesquisa. Assim, a função do entrevistador é estimular a participação do entrevistado e tomar certos cuidados para essa metodologia não se tornar um fim em si mesmo.

A história oral é uma história dos eventos, uma história da memória e da interpretação dos eventos por meio da memória, essa entendida não apenas como um depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado.

(Portelli, 2016, p. 18). Numa interpretação dos eventos não é possível realizar uma reconstrução fiel do que ocorreu com personagens que vivenciaram contexto relacionado a uma instituição escolar, episódio ou realidade sociocultural.

As narrativas construídas através da história oral orientadas pelas memórias de personalidades em torno de um determinado evento são fontes constantes de conhecimento e interpretações, permitindo a criação de significados variados ao longo dos diálogos entre o entrevistado e entrevistador, materializado numa escrita de artigo, dissertação ou mesmo tese. Uma memória não permanece inflexível ao longo do tempo, mas à medida que recebe certo grau de observação e análise, novos conhecimentos e representações podem surgir revelando aspectos até então desconhecidos sobre o próprio testemunho.

De acordo com (Portelli, 2016), a história oral não está relacionada com um contexto somente, mas também com o lugar e o significado que tal contexto possui na vida dos narradores. Logo, os depoimentos dos entrevistados que presenciaram ou mesmo vivenciaram situações em torno do cotidiano do Grupo Escolar Urbano Santos foram selecionados partindo além do fato de terem pertencido a realidade da instituição, da importância que o grupo escolar teve em suas trajetórias escolares e de vida com cada memória interpretada fornecendo um conhecimento diferente.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, esses foram a entrevista de história oral temática com os ex- professores, ex-diretores e ex-alunos ou mesmo pais de ex-alunos que participaram da construção da identidade do Grupo Escolar Urbano Santos através de suas vozes contendo informações relevantes sobre os aspectos da referida instituição escolar. Logo, De acordo com (Alberti, 1989) essa modalidade de entrevista torna-se necessária na pesquisa por privilegiar o estudo de um tema específico. Os cadernos de professores, matrizes curriculares, atas de alunos, memorandos e ofícios expedidos, tanto internos quanto externos foram utilizados como fontes de informações primárias ao lado dos depoimentos obtidos junto às entrevistas.

Dessa forma, as pesquisas históricas demandam ainda um intenso trabalho bibliográfico-documental (Richardson, 1999) percebido na necessidade de empreender consultas nos trabalhos teóricos sobre a história das instituições escolares, dos grupos escolares e de documentos da escola pesquisada, esses últimos encontrados no arquivo escolar, que segundo (Medeiros, 2003) é um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas e privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas. A relevância desse tipo de arquivo para a referida pesquisa foi o de ajudar a

construir e organizar a história e memória da instituição supracitada, permitindo conhecer a realidade, cotidiano.

Uma escola, uma cidade, uma região, ou até mesmo um país durante sua existência e evolução constroem documentos que tem como principal característica auxiliar no processo de constituição de sua identidade, contribuindo na sua especificação diante de outras realidades. Contudo, é preciso observar documentos criados não apenas da perspectiva escrita oficial, mas também aqueles produzidos de forma impessoal por meio da convivência entre pessoas comuns, tanto escritos quanto orais, já que um documento é a criação de uma época e de uma população específica, devendo ser analisado com tais propriedades e sobre a luz de seu contexto.

Desse modo, a medida que uma determinada instituição constitui sua identidade e sua cultura, documentos são criados, sempre considerando o seu local de configuração e ao serem analisados por diferentes pesquisadores fornecem conhecimento necessários a compreensão do seu passado a partir de uma problemática que surge no presente. A história de uma instituição escolar está articulada com o tipo de cidade e sociedade a qual está inserida, tendo seu pensamento pedagógico e estrutural vivenciando mudanças no decorrer das diversas transformações também empreendidas por uma localidade/comunidade.

A história é inseparável do historiador com o olhar e aprendizagem relacionada a uma fonte antiga escrita ou imagética a ser obtida por meio de uma pergunta que é realizada ao mesmo. A partir daqui, o ato de observação/leitura não mais será visto como um ato inocente, visto que já se constituiu como um fator de busca, de algo a ser esperado, condicionado por uma perspectiva que o antecede. (Barros, 2010, p. 111). A história é sempre um trabalho de leitura e questionamento de fontes diversificadas com o objetivo de encontrar conhecimentos relevantes que permitem desvendar as nuances sócio históricas de um tempo e espaço.

É recomendável um olhar crítico do historiador diante das diferentes análises documentais para não cair em equívocos positivistas, visto que mesmo diante de documentos legais, que foram criados sob uma ótica, pública ou de instituição privada, tais fontes trazem apenas um aspecto do que é pesquisado, tendo o historiador que observar outros tipos de documentação e confrontar as informações encontradas, pois como um documento é criação de determinada época e sociedade, essas fontes não estão isentas de uma representação do grupo que está ou estava no poder, uma vez que para (Bacellar, 2008) um documento não é neutro e sempre carrega a opinião da pessoa e/ou do órgão que o construiu ou que participou de sua construção, um fator que envolve ainda o correto manusear dos documentos e cuidados:

O trabalho com documentos de arquivo exige precauções. Acumulados há décadas ou séculos, juntaram poeira, fungos e esporos que facilmente podem provocar alergias e, mais excepcionalmente, infecções. Todo cuidado, portanto, é pouco. O uso de luvas, máscaras e aventais, exigidos em alguns poucos arquivos, deveria ser naturalmente obrigatório, como prevenção da saúde do consulente e como forma de favorecer a preservação do papel. Sabe-se, hoje, que o simples suor de uma mão pode ser bastante prejudicial às fibras do papel, e convém evitá-lo. (Bacellar, 2008, p.54)

O adentrar num arquivo seja escolar ou de outra natureza em busca de conhecimentos para fundamentar e mesmo construir uma pesquisa não é um trabalho simples, de chegar e encontrar o documento que precisa a disposição do pesquisador, havendo a necessidade de observar com um olhar atento, diferentes documentações, procurando articular o conhecimento obtido nesses espaços com o referencial teórico e metodológico adequado. Além desses fatores é importante a utilização do arquivo de uma maneira segura por meio dos instrumentos adequados, luvas e máscaras, impedindo doenças respiratórias e alergias, possibilitando com o que o trabalho de busca e análise dos documentos ocorra de maneira satisfatória.

Os documentos sejam escritos ou orais passam por uma periodização que na afirmação de (Rodrigues, 2010, p.41) resulta de uma reflexão sobre permanências e mutações nos modos de produção e nas formas de organização que as sociedades adotam num dado espaço e tempo. Assim, em cada período histórico são produzidos inúmeros documentos que dão conta do processo histórico. É primordial observar e definir claramente que tipos de documentos serão analisados para entender um dado período histórico.

Cada documento em torno do grupo escolar dessa pesquisa de acordo com o recorte temporal possui um aspecto de sua história, pois de 1942 até 2004 é uma recorte de tempo relativamente longo com sua produção e estudo auxiliando na compreensão das transformações e permanências estruturais da instituição. Com isso, foram percebidas diferentes características que o Grupo Escolar Urbano Santos apresentou durante sua trajetória histórica, os número de alunos, obstáculos sobre reformas na estrutura física, os professores e funcionários que frequentavam o grupo escolar, os conhecimentos que eram ensinados e o nível de articulação com a comunidade.

Os arquivos escolares e os depoimentos ancorados na história oral possibilitaram o reconhecimento da instituição pesquisada como pioneira na inserção do modelo de grupo escolar na cidade de Timon, ou seja, uma escola criada sobre os pressupostos da modernidade e inovação, tendo um ensino primário voltado para a população timonense independente de condição social ao menos no que era defendido pelo seu programa e professores. Os

documentos analisados por meios do arquivo da Unidade Regional de Educação, local que funcionava o grupo escolar em conexão com os depoimentos orais permitiram a construção da pesquisa de maneira integral e satisfatória.

3. OS GRUPOS ESCOLARES, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Nessa seção serão discutidos os principais conhecimentos em relação à fundamentação teórica da história da educação e instituições escolares, bem como da consolidação dos grupos escolares brasileiros e maranhenses como símbolos da inovação e modernidade na concepção republicana. Tais aspectos constituem uma articulação da pesquisa com os pressupostos teóricos bibliográficos da temática abordada.

As pesquisas em história das instituições escolares têm possibilitado o conhecimento em torno de diversos aspectos relacionados às escolas brasileiras orientadas por fatores que auxiliam no processo de construção da identidade específica de uma instituição escolar formada por rituais de entrada e saída, comemorações cívicas, exercícios, metodologia dos professores, mobiliários, fotografias. O estudo sobre a história das instituições escolares, tendo como destaque os grupos escolares, esses apesar de possuírem uma metodologia de pesquisa própria e consolidada são articulados pela ampliação das pesquisas em história da educação e de história das instituições escolares ao longo do tempo.

A história da educação como um campo de pesquisa no Brasil segundo (Lopes; Galvão, 2010), tem sua constituição a partir das décadas de 50 e 60 do século XX por meio do levantamento de fontes. Dessa forma, o Centro Brasileiro de Pesquisas educacionais e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, vinculados ao Instituto de Estudos Pedagógicos (INEP) vinham contribuindo no desenvolvimento e consolidação da pesquisa na área de história da educação. Depois as produções foram transferidas para os programas de Pós-Graduação em Educação criados nos anos de 1970.

Durante as décadas de 1980 e 1990 houve diversas iniciativas que possibilitaram a criação de espaços de intercâmbio na produção de temas relacionados à história da educação e conseqüentemente da história das instituições escolares através de eventos e periódicos especializados como: o Grupo de Trabalho de História da Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a fundação do grupo de estudos História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), além do surgimento de associações estaduais de história da educação, destacando ainda a realização de seminários e congressos ligados na área.

Embora houvesse um dinamismo e inovações nas pesquisas na área foram percebidas dificuldades, pois as explicações dos fenômenos educacionais passados oriundos dessas pesquisas eram descontextualizadas de outros aspectos da época em que estavam situados,

mantendo a atenção voltada para os fatores oficiais. Para o Brasil, as tentativas de articular a educação com fatores ligados a história econômica, social e política do país era recente, ressaltando que como fenômeno cultural, a educação perpassa por vários contextos da sociedade, que analisada nessa perspectiva poderia enriquecer e aprofundar os estudos relacionados a história da educação e história das instituições escolares.

Para (Ferro, 2009), ao historiador da educação é atribuído à missão dupla e desafiadora de lidar com as dimensões das ciências históricas e com a educação, complexa por sua constituição dentro de uma organização social. Desse modo, observa-se que as pesquisas em história da educação para serem efetivas requerem do pesquisador certo domínio das metodologias e teorias referentes às práticas historiográficas. Além da necessidade de familiarização com a educação, suas especificidades, importância e manifestações em épocas diferentes e em cada sociedade. Logo, a história das instituições escolares como objeto da história da educação pode permitir o conhecimento sobre os principais fatores das escolas que permitira a configuração de sua identidade.

As pesquisas em história das instituições escolares fundamentadas a partir da história da educação devem ser capazes de construir, na medida do possível, uma análise histórica destas instituições que ao longo dos anos foram/são responsáveis por educar, formar e instruir cidadãos, considerando fatores particulares e organizacionais, os valores e interesses semelhantes e/ou contraditórios que transitam no seu interior ao longo de sua história. Enfim, saber o sentido e significância que uma determinada escola tem para a sociedade que a gerou e as mantém sem, contudo, esquecer a contextualização com aspectos históricos e sociais mais amplos.

A história das instituições escolares tem despontado a partir do século XX com temas de pesquisa no interior da história da educação conforme visto no decorrer desse tópico. O interesse pelo estudo sobre a história das escolas brasileiras e seu resgate através da observação do seu cotidiano histórico tem contribuído para compreender o lugar das escolas consolidado na sociedade como responsável pela formação educacional, humana e cultural das pessoas que tiveram suas necessidades de aprendizagem atendidas. Logo, (Chaloba, 2019) afirma que:

A história das instituições escolares e educacionais têm ocupado lugar relevante na história da educação desde a constituição do campo em meados do século XX até a atualidade. Seminários, academias, liceus de artes e ofícios, colégios confessionais ou públicos, masculinos ou femininos, patronatos, escolas normais, faculdades, entre outros, têm sido historicizados de diferentes formas e abordagens. Contudo, nas duas últimas décadas, em meio a essas instituições caracterizadas pela excepcionalidade, seja pelo critério do pioneirismo ou da relevância, nota-se o despontar dos grupos

escolares como novo tema de investigação reconfigurando o lugar da escola primária na história das instituições educativas e redefinindo novos objetos, questões de pesquisa, fontes e conceitos. (Chaloba, 2019, p.2)

A história das instituições escolares é abordada de diferentes maneiras, pois cada escola, liceu, academia, faculdade apresenta elementos específicos que permitem a constituição de uma história única e singular. Apesar de algumas escolas possuírem características curriculares relativamente semelhantes, modalidades de ensino, o seu cotidiano escolar pertence apenas a sua cultura escolar, essa construída ao longo da vivência das instituições escolares com diferentes realidades, contextos e personagens, tanto externos quanto internos.

Para compreender o passado de uma escola é preciso realizar uma interdisciplinaridade entre a análise histórica, sociológica e psicológica, pois é necessário superar a ideia de conhecimentos obtidos apenas nos discursos, programas e currículos oficiais, práticas e métodos pedagógicos. É preciso entender como professores e alunos reconstruíram suas experiências escolares, constituíram suas relações, estratégias e significações. (Sousa, 2000).

A história das instituições escolares tenta investigar aquilo que ocorre no interior das escolas para obter um conhecimento profundo e relevante desses espaços destinados ao processo de ensino e aprendizagem por meio de componentes que lhes conferem uma identidade única no cenário social. Isso poderá ser possível através de documentos pertencentes a estas instituições tais como: ofícios, memorandos, caderno de anotações, relatórios, regimentos e de depoimentos orais de participantes do seu processo de formação. (Gatti, 2002)

De acordo com (Magalhães, 1999), a instituição escolar não se encontra estática e nem sua percepção de conjunto pode ser obtida através de uma única fonte, embora a primeira vista a história de uma instituição escolar seja construída a partir de um olhar externo. É, todavia, à medida que o pesquisador dessa área adentra seu universo por meio de conhecimentos que lhe permitam uma análise sistemática, sob um mesmo grupo de fenômenos, tais como: relações estabelecidas, contexto de sua implantação e organização material que o pesquisador poderá estabelecer uma hipótese e problema nos estudos sobre a história das escolas.

As instituições escolares no decorrer de sua trajetória histórica vivenciam fenômenos sociais e culturais semelhantes, mas que ao serem observados e analisados permitem entendimentos distintos sobre cada escola brasileira. As instituições escolares a medida que se

consolidam numa comunidade moldam os fenômenos educacionais que ocorrem no seu interior para adaptarem-se a realidade que estão inseridas, tanto a nível regional como no âmbito nacional. Logo, as tradições, normas, regimentos e regras de comportamento e aprendizagem são fenômenos socioculturais apreendidos no seu dia a dia e que influenciam a formação da história das escolas.

As pesquisas em história das instituições escolares perpassam ainda por uma dimensão temporal como mecanismo de orientação e estruturação, pois pesquisadores que realizam estudos nessa temática estão à frente de indagações sobre o período de tempo abrangido nos diálogos. Assim compreende-se que trabalhar como a história de uma instituição escolar não é permanecer no presente em que a mesma se encontra, mas analisar, interpretar e compor os principais relatos que seus diferentes momentos de existência possibilitaram construir (Werle, 2007).

Nesse sentido, percebe-se que as instituições escolares passam por transformações ao longo dos anos na sua estrutura organizacional como reformas, ampliações e intervenções influenciadas pela modernização dos projetos educacionais e da legislação vigente no período. Dessa forma, é necessário observar que tais mudanças por vezes são encaradas como uma forma de desvalorização do passado educacional e das memórias consolidadas, especialmente pelas pessoas que estudaram ou trabalharam numa determinada instituição escolar durante muito tempo.

O historiador da educação ao adentrar uma instituição escolar por meio da investigação de seu passado constrói uma narrativa norteada por um recorte temporal específico que surge de uma problemática no presente e constituída a medida que as informações sobre sua trajetória histórica podem ser obtidas através de sua cultura escolar, que de acordo com (Julia, 2001) é entendida como conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e o conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo a época e finalidades sejam religiosas, sociais e políticas.

Para (Magalhães, 2005), a história das instituições escolares é um domínio do conhecimento em constante renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórica metodológica e de alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar.

Pesquisar a história das instituições escolares requer ainda entendê-las como espaços que acumulam comunicações, diversas tomadas de decisões, participação e acima de tudo,

cooperação. As instituições escolares são organismos complexos que inseridas em um contexto social amplo constroem sua importância a partir das relações materiais e simbólicas existentes entre os seus sujeitos internos e externos, da significância e do seu papel perante a sociedade. Com isso, a investigação satisfatória e coerente em torno destas instituições só poderá ser concretizada ao considerar as conjunturas supracitadas durante o desenvolvimento da pesquisa.

Para (Nosella; Buffa, 2005), apesar da importância e reconhecimento em torno da temática é necessário voltar à atenção para os perigos metodológicos existentes nela, indicados pelo fácil envolvimento do pesquisador sem a produção dos resultados críticos e satisfatórios. Segundo esses autores a descrição detalhada de uma instituição escolar em diversos tempos pode ser fascinante e sedutora, entretanto não deve afastar o pesquisador do conjunto histórico existente.

A história das instituições escolares deve ser completada com os aspectos globais da sociedade a qual pertence, embora reconheça as particularidades que cada escola possui não podem ser encaradas isoladamente dos fatores gerais da sociedade. Estudar a história destas instituições é buscar compreender e interpretar a educação brasileira e as formas que esses espaços são utilizados para transmiti-la. As instituições escolares apresentam características distintas entre si sejam de elementos socioeconômicos ou espaciais.

Para (Sanfelife, 2006) é possível identificar essas diferenças ao adentrar o interior de uma instituição escolar com o olhar atento de um historiador e especificamente de historiador da educação, procurando, as suas origens, desenvolvimento no tempo, as mudanças na arquitetura escolar, é ir à busca da identidade dos sujeitos que nelas habitaram (professores, alunos, técnico e gestores), das práticas pedagógicas realizadas, do mobiliário escolar que foi transformado e acima de tudo tentar responder a questão: o que uma instituição escolar singular significou?

Um olhar sobre uma instituição escolar específica através das lentes de sua documentação, das fotografias e dos depoimentos dos componentes que atuaram e dependendo da instituição ainda atuam é possível presenciar diferentes transformações que ocorreram no seu interior e que influenciaram configurações no seu cotidiano histórico escolar, visto que uma escola é orientada sobre três elementos: conhecimento, estrutura organizacional e relações sociais, materiais e culturais. Ao analisar os aspectos que compõem uma instituição escolar pode ser evidenciado o tipo de sociedade e contexto histórico cultural a qual a escola está inserida-localizada, retratos de seu funcionamento e as suas principais mudanças.

As instituições escolares possuem sua própria história construída a medida que ocorre sua consolidação na educação de uma comunidade, contribuindo para a criação da concepção de vitória por meio da aprendizagem escolar, já que ao ser inaugurada, uma escola mesmo que indiretamente cria a ideia de que os indivíduos podem superar os obstáculos através da presença de uma instituição escolar em seu bairro e conseqüentemente da possibilidade de aprendizagem escolar. Logo, (Magalhães, 2004) destaca considerações relevantes sobre a história das instituições escolares:

A história das instituições escolares cumpre um triplo registro de conhecimento do passado, problematização do presente e perspectivação do futuro. Organismos vivos, as instituições escolares como os grupos sociais e como as pessoas angustiam-se, pensam, tomam decisões, analisando o presente na sua complexidade e no jogo das probabilidades de desenvolvimento, perspectivando o futuro e inquirindo, fazendo balanço, atualizando seu próprio passado. É uma história material, social, cultural, biográfica, reflexiva, que procura uma objetividade e um sentido no inquirido, na conceptualização, descrição, narrativa, compreendendo, explicando o presente-passado por referência ao destino dos sujeitos e à evolução da realidade. (Magalhães, 2004, p. 71)

As narrativas em torno das instituições escolares não é somente uma descrição quantitativa dos elementos que permeiam seu dia a dia, mas uma busca em evidenciar que as escolas possuem um passado associado a sociedade e cultura que estão inseridas, pois no decorrer de suas transformações numa cidade, bairro, país, essas mudanças refletem na organização e modos de agir das instituições escolares, dos seus funcionários, dos alunos e dos membros da comunidade. Estudar a história das instituições escolares é mergulhar no passado orientado por um desafio do presente, seus tempos, suas rotinas e atividades realizadas.

Para (Magalhães, 2004), a construção da história de uma instituição escolar perpassa por uma triangulação de conhecimento, tais como: os certificados, as atestados de matrículas, materiais didáticos, livros e manuais, ao lado das fotografias de suas principais ações praticadas ao longo do tempo, dos atos da direção e dos ofícios do poder legal das Secretarias de Educação. Da arquitetura a sua intensa comunicação interna com o poder legal educacional e comunidade escolar, tais instituições são constituídas por pessoas de diferentes pensamentos e convicções que criam laços de amizade, conflito e respeito.

Todas as atividades que são realizadas por uma instituição escolar podem ser consideradas participantes e construtoras de sua identidade e especificidade perante outras instituições escolares brasileiras, a saber, as festividades cívicas, os desfiles, comemorações relacionadas a cidade a qual estão inseridas, bem como horários de aulas criados e utilizados,

intervalos e as ações que ocorrem nos mesmos, os conteúdos ensinados, uniforme, mobiliário e arquitetura escolar. Em outras palavras são elementos essenciais de uma cultura escolar que ao serem interpretadas podem fornecer conhecimentos sobre a forma de organização da escola, suas contribuições, o modelo de educação utilizado e os tipos de alunos que estudaram e professores que atuaram.

Uma instituição escolar está além de um amontoado de cadeiras, classes e lições para serem ensinadas, ou mesmo comportamentos a serem desenvolvidos, pois acima de tudo, a escola é o local onde as pessoas passam uma considerável parte de sua vida para obter conhecimento, estabelecendo diferentes relações com os seus componentes sejam humanos ou materiais, possibilitando ainda a criação de uma memória coletiva (Halbwachs, 1990) em torno dos principais fenômenos sociais, culturais e educacionais que influenciam o cotidiano escolar.

Nesse sentido, é recomendável voltar a atenção para os lugares de memória, que criados a partir da ideia que não existe uma memória espontânea é necessário construir arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, inventariar atas, já que essas ações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória abrigada sobre focos privilegiados e conservadas nada mais faz do que levar a incandescência à verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história muito depressa os varreria para longe. (Nora, 1984)

Os lugares de memórias são criados no intuito de manter vivos certos conhecimentos sobre lugares, objetos ou mesmo pessoas, uma solução possibilitada através das memórias individuais e coletivas. É uma operação realizada em torno da criação de um mecanismo capaz de sobreviver às diversas críticas produzidas pela história e ainda para serem utilizadas por historiadores que procuram resgatar informações sobre os mais variados locais, que possuem história que ao serem analisadas fornecem um conhecimento adequado das dificuldades, comportamento e cultura dos habitantes e da estrutura física de uma determinada arquitetura, espaço ou instituição.

A história das instituições escolares não é a história do melhor dos mundos, mas desenvolve-se numa constante relação material, social e cultural que está para além dos muros escolares, já que os conhecimentos que são aprendidos nas mesmas contribuem para a transformação das conjunturas históricas locais de uma determinada comunidade. (Magalhães, 2004). Uma escola constrói sua identidade, influenciada pelos aspectos curriculares, pedagógicos, legislativos e culturais, percebidos no decorrer do cotidiano vivenciado pelos seus componentes.

É preciso entender que o funcionamento de uma escola segundo (Nóvoa, 1991) envolve compromisso entre as estruturas formais, ou seja, o poder legal que estabelece as normas a serem seguidas pelas escolas, mas permitindo que as mesmas mantenham um grau de autonomia perante suas atividades a serem realizadas durante o ano letivo e as constantes interações que produzem em meio interno e externo, nomeadamente entre grupos distintos. Uma instituição escolar como dito anteriormente no decorrer dos parágrafos dessa dissertação é construída por uma variedade de relações entre os seus membros e percebidas nos diferentes interesses ao longo das convivências e execução das funções escolares a qual estavam responsáveis.

3.1. Grupo escolar: um desejo de modernização na educação brasileira

Os grupos escolares, como instituições escolares voltadas ao ensino primário surgem a partir do ideário de modernidade e inovação proposto pela República que estava vigente no Brasil. Os grupos escolares foram criados seguindo uma inovação orientando, desde sua arquitetura, marcada pela opulência das instituições até o horário estabelecido para as atividades realizadas pelos estudantes no interior dos referidos grupos. A república na perspectiva de seus criadores significava mudança, substituição do velho pelo novo e progresso, uma inovação refletida na implantação dos referidos grupos escolares nas grandes cidade e ampliados para o interior.

Para (Schueler; Magaldi, 2008), as memórias das escolas primárias brasileiras e da ação republicana, procurando criar uma nova concepção de educação construiu sua representatividade sobre as bases das antigas casas escolas, palácios escolares, de leis e de reformas oriundas do tempo do Império, consideradas ultrapassadas na perspectiva republicana que se inaugurava, devendo ser estabelecido um ideal de educação condizente com um país republicano, ou seja, sobre o signo da modernidade e inovação que não tinha espaço para o passado.

A história dos grupos escolares emerge na década de 90 (Sousa; Filho, 2002) originaria pelo entusiasmo das novas gerações da história cultural pela ampliação dos objetos de pesquisa. Estudar a história dos grupos escolares é articular dois elementos de estudo da história da educação, as instituições escolares e a cultura escolar, pois é através de tais elementos que conferem a um grupo escolar sua identidade específica que sua história pode ser interpretada e entendida de uma maneira satisfatória.

As pesquisas em torno da história dos grupos escolares ao ser realizada uma análise é observável preocupações pela abordagem regional, na qual é marcante a busca pelas origens de um grupo escolar e sua história institucional com foco em uma escola ou em um grupo de escolas. (Sousa; Filho, 2000). Ao pesquisar a história de uma instituição escolar ou grupo escolar esses dois aspectos citados prevalecem na escolha do objeto pelo historiador da educação, a origem de uma escola e seu grau de relevância na cidade que está localizada. Muitos pesquisadores da história escolares e de diferentes grupos escolares direcionam suas escolhas para o que motivou a criação e a consolidação de um grupo escolar ou outras instituições escolares na mentalidade de uma cidade.

Logo, é preciso considerar que apesar de tais pesquisas poderem ser observadas como repetitivas, a história como conhecimento científico orientada por fontes diversificadas permitem que um contexto ou lugar forneça diferentes significações e representações, visto que a história não é restrita apenas a uma forma de entendimento, mas cada vez que surgem novos pesquisadores interessados no passado de uma instituição escolar, outros aspectos podem ser percebidos a luz de novas interpretações.

Os documentos criados por uma instituição quando analisados seguindo determinadas categorias podem fornecer conhecimentos diferentes e diversos sobre uma mesma temática, já que num estudo histórico e relacionado a história da educação, a ampliação das fontes além daquelas consideradas oficiais possibilita sempre um novo olhar sobre um contexto, lugar indivíduo. As pesquisas sobre a história dos grupos escolares para terem significado precisam partir de um ponto estabelecido e sua especificidade necessita na maioria das vezes de sua regionalidade em torno de seus estudos pelos historiadores da educação e demais pesquisadores.

A república foi implantada no Brasil numa orientação positivista de modernização e progresso, onde os elementos relacionados ao Império Monárquico deveriam ser esquecidos sobre essa representação para dar lugar a um país tecnológico, urbano e avançado, além de ser inserido no modelo do capitalismo internacional. No campo educacional, no Brasil mesmo durante o começo da república pelo menos até 1893 o ensino primário ainda era baseado no modelo pedagógico conhecido como lancasteriano², no qual um professor ensinava determinada quantidade de alunos auxiliada por estudantes monitores, mas que com a

² O Método Lancaster é um método pedagógico que surgiu no final do século XVIII, na Europa. Formulado pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838), amparado nas ideias pedagógicas do pastor anglicano Andrew Bell (1753-1832). O método Lancaster ou monitoral/mútuo, foi implantado obtendo muito sucesso, posteriormente se espalhou também pelo restante do Ocidente.

revolução industrial uma nova sociedade urbana e burguesa exigia a constituição de uma escola diferente, inovadora, o chamado grupo escolar.

O Brasil, o decorrer da república foi marcado pela importância dada ao ensino elementar, gratuito e laico, procurando eliminar de maneira relativamente imediata o analfabetismo, através da expansão do sistema de ensino. A higienização do povo brasileiro também fazia parte do cotidiano dos líderes republicanos, provavelmente tornando essa uma exigência nas matrículas dos grupos escolares conforme será visto nos tópicos seguintes. A meta do momento na república era a ordem e o progresso, elementos que deveriam ser estimulados por meio da educação gratuita, especialmente aquela de natureza elementar (primeiras letras).

Para (Silva, 2012, p. 67), as ações políticas se voltaram para a formação de um novo cidadão brasileiro, isto é, era parte dos ideais republicanos “desemburrar” o homem, proporcionando-lhe os saberes elementares que garantissem a sua participação nas ações políticas e econômicas, nascentes no final do século XIX. Havia a necessidade de um novo Brasil com esse novo regime, um país que deixasse de priorizar apenas os aspectos agrários e passasse a voltar a atenção para a instrução pública do povo como forma de superar tal princípio.

A república exigia um novo brasileiro, cidadão capaz de exercer sua participação política, um fator que deveria ser incentivado, especialmente por meio da aprendizagem da leitura, escrita e de noções básicas de Matemática. A educação elementar era um dos aspectos favorecidos pelo desejo de criar esse novo homem que deveria ser incentivar o nascimento da consciência da necessidade pela transformação do Brasil em superação a concepção imperialista e ultrapassada na concepção dos idealizadores da república brasileira no momento de sua implantação.

Assim, os grupos escolares, como instituições de ensino primário, quando do seu surgimento, houve a elaboração de uma hierarquização em torno dos saberes e conhecimentos a serem ensinados; possibilitando a relativa homogeneização dos alunos integrantes da classe; aglutinou professores no mesmo espaço e necessitou de um novo personagem para executar a função de controle e gestão da escola, neste caso foi o diretor escolar, possibilitando compreender tais instituições como possuidoras de uma história e cultura próprias (Pinheiro, 2010).

Estudar os grupos escolares na mesma perspectiva das escolas graduadas existentes na Europa é procurar acima de tudo entender que estas eram instituições de educação primária do Brasil com suas próprias qualidades e características que surgem durante a república de

acordo com os ideais de modernização e urbanizações liberais vivenciados pelo país nesse período e como uma crítica as escolas monarquistas por serem consideradas arcaicas e enciclopédicas. Os grupos escolares, como instituições de ensino primário inauguravam um novo modelo de educação, no qual foram construídos prédios próprios para abrigá-los, seguindo um plano definido e criando uma forma de aprendizagem e aprovação por série, ou seja, um novo modelo de escola.

No Brasil, os grupos escolares eram instituições componentes do movimento conhecido como entusiasmo pela educação durante a primeira república, com o intuito de eliminar ou diminuir a grande parcela de analfabetismo do país. Tais instituições escolares foram responsáveis pela educação da maioria da população tanto humilde quanto da elite, especialmente nas áreas urbanas dos estados brasileiros que foram adquirindo uma identidade específica, através da orientação e obediência a determinadas regras criadas principalmente pela equipe gestora para o funcionamento adequado, bem como a construção de uma cultura que os diferenciavam de outras instituições.

Sobre a diferenciação dos grupos escolares em relação a outras escolas no Brasil durante o período republicano, suas próprias características pedagógicas e metodológicas contribuem para tal diferenciação, pois nessas novas instituições, a inovação deveria começar pro sua arquitetura, evidenciando a divisão dos alunos e representantes escolares. Logo, de acordo com (Silva, 2011) o que diferenciava os grupos escolares eram:

Uma das principais características que a diferenciava de outras instituições com a mesma modalidade de ensino, era a construção de prédios próprios, com espaços reservados às salas de aula, salas de professores, diretoria, secretaria, pátios, cantinas ou refeitórios, além de contar com um corpo docente especializado, de boa reputação moral e prestígio público. No caso dos professores, estes deveriam ser formados pelas escolas normais e receberiam os melhores salários. A graduação do ensino em series fortalecia ainda mais sua eficiência. Tais aspectos ressaltavam a superioridade em relação às antigas instituições, conhecidas como isoladas, preliminares, domesticas ou unitárias, também existentes em Portugal. (SILVA, 2011, p.63)

Os grupos escolares no Brasil, tendo como fonte de inspiração as escolas graduadas europeias foram criados para serem sinônimos de racionalidade e progresso republicano, com sua constituição pensada desde arquitetura, marcada pela presença de espaços específicos destinados aos alunos, aos professores, direção e cantina. Outro ponto de destaque nos grupos escolares foi a importância direcionada aos seus professores, especialmente relacionada a sua formação.

Para adentrar os corredores dos grupos escolares brasileiros como professor era necessário um diploma das escolas normais, instituição de referência na formação docente,

um elemento presenciado também no pagamento dos salários. A eficiência do ensino oferecido nos grupos escolares estava ainda na sua graduação, série por série a partir de nível e idade dos alunos. Ou seja, os grupos escolares eram instituições que serviriam em curto prazo de referência na configuração do comportamento escolar brasileiro ao longo da história com poucas mudanças.

O grupo escolar como expoentes da escola primária despertaram a atenção dos historiadores pela sua constituição em divisor de águas na história das instituições escolares brasileiras, pois sua relevância marca a transição de um sistema político imperial para a república, além de estarem inseridos numa nova organização e cultura escolar nos moldes europeus. Tais instituições significavam novos modos de comportamento e valores escolares, uma vez que um grupo escolar funciona orientado por diferentes relações diárias que devem ser observadas constantemente pelas regras e moral estabelecida.

Para (Shueller; Magaldi, 2008), os grupos escolares se configuravam como escolas urbana, moderna e complexa, instaladas em diversas cidades do país, em prédios especialmente construídos para abrigá-los, adotando uma arquitetura exuberante, que destacava a escola primária à altura de suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar o regime republicano, seus signos e ritos. Além da organização administrativa e didático-pedagógica desses estabelecimentos de ensino era considerada, pelos reformadores, como superior à das escolas unitárias (escolas isoladas), conferindo visibilidade pública e prestígio social.

Os primeiros grupos escolares no Brasil foram criados no estado de São Paulo seguindo o modelo de escola graduada em 1893, considerados como símbolo de inovação do ensino primário. Esse novo local de ensino e aprendizagem para (Sousa, 2008) era marcado pela criação e manutenção de um edifício próprio de natureza urbana com várias salas de aula e vários professores, uma classificação mais homogênea dos grupos de alunos por níveis de adiantamento, a divisão do trabalho docente, atribuindo a cada professor uma classe de alunos e adotando a correspondência entre classe, série e sala de aula.

Os grupos escolares de São Paulo funcionando com Decreto N.248 de 1894 se expandiram para os outros estados brasileiros com uma proposta de ensino que destacava a graduação seriada de acordo com o nível de aprendizagem dos alunos. Era uma forma de relativa igualdade dos estudantes, pelo menos em termos de quantidade nas diversas salas que estariam organizadas em prédios construídos para abrigarem esse modelo de instituição escolar, além de transmitirem os ideais morais e cívicos, visto que nos grupos escolares havia a rotina do canto do hino, um elemento que foi abordado ao longo dessa dissertação e a

criação de regimentos internos, onde estavam destacadas as regras a serem seguidas nessas instituições.

Desse modo, vale ressaltar o surgimento de alguns grupos escolares, na então capital da república, Rio de Janeiro (1897); no estado do Maranhão, com o seu conhecimento aprofundado no tópico seguinte, no Paraná (1903); Minas Gerais (1906); Bahia (1908), Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908); Mato Grosso (1910); Sergipe (1911); Paraíba (1916); e Piauí (1922). (Vidal, 2006, p.3) que exceção de São Paulo e Rio de Janeiro tiveram seu funcionamento a partir do início do século XX, contribuindo com a expansão do ensino primário do Brasil até sua extinção pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692/1971 que estabeleceu a mudança dos grupos escolares para unidades escolares.

A proposta de criação dos grupos escolares começava com uma mudança na sua arquitetura, assinalada no primeiro momento pela monumentalidade e exuberância em torno da república e no segundo momento descrito pela simplicidade e racionalidade conforme percebida na citação abaixo:

Monumentais, os grupos escolares, na sua maioria, eram construídos a partir de plantas-tipo em função do número de alunos, em geral 4, 8 ou 10 classes, em um ou dois pavimentos, com nichos previstos para biblioteca escolar, museu escolar, sala de professores e administração. Edificados simetricamente em torno de um pátio central ofereciam espaços distintos para o ensino de meninos e de meninas. À divisão formal da planta, às vezes, era acrescido um muro, afastando rigidamente e evitando a comunicação entre os dois lados da escola. Esses prédios tinham entradas laterais diferentes para os sexos. Apesar de padronizados em planta, os edifícios assumiam características diversas, sendo-lhes alteradas as fachadas. (Filho; Vidal, 2000, p.25)

Os grupos escolares seguiam na sua criação o número de alunos a partir de plantas arquitetônicas estabelecidas sobre um pátio central, contando com dois andares para receber locais para abrigar museu escolar, a biblioteca, sala de professores e administração, ou seja, os grupos escolares seriam espaços destinados a atender certo número de alunos em classes de acordo com a faixa etária e o nível de conhecimento dos mesmos, apresentando uma arquitetura marcada pela existência de espaços além das salas de aula, com a presença de locais específicos para fortalecer o ensino e aprendizagem dos alunos, esse ao menos num primeiro momento fundamentada no método de ensino intuitivo.

De acordo com (Oliveira, 2007), os novos edifícios escolares se converteram em marcos da paisagem essencialmente urbana, tendo como requisito características próprias que os diferenciava de outros prédios, esses públicos ou particulares, representando um ambiente responsável pela realização de atividades de ensino e aprendizagem, onde no primeiro

momento da república, a monumentalidade das fachadas e detalhes nos ornamentos eram a principal regra a ser seguida na construção de tais prédios.

Tais instituições ofereciam em sua estrutura física espaços diferentes para o ensino de meninos e meninas por vezes com um muro entre os dois para manter a privacidade e a separação. E apesar de terem sido criados relativamente por meio da mesma planta, nos estados brasileiros a quais eram inaugurados deveriam adaptar sua realidade e especificações ao das localizações. Logo, não bastava somente criar os grupos escolares, havia ainda à necessidade de se pensar sua concepção orientada para uma nova sociedade que precisava de uma expansão do ensino primário orientado pelas novas condições pedagógicas, bem como respeitar as distinções dos territórios brasileiros.

Os grupos escolares em cada estado tiveram suas construções influenciadas pelas diversidades territoriais, econômicas e sociais, surgindo dificuldades, especialmente em torno de sua expansão para o interior do país, essas motivadas na maioria das vezes pela falta de recursos destinados pelos governantes com aqueles estados abastados criando grupos escolares conforme os padrões de modernidade e urbanização. Como parte das transformações vivenciadas pela sociedade brasileira, os grupos escolares inauguravam uma nova concepção de educação pública escolar mais voltada para uma aprendizagem através da observação e dos sentidos, percebida nos aspectos que auxiliam na formação de uma escola: mobiliário, quadros, professores e regimentos.

À medida que a república foi consolidando sua estrutura de regime político no Brasil foram sendo transformadas as concepções em torno da importância de modificar a arquitetura dos grupos escolares em substituição as escolas tidas como monumento, na qual estavam representadas a elitização de instituições escolares que deveriam servir a maior parte da população brasileira e precisavam ter suas características voltadas para a racionalidade na sua construção, ou seja, menos exuberância e maior simplicidade para cessar os gastos, mas acima de tudo criar uma imagem de educação do povo brasileiro, já que:

Caros, os suntuosos edifícios escolares construídos nas primeiras décadas republicanas consumiam boa parte das já minguadas verbas da instrução pública. O esforço e o gasto despendidos para dar a ver as realizações republicanas na área da educação popular passaram a ser alvo de críticas à medida que se desenvolviam movimentos em defesa da democratização da escola pública. Os prédios monumentais passaram, nesse momento, a significar a elitização da educação e o desprezo para com a educação dos mais pobres. Ao criticar-se a edificação da reforma Fernando de Azevedo, iniciava-se um movimento que iria permitir uma mudança na concepção arquitetônica da escola no Brasil. (Filho; Vidal, 2000, p.29).

A arquitetura dos grupos escolares vivenciou ao longo de sua existência e consolidação duas fases, a saber, um momento de elitização cuja representação manifestava

relativamente interesses elitistas nas fachadas, nos andares e nichos que ornamentavam os grupos escolares nas primeiras décadas da república e posteriormente com as críticas aos gastos excessivos destinados a construção dessas primeiras instituições em estilo neocolonial que não condiziam com os interesses da população. E um segundo momento inaugurado com a reforma de Fernando de Azevedo³ que possibilitou a criação dos grupos escolares pautados numa arquitetura mais econômica e simples.

Outros estados com uma economia menos abastarda tiveram dificuldades de criar e manter um grupo escolar nos moldes daqueles das duas principais capitais do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, envolvendo o pouco interesse dos governantes em sair dos discursos teóricos e iniciar um processo de mudança educacional na prática, direcionando inclusive recursos na construção de espaços destinados aos grupos escolares, já que foram usados edifícios existentes por vezes apresentando problemas estruturais, sem mencionar os profissionais com ausência de capacitação adequada.

Um aspecto que deixava evidente a contradição entre um desejo de inovação ancorada em instituições escolares modernas através dos discursos que defendia novos horizontes para a educação brasileira, mas que tais propostas foram mantidas na teoria, já que para construir grupos escolares na perspectiva das escolas graduadas era necessário comprometimento governamental e de recursos pode ser percebido na citação abaixo.

Embora os governantes propagassem em seus discursos a sua responsabilidade com o ensino público, alguns Estados como Piauí e Maranhão, contrariamente, disponibilizaram poucos recursos para que esses investimentos pudessem ser realizados. O fundo escolar, criado no Maranhão no final do século XIX, mesmo legalmente determinado, ficou legalmente dependente da conscientização dos comerciantes que nem sempre repassavam os valores dos impostos cobrados por suas mercadorias, recurso que seria investido em melhorias nas escolas públicas. Aliado, os investimentos estatais na instrução pública eram quase irrelevantes, pois os valores mal davam para pagamento dos professores. (Silva, 2011, p.65)

Os discursos evidenciavam ao menos na parte teórica, o interesse dos governantes seduzidos pelo ideal de modernidade propostos nos princípios de criação dos grupos escolares brasileiros, mas que na prática, a constituição dos grupos escolares em estados como Maranhão e Piauí foi marcada pela precariedade dos prédios destinados a essas instituições e pela falta de compromisso dos governantes e de seus representantes em termos de recursos direcionados a educação. O fundo escolar como imposto deixado na consciência dos

³ Educador, sociólogo, administrador, escritor e jornalista, com formação em Direito pela USP, Fernando de Azevedo (1894-1974) é considerado figura-chave da educação. Participou de momentos emblemáticos no âmbito educacional, como a criação do Ministério da Educação – na época Ministério da Educação e Saúde –, em 1930, a elaboração do *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, de 1932

comerciantes não permitia uma despesa efetiva a ser gasta nas questões nem mesmo ao pagamento dos professores.

A conjuntura de fatores supracitados criou certas dificuldades para colocar em prática, os discursos de enaltecimento dos grupos escolares propagados pelo Brasil. Da arquitetura até a formação de professores, os discursos dos representantes do governo defendiam a concepção de modernidade presente na criação dos grupos escolares, mas que não condizia com o que realmente era oferecido, já que os professores não tinham um salário atrativo, na maior parte das vezes permanecia atrasado e os prédios que funcionavam essas instituições possuíam uma estrutura precária.

Essas dificuldades na criação dos grupos escolares nos estados do Maranhão e Piauí especificamente eram presenciadas também na falta de recursos para a formação de professores que estivesse responsável por uma metodologia de ensino que utilizasse o raciocínio lógico intuitivo⁴ defendido pelas reformas educacionais do final do século XIX e início do século XX. (Silva, 2011). As aulas para serem adaptadas a esse novo método necessitavam de um aparato específico para o ensino de lições das coisas, limitando apenas a Escola Modelo e aos grupos escolares existentes, pois a falta de recursos para tais materiais ao lado da falta de professores habilitados dificultavam sua ampliação para outras instituições primárias.

Esse método de ensino foi influenciado pelo pensador e intelectual brasileiro Rui Barbosa, onde essas novas ideias contrapunham-se aos métodos praticados naquela época no Brasil. Um método que foi fundamentado e influenciado especialmente pelas ideias de Pestalozzi e Fröebel, com uma abordagem indutiva, na qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido. Sendo assim, a aquisição de conhecimentos advinha dos sentidos e da observação. A racionalidade pedagógica articulava-se com os princípios de racionalização da produção e da vida social. (Remer; Stentfler, 2009, p. 6).

Segundo Both (2012), quanto aos programas, os grupos escolares adotavam práticas simbólicas materializadas em cerimônias solenes através do respeito as datas cívicas, festividades, comemorações de abertura e de encerramento de ano letivo. Tais fatos eram seguidos pelo calendário escolar. O diretor tinha o papel preponderante no controle e na vigilância das ações dos docentes com os professores que atuavam nos grupos escolares

⁴ O método intuitivo surgiu na Alemanha no final do século XVIII pela iniciativa de Basedow, Campe e, sobretudo de Pestalozzi. Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação.

constantemente interrogados pelo diretor, figura de importância conforme supracitado nessas novas escolas primárias para controlar o significativo número de alunos que compõem suas salas de aula para se adequar as políticas do Estado republicano, cumprindo normas, metas e a missão de reduzir o analfabetismo.

Os grupos escolares brasileiros surgem num momento de modernização pedagógico que deveria integrar os principais aspectos que auxiliassem o processo educacional brasileiro, desde sua estrutura física, manifestada numa arquitetura com um mobiliário, sala de aula, direção e secretaria, um corpo docente específico e com formação adequada para atender as novas demandas educacionais do povo brasileiro e uma metodologia que valorizasse os sentidos a partir da observação e ações práticas dos alunos. Era preciso preparar o cotidiano escolar para que atendesse as novas expectativas educacionais da população brasileira humilde e elitista.

3.2. Os Grupos escolares no Maranhão

Os grupos escolares foram criados para agrupar até dez escolas compreendidas na questão da obrigatoriedade escolar, diferenciando das escolas isoladas pela sua natureza serial do ensino e sua proposta defendida fervorosamente pelos representantes da então implantada república no Brasil. Quanto ao método de ensino, esse apresentou transformações ao longo da história da educação, de uma base simples e memorialística para o que deveria ser intuitivo com base na lição das coisas do intelectual Ruy Barbosa na utilização dos sentidos para a aprendizagem.

Desse modo, os grupos escolares no Maranhão foram construídos num contexto educacional de descrédito, originado de diversas ações políticas desvinculadas de sua realidade e que, na sua concretude, não puderam ou não tiveram condições de realizar a maioria das determinações preconizadas nas leis e regulamentos governamentais. (Silva; Castro, 2016). Apesar de serem modelos de uma educação inovadora, o estado do Maranhão continuava com uma estrutura social e educacional relativamente enfraquecida após o período imperial.

O número do analfabetismo no estado do Maranhão não era bem visto numa região conhecida como Atena Brasileira. Além desses obstáculos somava-se a falta de professores habilitados para atuar no ensino. Para solucionar tal problema, a alternativa foi a criação e implantação de escolas graduadas, denominadas por J.J Seabra como verdadeiras “Casas de Ensino” com o governador do estado Alexandre Collares Moreira Junior (1902-1906)

autorizando a conversão de seis escolas estaduais, localizadas no perímetro de São Luís, em dois Grupos Escolares, cada um composto por três unidades (Lei nº. 323 de 26 de março de 1903) regulamentados em 1904, pelo decreto nº. 36, de 1º de julho.

Art. 1 – Ficam instituídos nesta cidade dois grupos escolares, compondo-se cada um deles por três escolas de instrução primária, mantidas pelo Estado.

Art. 2 – Os grupos escolares serão de regime misto e denominar-se-ão Primeiro Grupo Escolar e Segundo Grupo Escolar, e funcionarão nos edifícios que pelo governo lhes forem designados.

Art. 3 – O programa do ensino que nele será ministrado abrangerá, como na Escola Modelo Benedito Leite, os Cursos Elementar, Médio e Superior, e será lecionado observando-se os métodos seguidos neste último Instituto.

Art. 4 – Além desses cursos, terão os Grupos Escolares, outro especial, consagrado ao trabalho manual para as alunas e executarão jogos e exercícios ginásticos próprios a formar e desenvolver a educação física.

Art. 5 – As cadeiras que constituem os grupos escolares denominam-se primeira, segunda e terceira cadeira, correspondendo a primeira ao curso elementar, a segunda ao médio e a terceira ao curso superior (Maranhão. Decreto n. 36, 1º de julho de 1904).

O primeiro aspecto a ser destacado nos artigos está na criação dos grupos escolares a partir de escolas já existentes pertencentes ao poder estadual, impossibilitando a construção de um espaço novo para receber as aulas sob a orientação dessas instituições escolares modernas. Outro fator é a ausência da separação entre menino e meninas, embora houvesse para as mulheres nas atividades de Educação Físicas práticas consideradas apropriadas ao universo feminino. Todas as práticas a serem realizadas nas cadeiras, elementar e médio eram orientadas pelo modelo da escola superior, geralmente uma escola normal, de formação de professores, essa compreendida como padrão.

O Decreto N° 38 de junho de 1904 aprova novas diretrizes para os grupos escolares que havia especificamente na capital do Maranhão, com os programas educacionais dessas instituições seguindo aquele estabelecido pela Escola Modelo Benedito Leite, com as regras, dias e horários a serem respeitados pelos alunos, professores, equipe diretiva e demais funcionários atuando no direcionamento e funcionamento das ações do cotidiano dos grupos escolares pelo menos na capital maranhense.

Nesse sentido, é relevante apresentar aspectos do referido decreto, materializado no Regimento para os Grupos Escolares da Capital do Maranhão, que mesmo criado para orientar os grupos escolares de São Luís foi necessário pontuar alguns de seus artigos, visto que provavelmente também serviu de modelo para os grupos escolares do interior maranhense, respeitando as principais diferenças regionais para se adaptar as realidades locais. O primeiro é o fator relacionado a matrícula conforme pode ser observado no fragmento abaixo:

Capítulo II Da Matricula

Art 5º Far-se – há annualmente a matricula, de 2 a 25 de janeiro, em todas as classes dos Grupos Escolares, sendo, porém somente a da primeira acessível a pessoal estranho ao estabelecimento.

As das outras duas serão preenchidas pelos alumnos que tiverem no anno precedente, e pelos que as tendo frequentado, nesse anno, não se habilitaram convenientemente em todas as matérias do curso de cada uma dellas

§ Único: Exceptuam-se da disposição da parte final desse artigo os alumnos que abandonaram o Grupo Escoar no correr do anno, assim como os que, no tempo da matricula, forem retirados por seus pais, tutores ou protectores, com declaração expressa à respectiva professora ou ao Director da Escola Normal.

Art 7º Para que se faça a matricula exigirá a professora: prova de já ter sido a creança vaccinada, bastando para a satisfação desta exigência a inspecção das cicatrizes da vaccina, feita pela mesma professora.

a. A declaração da idade exacta ou presumível da creança, de mais de 6 anos e menos de 12 anos, solvendo a dúvida a prova pelo aspecto, verificado pela professora, a menos que pelo interessado seja exhibido certidão de idade.

b. A afirmação, que ella verificará pelo aspecto da creança, de não sofrer essa de moléstia contagiosa, cumprindo-lhe exigir atestado medico, quando tenha a menor suspeita a respeito. (Maranhão. Decreto N° 38 de junho de 1904)

As matrículas realizadas pelos grupos escolares de acordo com o fragmento do regimento interno supracitado tinham um momento que deveria ser respeitado para existir controle da criação da estatística dos alunos, mas priorizando estudantes já frequentadores dessas instituições escolares ou aqueles que por diferentes motivos não conseguissem a aprovação satisfatória nas séries anteriores, deixando para os membros das comunidades externas, a preferência pela matrícula na primeira série do primário nos referidos grupos escolares.

A preocupação com a saúde pública também era outro fator percebido nas matrículas dos grupos escolares ao menos no que foi estabelecido no artigo 7º e detalhado nas alíneas a e b, na qual era necessário apresentar provas de que a criança teria sido vacinada contra moléstias contagiosas, com o professor tendo a dupla responsabilidade de ensinar os alunos e realizar tal verificação apenas pelas cicatrizes das vacinas através do olhar, embora houvesse no regimento interno, especialmente na sua alínea c, a possibilidade da professora que atuasse nos grupos escolares exigir o atestado médico, caso ainda existisse suspeita da contaminação das crianças por doenças contagiosas.

Um fator que pode ser considerado uma falha no processo de matricula se encontra no docente não ser um profissional da saúde e conseqüentemente sem uma formação adequada para esse procedimento de verificação de maneira satisfatória de todos os alunos que foram vacinados ou a serem vacinados. O que demandaria a presença de um médico ou outro profissional da saúde para ao lado do professor fazer as devidas observações das crianças que

estariam com seu processo de matrícula em curso e por ventura localizar algum sinal de doença contagiosa que impossibilitasse o aluno de ter acesso a série, a qual estaria sendo matriculado.

Os professores dos grupos escolares do Maranhão tinham que lidar com a responsabilidade de transmitir aos alunos, o conhecimento estabelecido pelo regimento interno, além das preocupações com a saúde e a verificação de sua idade para terem suas matrículas efetivadas, usando inicialmente a observação das características das crianças com intuito de identificar a idade adequada para adentrarem as classes dos grupos escolares. Logo, foi possível perceber que o regimento interno dos grupos escolares da capital maranhense apresentava evidências de uma jornada relativamente densa de responsabilidade, onde os professores teriam que trabalhar nessas instituições escolares, ultrapassando na maioria das vezes a sala de aula.

No referido regimento interno dos grupos escolares de 1904 foi possível observar também a formação do currículo utilizado nessas instituições, tanto na capital como naqueles localizados no interior, já que seguia uma padronização das atividades escolares e regras em torno dos conhecimentos materializados em diferentes disciplinas a serem transmitidas no ensino oferecido nos grupos escolares maranhenses ao menos na primeira fase de sua criação, conforme pode ser observado no quadro curricular abaixo.

Quadro 2 - Currículo dos grupos escolares do Maranhão

Primeira cadeira	Segunda cadeira	Terceira cadeira
Língua materna, exercícios orais, exercícios gráficos, calculo, forma, tamanho, lugar, ensino objetivo, instrução cívica, música, desenho, Educação física	Língua materna, exercícios orais, exercícios gráficos, calculo, forma, tamanho, lugar, ensino objetivo, instrução cívica, música, desenho, Educação física, trabalhos manuais	Língua materna, exercícios orais, exercícios gráficos, calculo, forma, tamanho, lugar, ensino objetivo, instrução cívica, desenho, canto, teoria musical Educação física, trabalhos manuais

Fonte: Frazão, 2018 apud Motta, 2006

No currículo acima que orienta as atividades dos grupos escolares do Maranhão é possível perceber que a instrução cívica é um conhecimento valorizado nas três cadeiras como forma de estimular o patriotismo do povo brasileiro e a consolidação do poder republicano. A música é destacada como disciplina importante na formação curricular dos alunos, atuando no enriquecimento da cultura e dos bons costumes. E a Educação Física, destaca a preocupação do corpo do alunado atendido nos diferentes grupos escolares. A partir da segunda cadeira pode ser observado o trabalho manual, esse voltado para o ensino de atividades práticas manuais a serem utilizadas pelos alunos no seu dia a dia.

O conhecimento da Geografia é evidenciado por meio do conteúdo de lugar, esse observado como um dos aspectos trabalhados nos conteúdos geográficos relacionada a aprendizagem da localização por parte dos alunos, o que direciona a um ensino em torno das características das paisagens, rural ou urbana e a cidade que vivem. A aprendizagem matemática é valorizada nas três cadeiras dos grupos escolares com a presença dos cálculos constituindo cada uma, demonstrando a relevância desse conhecimento na educação brasileira e maranhense.

Os alunos como componente dessas instituições são descritos no capítulo III, do Regimento Interno dos Grupos Escolares de São Luís, mas os artigos 18º e 19º foram escolhidos como análise por tratar dos deveres que os estudantes teriam que seguir nos grupos escolares na capital maranhense, *1º Apresentarem-se no estabelecimento com pontualidade nos dias de aula com o necessário asseio; 2º Portarem-se com todo respeito e guardarem o maior silêncio na aula e no estabelecimento; 3º Prestarem toda atenção às lições que estiverem sendo dadas e não distraírem os seus companheiros; 5º Pedirem licença à professora para retirarem do estabelecimento, antes de findas as lições quando alguma necessidade por ventura a isso os obrigue.*

O artigo 19 do capítulo III continua com a fixação das ações consideradas proibidas aos alunos dos grupos escolares; *1º Sahirem da sala da aula, durante as lições sem a licença da professora; 2º Escreverem, pintarem, desenharem, gravarem ou por qualquer modo sujarem, estragarem ou damnificarem o edifício ou seus moveis; 3º Distribuirem manuscriptos, impressos, desenhos, gravuras ou quaesquer outros objectos que foram offensivos a moral. E o artigo 20 que apresenta as penalidades que os alunos de tais estavam sujeitos caso descumprissem as normas; 1º Adomestação na aula; 2º Reprehensão na aula; 3º Expulsão do Grupo Escolar.*

Os artigos 18º e 19º e seus respectivos incisos tratam do controle a ser mantido nos grupos escolares da capital maranhense, pois ao serem analisados foi possível perceber regras e normas que orientavam o comportamento dos alunos ao longo do funcionamento cotidiano das instituições, ou seja, os padrões de conduta que os estudantes dos grupos escolares deveriam manter. A moral também era um requisito a ser respeitado nas salas de aulas e no grupo escolar com um todo, manifestado na proibição de divulgação de gravuras, desenhos ou manuscritos que denegrissem a imagem da instituição.

O artigo 41º estabelece o que constará nos exames a serem realizados nessas instituições escolares: *§ 1º Terão prova graphica e oral: a. Lingua materna; b. Calculo; c. Lugar; d. Instrução cívica; § 2º Terá prova oral e pratica: O ensino objectivo na parte*

relativa a physicae chimica; § 3º Terão uma só prova ao mesmo tempo oral e pratica; Ensino objetivo, na parte relativa a sciencias naturaes; a. Musica; b. Forma; c. Tamanho; § 4º Terão só prova oral; a. Os exercícios oraes; b. Canto § Terá só prova graphica: Desenho § Terão só prova prática; a. Prendas femininas; b. Educação physica.

As provas poderiam ser dos seguintes tipos: oral ou gráfica, ou somente oral, somente gráfica, no caso do desenho ou práticas, dependendo da disciplina, a qual os parágrafos e alíneas presentes no artigo 41º afirmavam. As aulas e provas práticas eram voltadas na maioria das vezes para o direcionamento feminino através das prendas femininas, com atividades provavelmente destinadas a orientação das alunas dos grupos escolares a atuarem de maneira satisfatória no trabalho doméstico e a educação física como estímulo ao desenvolvimento do corpo.

O regimento interno era considerado o principal elemento de uma instituição escolar, já que possuía em sua estrutura todas as regras para serem seguidas por professores, alunos e demais funcionários. A importância desse documento para o funcionamento de uma escola de maneira significativa está na existência de uma série de informações institucionais, as horas e dias destinados as aulas, o que deve ser ensinado aos alunos, os padrões de comportamento, as normas disciplinares e de avaliação.

Nos grupos escolares havia a existência de certos rituais escolares a ser cumpridos, servindo de modelo para a maior parte dessas instituições escolares criadas e espalhadas pelo Brasil, um dessas cerimônias escolares pode ser observada na organização para o canto do hino nacional, já que essa prática expressava o nacionalismo brasileiro. Além dessas atividades, a própria constituição dos grupos escolares espelharam as demais instituições escolares em todo do Brasil no decorrer da história, tais como, a divisão dos alunos por nível de conhecimento, faixa etária, em salas diferentes, com um professor por classe, esses formados numa determinado instituto de educação superior.

Os grupos escolares como modelos de escolas inovadoras foram expandidas para as demais cidades do Maranhão a partir de 1906 com a criação do Grupo Escolar em Rosário e outro em São Bento, segundo o decreto n. 59 de 26 de fev. de 1906. Em Codó, a criação de uma cadeira se deu em 1908 (Maranhão, Códice de 21 de maio de 1908). Encontramos também uma notícia datada de 1911 sobre a possível criação de um Grupo Escolar em Pedreira. (Silva, 2017).

Contudo, o próprio decreto nº 59 (1906) de criação do Grupo Escolar de Rosário demonstra as dificuldades de recursos para serem destinados a essas instituições quando ao observar o referido decreto no seu artigo 2º e no paragrafo único foi evidenciado que as

despesas sobre a instrução primária nas localidades supracitadas deveriam ser organizadas para não ultrapassar as verbas para o serviço. O artigo destaca ainda que professores com salários garantidos na lei devem ser utilizados em outras localidades, vilas ou cidades, caso não houvesse vagas nas instituições de ensino primário da referida vila, a qual o decreto se refere. Era uma forma de garantir o trabalho desses profissionais ao mesmo tempo em que impedia que os recursos com a remuneração docente fosse gasta sem o devido aproveitamento educacional desses profissionais do ensino primário.

A necessidade de expansão dos grupos escolares para o interior do Maranhão como o de Rosário, São Bento, Codó e Pedreira, dentre outros estava no interesse dos representantes do governo do estado em diminuir o analfabetismo, bem como para substituir as escolas isoladas que se encontravam nas regiões periféricas a capital, composta por professores na maioria das vezes não qualificados e desmotivados, ao lado de instituições sem as mínimas condições de funcionamento satisfatório. Era preciso que o entusiasmo da educação republicana de modernidade alcançasse o Maranhão com um todo e não apenas parte do mesmo, o que pode ser percebido no pouco intervalo de tempo da criação de um grupo escolar para outro, mas sem a importância necessária destinada a distribuição dos recursos a seu significativo funcionamento.

As dificuldades assolavam os grupos escolares do Maranhão de 1905 até 1912, um período conhecido como a primeira fase dessas instituições escolares, de natureza estrutural, econômicas e políticas, aspectos percebidos nas palavras de Silva; Castro (2016) com as críticas de Barbosa de Godois que afirmava a falta de elementos essenciais para o seu funcionamento, levando Antônio Lobo, Inspetor da Instrução Pública, na época a considerá-los como pseudo grupos. É importante sinalizar que, neste primeiro período de sua implantação, os recursos destinados à manutenção não sofreram elevação no valor, dificultando assim possíveis melhorias.

Os grupos escolares maranhenses durante sua primeira fase enfrentaram inúmeros obstáculos, chegando a se afirmar pelo Inspetor Geral da Instrução do Maranhão que nos grupos escolares maranhenses faltava-se quase tudo, ou seja, a relativa precariedade ditava as regras nessas instituições escolares, com uma situação mais agravante no interior do estado, levando sua extinção em 1912 pelos motivos descritos e sua reabertura a partir de 1918 para uma nova fase de reestruturação, onde o que se evidenciou foi à falta de compromisso dos representantes do poder público com a manutenção dos grupos escolares do Maranhão, limitando-se a discursos vazios de modernidade.

Após a extinção dos grupos escolares no estado do Maranhão houve uma tentativa por parte dos representantes do governo de procurar limitar os problemas educacionais com a criação de escolas isoladas e outras instituições educativas menos onerosas financeiramente para os cofres públicos, demonstrando uma falta de interesse para a solução integral das dificuldades educacionais do estado, restringindo o nível de ação a iniciativas particulares, uma vez que o custo com a criação e manutenção dos grupos escolares continuava a depender de uma quantidade relativamente alta de recursos financeiros.

Para solucionar essa dificuldade a partir de 1918 por meio do artigo 4 da Lei nº 804, de 22 de abril, tendo como fundamento a evidência de que o ensino primário ministrado nas escolas isoladas não estava satisfazendo as necessidades educacionais maranhenses ocorre a criação do Grupo Escolar de Caxias, com a denominação de João Lisboa, de acordo com o Decreto nº 209, de 17 de julho 1919, e mais nove grupos escolares na capital maranhense como todos evidenciados na coleção de decretos do Maranhão (Frazão, 2018), reafirmando o retorno dos grupos escolares nesse estado.

O retorno dos grupos escolares foi mais por uma necessidade de mudanças concretas em torno da educação primária no estado, marcado por um aumento das taxas de analfabetismo, mesmo contando com a presença das escolas isoladas e outras instituições escolares, já que tais escolas foram criadas apenas como paliativos dos problemas educacionais existente. Os grupos escolares ainda mantinham sua reputação de ser uma escola primária de respeito, composta por professores que tiveram sua aprendizagem obtida e certificado docente emitido nas Escolas Normais, essas observadas como exemplos de instituições escolares formadoras de docentes.

Desse modo, a década de 30, trás como destaque o decreto número 250/1932, ao estabelecer que o curso primário seja ministrado em escolas isoladas, reunidas e grupos escolares com esse mantendo a existência de 300 crianças, localizadas geralmente em zona urbana, com um funcionamento de cinco anos. Cada classe ficando a cargo de uma professora, uma profissional que deveria ser formada na Escola Normal. A década de 1930 é marcada por um novo período de construção de prédios para receber o ensino primário, manifestados no interior do Maranhão pela realização de investimentos na construção dos grupos escolares de Itapecuru Mirim, Carolina, Coelho Neto, Pastos Bons e São Bento. (Frazão 2018).

Para entender melhor a continuidade dos rumos tomados pelos grupos escolares da capital do Maranhão e das cidades do interior é preciso citar na integra as clausulas em torno da integração das escolas, grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas mantidas pelos

municípios ao poder estadual como uma forma escolhida pelo Interventor Estadual de melhorar a educação dos municípios maranhenses e do próprio estado do Maranhão.

Convênio estadual do ensino primário

Visando submeter o ensino primário em todo o território maranhense a uma só orientação técnica e administrativa, e proporcionar melhor remuneração ao professorado municipal, firmou o meu Governo o seguinte convênio, com as Prefeituras do interior:

Cláusula primeira

Os serviços do ensino primário dos municípios signatários do presente convênio ficam integrados no sistema estadual de educação, cabendo ao Estado, por seu órgão próprio - a Diretoria Geral da Instrução Pública. - dar-lhe orientação e fiscalização, a partir de janeiro de 1944.

Clausula segunda

Para que os municípios satisfaçam o compromisso de aplicar no desenvolvimento do ensino primário a percentagem determinada clausula do Convênio Nacional do Ensino Primário, o Estado lhe oferecera cooperação financeira, mediante a concessão de auxílios.

Cláusula terceira

Aos municípios que não puderem dar cumprimento as taxas mínimas reservadas ao ensino primário e à que se refere a cláusula quinta do Convênio Nacional, a cooperação do Estado será sempre representada, no mínimo, por quantia que, juntada à dotação reservada pelo município à educação popular, possa completar aquelas taxas até atingir a de 15%, em 1949.

Cláusula quarta

Cada município, no seu orçamento, fará constar a verba destinada ao ensino primário; dotação que será anualmente recolhida aos cofres do Estado, sob forma a ser estabelecida.

Cláusula quinta

O pessoal do serviço de ensino municipal fica sujeito a todas as obrigações de leis e regulamentos pertinentes ao ensino primário estadual.

Cláusula sexta

O material escolar e os livros de escrituração existentes nas escolas municipais serão arrolados e entregues à Diretoria Geral da Instrução Pública.

Cláusula sétima

Os municípios continuarão com a incumbência de por a disposição das escolas estaduais, bem como das municipais incluídas no sistema educativo do Estado, prédios em condições para o funcionamento das mesmas, competindo ao órgão de educação do Estado opinar quanto à aceitação das casas cedidas ou alugadas pelos municípios, para instalação das unidades escolares.

Cláusula oitava

Este convênio será ratificado, de uma parte, por decreto da Interventoria Federal e, de outra parte, por decretos das Prefeituras municipais.

A ratificação prevista nesta última cláusula consta do decreto nº 179, de 28 de agosto de 1943, expedido pelo Chefe do Poder Executivo estadual.

Apesar da estratégia do convênio ser uma tentativa de melhoria da remuneração de professores e do próprio sistema de ensino de orientação municipal, o que se percebe é a completa submissão das escolas municipais primárias às iniciativas estaduais, perdendo sua autonomia relacionada à fiscalização, autorização de funcionamento de instituições escolares municipais, recolhimento de quantias a serem destinadas às escolas primárias e aceitação sobre prédios a serem usados por escolas estaduais. Em outras palavras o sistema de ensino primário do município estaria sobre a tutela do estado.

As cláusulas em destaque ao serem analisadas constatarem a submissão total dos municípios ao poder estadual em termos educacionais, já que suas escolas deveriam obedecer à orientação da Diretoria Geral da Instrução Primária, um órgão do governo estadual do Maranhão. A cláusula quarta apresenta um aspecto relativamente explícito dessa dependência a partir das verbas dos municípios para o ensino primário serem recolhidas junto aos cofres estaduais.

Desse modo, o próprio contexto de criação do convênio de integração entre o estado e o município durante o Estado Novo (1937 até 1945), uma ditadura civil estabelecida no governo de Getúlio Vargas, na qual o mesmo destacou interventores para atuarem nos estados brasileiros justifica tal submissão dos municípios ao poder do estado, onde eram considerados apenas com intendências do poder estadual, aguardando ordens de tal entidade da federação, evidenciando a relativa ausência do seu poder de decisão. Uma situação que corrobora a cláusula quarta das verbas destinadas aos municípios serem recolhidas junto exclusivamente aos cofres do poder estadual maranhense.

E com os grupos escolares surge ainda figura do diretor responsável por organizar e coordenar as atividades escolares, rituais, exercícios, o cotidiano dos alunos e dos demais profissionais da instituição. Um representante da autoridade máxima na escola, o diretor deveria atuar no sentido de manter um grupo escolar específico a qual estava sobre sua responsabilidade direta e legal trabalhando de maneira satisfatória e eficiente, onde é possível observar que:

Para manutenção dessa estrutura – rígida e inflexível – foi designado como diretor dos Grupos Escolares no Maranhão o Sr. Barbosa de Godóis, que neste período ocupava o mesmo cargo na Escola Normal e na Escola Modelo. Dentre suas atribuições, destacava-se a incumbência de organizar, fiscalizar, dirigir e coordenar o ensino e outras atividades educativas (em sua maioria disciplinares) realizadas

nesses recintos, como, por exemplo, a disciplina, a ordem e o respeito, além dos serviços do porteiro, do servente, os horários de aula e a assinatura do livro de ponto. (Silva; Costa, 2016, p. 5)

A figura do diretor como componente encarregado de manter a ordem nos grupos escolares e possibilitar o seu reconhecimento como instituição escolar modelo de educação e aprendizagem, se mostrava indispensável na organização da rotina dessas escolas. Dentre suas funções estava a de coordenar as principais funções realizadas no interior dos grupos escolares, desde administrativas até educacionais, bem como manter sobre controle os membros e alunos que compunham os referidos grupos. Para tanto a disciplina que por vezes beirava o autoritarismo estava presente na maior parte dos momentos.

O Decreto-Lei N° 1.462 de 31, de dezembro de 1946 estabelece no seu artigo 23°, a maneira como diretores de escolas primárias devem ser escolhidos através de concurso de provas, com diploma, experiência anterior de três anos e conhecimento de administração escolar, embora essa última, o artigo abre certa margem para questionamento com o uso da palavra preferível e não obrigatório, resguardando aqueles que já exercem o cargo nas instituições primárias pela mesma quantidade ou superior de tempo, ou seja, nessa perspectiva era mantido o tempo como fundamento para os que concorreriam ao cargo de diretor de escola primária.

No período de 1903 até 1950 houve diversas criações de grupos escolares em São Luís e nas cidades do interior, contabilizando um total de 21 dessas instituições escolares (Motta, 2006). De acordo (Frazão, 2018, p.102) devido ao seu crescimento econômico, as cidades do interior maranhense que mais investiram na construção de grupos escolares foram Timon e Caxias, ao lado da priorização do governo estadual pela transformação de escolas isoladas e reunidas em grupos escolares, uma estratégia utilizada para evitar custos com as despesas de sua criação.

Isso remete a construção de prédios escolares como uma arquitetura voltada para atender uma população marcada pela ausência de muitos recursos que pudessem ser utilizados na construção e manutenção dos prédios suntuosos destinados aos grupos escolares das primeiras décadas da república, contribuindo para que fossem menos grandiosos e mais simples, invocando a concepção de racionalidade da nova república. Uma atitude que foi reflexo da própria condição financeira de diferentes cidades do interior que não apresentavam recursos consideráveis para serem investidos na criação dos prédios dos seus grupos escolares.

O Decreto-Lei N° 1.462 de 1946 afirma no seu artigo 17° a nomenclatura das Instituições de Ensino Primário mantidas pelo estado como: *I — Escola isolada (E. I.), quando possuir uma só turma de alunos entregue a um só docente II — Escolar reunidas (E. R.), quando houver de duas a quatro turmas de alunos e um número correspondente de professores III — Grupo escolar (G. E.), quando possuir cinco ou mais turmas de alunos, e numero igual ou superior de docentes IV – Escolas Supletivas (E. S.), quando ministra ensino supletivo, qualquer que seja o numero de turmas de alunos e de professores.*

As instituições escolares no Maranhão conforme o decreto acima para serem tratadas e reconhecidas como grupos escolares deveriam possuir a quantidade de turmas destacadas no documento e os seus respectivos professores. Os grupos escolares precisariam oferecer o curso elementar de quatro anos (1° até 4°) series e um complementar (5°) serie, de duração de um ano. Na hierarquia das instituições de ensino primário do Maranhão, os referidos grupos mantinham evidência devido a quantidade de turmas que regia e aos professores possuir um certificado normalista.

Entre os anos de 1936 e 1960, o governo do Maranhão instalou 107 grupos escolares pelo interior. Havia empreendimentos do poder público no ensino primário no estado, porém os números eram desanimadores. Por exemplo, no final da década de 1940, o Maranhão possuía apenas 65 grupos escolares, distribuídos pelo seu território. O governo federal na busca por tentar mudar a situação relacionada aos altos índices de analfabetismo em parceria com os governos municipais e estaduais lança o Programa de Restruturação Educação através do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais. Tais inciativas foram de extrema importância e contribuição na criação do Grupo Escolar Padre Delfino (1958) na cidade de Timon.

Outros exemplos de criação dessas instituições que podem ser citados é o Grupo Escolar Senador Acher, na cidade de São Luís, no bairro Felipinho pela Lei n° 864 de fevereiro de 1953, bem como a transformação de uma instituição em grupo escolar tal como ocorreu com o Grupo Escolar Heitor Pedrosa, seguindo a Lei n° 871 de 27 de março de 1953. O referido ano assiste também a transformação da Escola Agrupada Paulo Ramos, em Grupo Escolar a ser denominado de Grupo Escolar Nina Rodrigues sob a Lei n° 1002 de 23 de outubro de 1953.

Outro fator em torno do ano de 1953 foi evidenciado de acordo com a observação e análise da coleção de decretos do Maranhão que demonstrou a existência da nomeação de regentes de ensino primário para atuarem nas instituições escolares que ofereçam essa modalidade educacional e conseqüentemente nos grupos escolares criados ao longo da

referida década, conforme pode ser percebido na imagem abaixo de um dos decretos analisados e de suas informações:

Figura 1 – Cargos e Outras Providencias

— 24 —
887 DE 13 JUNHO DE 1953
CRIA cargos e dá outras providencias.

O Governador do Estado do Maranhão
Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — São criados, no Quadro unico do Estado, 30 (trinta) cargos de Regente de Ensino Primário, padrão E.

§ Unico — Para os cargos ora criados, só poderão ser nomeados portadores de certificados expedidos por Escolas Normais Regionais, oficialmente reconhecidas, cujas estejam funcionando sob o regime de outorga de mandato, nos termos da Lei Organica do Ensino Normal.

Art. 2.º — Os cargos de Regente do Ensino Primário criados pela presente lei passarão a ter a seguinte lotação

Brejo dos Paraibanos	2
Cantanhêde	1
D. Pedro	2
Lago da Pedra	2
Pirapemas	1
São Domingos	2
São João Batista	1
Vitorino Freire	2
Magalhães de Almeida	2
Matões	2
Riachão	2
Loreto	1
Mirador	1
São Raimundo das Mangabeiras	1
Imperatriz	1
Posto Franco	1
Caxodina	2
Caxias	1
Curupati	1
Alto Sarnalba	1

Fonte: Coleção Decretos do Maranhão

A necessidade de professores para atuarem em instituições que mantinham o ensino primário nas localidades observadas na imagem acima foi preenchida por meio da lotação estadual, criada por decreto, sempre respeitando a importância que tinha na época, as escolas normais, já que essas eram uma das principais responsáveis por formar professores para atuarem no ensino primário. Foram trinta municípios, a qual estavam sendo lotados os Regentes de Ensino Primário para ocupar no máximo duas vagas, uma vez que a lotação com o número de 30 está relacionada aos locais que funcionam as escolas de ensino primário nas referidas localidades.

No mesmo ano de 1953 é apresentado e oficializado os modelos de documentos relacionados ao cotidiano legal das escolas publicas, estaduais, municipais e particulares, tais como: livros de registro, frequência diária, matrícula e as esferas a qual deveriam ser reenviados. Para melhor análise foi necessário a transcrição na integra de parte do referido decreto:

DECRETO Nº 916 DE 30 DE MAIO DE 1953
OFICIALIZA OS LIVROS DE REGISTRO ESCOLAR E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

O governado do Maranhão, no uso de suas atribuições, contidas no inciso I, Art 59 da Constituição Estadual

DECRETA

Art 1º - Ficam adotados oficialmente, nos estabelecimentos estaduais, municipais e particulares de ensino primário geral e nos estabelecimentos estaduais, municipais e particulares de qualquer natureza, que possuam cursos primários, os seguintes livros de Registro Escolar recomendados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- a. Matrícula, professores e Aparelhamento Escolar, modelo I, destinados aos grupos escolares agrupadas ou reunidas;
- b. “Frequência Diária” modelo II, destinados a cada uma das classes ou turma de alunos dos grupos escolares e escolas agrupadas ou reunidas;
- c. “Matrícula, Frequência Diária e Aparelhamento Escolar”, Modelo III, destinado às escolas singulares ou isoladas:

Art 2º - Os livros mencionados no artigo 1º deste Decreto tem a capacidade para 3 (três) anos, evitando-se desse modo, suas redistribuição anualmente, os quais serão vendidos nesta Capital, na Inspeção Regional de Estatística Municipal, e, no interior do Estado, nas Agências Municipais de Estatística.

Art 3º - Para as escolas estaduais, a aquisição dos mencionados livros será feita pelo Departamento de Educação, devendo a despesa correr a conta da verba orçamentaria própria.

Art 4º - Os responsáveis pelos estabelecimentos estaduais, municipais e particulares de ensino primário, ficam obrigados a remeter aos Órgãos coletores do Sistema dos Servidores Estatísticos, os modelos apropriados constantes dos cadernos CM de que serão preenchidos tendo em vista as escriturações efetuadas nos livros de “Registro Escolar”, da maneira seguinte:

- a. Na Capital ao Estado –

1 – Ensino estadual e municipal: remessa direta ao Departamento e Diretoria de Educação respectivamente, onde aludidos modelos serão controlados e remetidos ao Departamento Estadual de Estatística;

2 – Ensino particular : remessa à Inspeção Regional de Estatística.

- b. No interior do Estado - ensino estadual, municipal e particular às Agências Municipais de Estatística.

Art 5º - Além dos modelos mencionados no artigo precedente os professores regentes de Cadeiras nos grupos escolares e escolas agrupadas ou reunidas preencherão o “Boletim Mensal do Professor.” – modelo Q-2.54 (Maranhão. Decreto nº 916 de 30 de Maio de 1953

O decreto acima apresenta os livros de registro que devem ser adotados nas instituições escolares primárias estaduais, municipais e particulares na capital maranhense e nos municípios do interior, após ser encomendado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, já que a natureza dos documentos é estatística, ou seja, para quantificar o número de alunos matriculados e o número de professores que exercem a regência nas escolas, evidenciando a padronização que precisa ser respeitada de acordo com o estabelecimento de ensino que oferta o ensino primário. O decreto oficializava a forma como as escolas de ensino primário seriam contabilizadas, tendo que registrar a frequência de alunos, professores, dos materiais utilizados e pertencentes a tais instituições.

Nisso, é possível observar que no decreto, os modelos I e II de matrícula, frequência escolar e aparelhamento escolar estavam destinados aos grupos escolares, escolas agrupadas ou reunidas e modelo III eram específicos para as escolas isoladas ou singulares, ainda existentes nas localidades rurais ou mesmo em alguns municípios do interior do Maranhão. Era uma burocracia registrada e percebida nos artigos do decreto supracitado, mas necessária para que houvesse um controle por parte das autoridades daqueles que frequentavam as escolas do estado, município e particulares, com a promessa de penalidades destinadas aqueles que não seguissem o que estava estabelecido.

Havia um intervalo de três anos para que os documentos referidos no decreto fossem substituídos depois de serem adquiridos por meio da compra na Inspeção Regional de Estatística Municipal e nas Agências Municipais de Estatísticas, ou seja, dois órgãos com funções específicas e relativamente semelhantes, mas que atendiam esferas diferentes, com a primeira sendo encarregada pelas vendas dos modelos de registro de alunos, professores e aparelhamento escolar na Capital e o segundo pela venda nos municípios do interior do Maranhão.

As escolas públicas de ensino primário na capital deveriam enviar suas remessas documentais para o Departamento Estadual de Estatística, as instituições particulares deveriam enviar suas remessas para a Inspeção Geral de Estatística e as localizadas no interior precisavam enviar para as Agências Municipais de Estatística. Esses modelos de documentos que precisariam ser preenchidos e assinados, bem como remetidos a tais órgãos de estatística e controle destacavam a comunicação que deveria existir entre as escolas de ensino primário de viés estadual, municipal ou particular com as referidas estâncias de quantificação estatística.

Ao continuar a leitura do decreto foram encontradas novas informações relacionadas ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário em parceria com os órgãos de estatísticas estaduais e municipais, tais como no artigo 7º que define que todos os modelos de boletins escolares deveriam ser preenchidos em duas vias, uma para ser direcionada ao órgão competente e outra a permanecer nas próprias escolas, servindo como uma potencial fonte de registro para posteriores usos, caso fosse necessário uma prova da realização de tal procedimento.

Os artigos 8º, 9º e 10º respectivamente apresentavam conhecimentos em torno das penalidades propriamente dita que estavam sujeitos os professores que não cumprissem sua carga horária sem justificativa com a (suspensão dos seus vencimentos) e as escolas particulares que não enviassem nos dias definidos pelo artigo 8º, os dados estatísticos aos

órgãos encarregados pelo registro das informações estatísticas para serem analisados e fornecerem subsídios para servir de fundamento para a tomada de decisões que beneficiem ao ensino primário no Maranhão.

A coleção de decretos do Maranhão que foram analisados no decorrer da década de 50 do século XX revelam diferentes situações sobre os grupos escolares, na qual foi possível visualizar legislações de criação de novos grupos nos municípios do interior maranhense e na própria capital, ou de adaptação de escolas isoladas para receberem estruturas de grupos escolares, bem como dos créditos abertos para início ou finalização de reformas dessas instituições construídas pelo estado. Um fato que destaca o relativo aumento de grupos escolares no interior do Maranhão, esses apresentados como ideal de instituição escolar primária no Brasil.

O ensino primário, ou seja, aquele voltado para as primeiras letras e a questão educacional com um todo era assunto que despertava interesse político e econômico, visto que um estado ou mesmo nação com bons índices de rendimento educacional, alunos na escola, ensino e aprendizagem de qualidade poderiam estimular o crescimento da economia de um estado, especialmente no Maranhão, que tinha o interesse de despertar os índices de desenvolvimento tal quais outras regiões do Brasil, principalmente as localizadas no eixo sul-sudeste.

As bases educacionais do Maranhão eram insuficientes, faltavam escolas, professoras com formação adequada, índices elevados de analfabetismo e de crianças em idade escolar fora da escola, sobretudo, no interior do estado. Por exemplo, em 1960, a taxa de analfabetismo atingia 64% da população maranhense (IBGE, 1961). (Rocha et al. 2020, p. 147). Ao longo da década de 60 foram criadas tentativas de superar tais números desoladores de analfabetos no Maranhão e nos municípios do interior, especialmente por meio de legislações específicas de incentivo ao ensino primário articuladas com ações do governo federal.

O estado ao longo da década de 60 vivenciava ainda as conjunturas do ideal do Maranhão Novo proposto por José Sarney como governador de (1966-1970), na defesa de superar os resquícios das antigas oligarquias vitorinistas. Apesar de tal iniciativa ter contribuído com a educação maranhense, tanto primária como ginásial por meio da inauguração de novos grupos escolares e a expansão do ensino ginásial para o interior conforme será abordada na seção III é recomendável destacar que seu governo foi marcado por uma política desenvolvimentista, principalmente através da união do estado com o capital particular, subordinando a máquina pública aos interesses do capitalismo, bem como sua

proximidade ao governo militar, possibilitando o fortalecimento do seu pilar de sustentação político.

Para que o contexto educacional do Maranhão na década de 60 lograsse êxito em seu desenvolvimento e dinamização foi estabelecido um órgão específico para administrar e coordenar as questões relacionadas a educação no estado, independente dos assuntos da saúde, (uma vez que havias duas funções exercidas pela secretaria responsável pela educação no Maranhão, a de saúde e a de viés educacional) nomeado de Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura (SENEC), em 1953 pela Lei n° 934 de 31 de julho. (Albuquerque, 2012) Uma criação que possibilitou que os objetivos supracitados fossem relativamente alcançados, especialmente através do Programa Estadual de Reconstrução Educacional.

O programa criou, orientado pelo Decreto Estadual n° 1257 de 31 de janeiro de 1957, o Plano de Desenvolvimento de Educação e Cultura do Estado do Maranhão, com o intuito de melhorar a educação pública, sobretudo, a de nível primária através de uma ampla reestruturação do sistema de ensino, formando convênios com o governo federal que previa a implantação de unidades escolares e a qualificação de professores, embora não conseguisse avançar de maneira significativa os níveis educacionais maranhenses do início da década de 60.

Desse modo, o estado do Maranhão procurava adaptar sua estrutura legislativa educacional ao que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 estabelecia sobre o ensino primário a partir da Lei n° 2353 de 25 de março de 1964 e seguindo as orientações do Fundo Nacional do Ensino Primário, com o Maranhão ao lado das outras regiões do Brasil tendo que aplicar 20% de suas receitas anuais no desenvolvimento da educação nacional. (Albuquerque, 2012). Tal iniciativa de certa forma auxiliava na assimilação de recursos para serem usados em construções de escolas, formação de professores e reformas dos programas de ensino primário mais direcionado a uma sociedade em mudança.

A organização educacional do Maranhão estava estruturada na Secretaria Estadual dos Negócios da Educação e Cultura e ao Conselho Estadual de Educação, cabendo a esse último de acordo com o Diário Oficial de 1964, especificamente no seu artigo 26° *estabelecer o currículo mínimo e respectiva amplitude dos programas, bem como indicação de atividades optativas de enriquecimento a serem escolhidas pela escola seguindo as suas possibilidades, as necessidades do meio e aspirações individuais.*

O referido diário oficial ao ser analisado ofereceu informações relevantes sobre o ensino primário no Maranhão e mesmo que o foco dessa pesquisa sejam os grupos escolares, especialmente o Grupo Escolar Urbano Santos foi necessário empreender consultas em seus artigos, já que tais instituições como foram criadas na perspectiva de oferecer o primário foi importante observar as legislações que orientaram e estruturaram essa modalidade de ensino. Nisso, foi necessário a continuidade da observação e análise do diário oficial do Maranhão de 1964

Nesse sentido, no seu artigo 27º em torno do progresso do aluno numa determinada serie será realizado considerando como um processo de crescimento nas diversas áreas do desenvolvimento humano, na qual deve ser adotado um sistema de promoção que leve em consideração a idade cronológica e a capacidade de aprendizagem do aluno. A idade é um fator de promoção, uma vez que nas classes do ensino primário, os estudantes precisam ser classificados de acordo com uma idade mínima.

No diário oficial é possível perceber ainda a autonomia destinada aos estabelecimentos de ensino no momento de organizar sua avaliação, mas respeitando a aprovação do Conselho Estadual de Educação. O que demonstrava certo controle por parte das instituições oficiais que estruturavam a educação do Maranhão, a nível estadual. O artigo 30º traz conhecimentos sobre a chamada para a matrícula do ensino primário obrigatório a partir dos sete anos de idade a ser criada pela Secretaria de Educação e Cultura e aos municípios do Maranhão e o artigo 31º destacou informações sobre as penalidades que seriam enfrentadas pelos familiares que não matriculassem os filhos em idade escolar, impedindo de exercer funções trabalhistas públicas, autarquias ou de sociedades mistas.

A educação primária de acordo com a LDB de 1961 ficaria a cargo dos estados e do Distrito Federal e conseqüentemente dos grupos escolares que atuavam no ensino primário no Maranhão, seguindo algumas condições para seu reconhecimento, tais como moralidade do seu diretor, um corpo burocrático que garantisse a verificação da identidade dos alunos matriculados e ingressantes, instalações adequadas e garantia de remuneração satisfatória aos professores. A implantação de uma classe primaria perpassa por detalhes que deveriam ser observados pelo estado em parceria com os municípios e o que era proposto pela educação nacional.

A necessidade de professores qualificados sobre o que deveriam ensinar e como deveriam ensinar para atuar no ensino primário se fez presente pela própria mudança que essa modalidade estava vivenciando no Brasil. Era preciso mudar a concepção que os professores tinham de uma pedagogia ultrapassada e arcaica por uma nova, uma ideia que já era

manifestada nos livros didáticos, pois tais instrumentos de aprendizagem são representações de um grupo que está no poder politicamente ou economicamente, mas que deveria atingir a estrutura escolar com um todo a partir da adaptação aos programas de ensino. (Albuquerque, 2012, p.96).

As transformações do ensino primário contribuíram para a criação de uma nova ideia de professor, o normalista e que deveria se articular com o conhecimento científico defendido pelos programas de ensino que estavam sendo utilizados nas escolas brasileiras. O professor precisa ser um profissional em constante inovação de sua prática pedagógica e as escolas normais foram instituições que contribuíram de maneira significativa nessa modernização da prática aliada as experiências pedagógicas, essas valorizadas na LDB de 1961 em seu artigo 20.

4. A CIDADE DE TIMON, EDUCAÇÃO E O COMEÇO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO GRUPO ESCOLAR URBANO SANTOS

Essa seção destaca temas relacionados aos elementos históricos e educacionais da cidade de Timon, visto a necessidade de traçar informações sobre a localidade na qual a escola, fonte da pesquisa se encontra inserida e aos primeiros passos da instituição escolar pesquisada na cidade de Timon, sua criação, arquitetura e as atividades vinculadas a sua realidade.

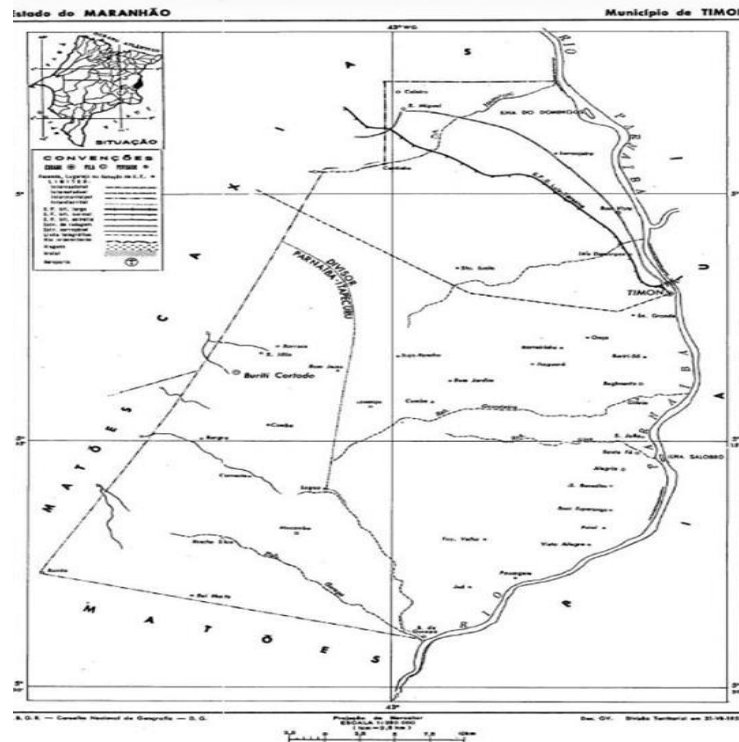
As cidades como elementos sociais e interacionais foram criadas a partir da necessidade dos homens viverem em coletividade, estruturadas por meio de atividades realizadas diariamente por seus membros, contribuindo para a construção de uma identidade social e cultural próprias. As cidades são organismos vivos formadas por inúmeros personagens, tendo cada qual sua parcela de representatividade na criação de seus aspectos relevantes ao longo do tempo.

Para (Oliveira, 2011), nas cidades é possível presenciar determinadas atividades que a tornam local por excelência da diversidade, do improvável e do impreciso. Essas práticas são plurais, e raramente podem ser controladas ou eliminadas pela administração mesmo que eficiente e racional, esforçam-se por uma proliferação relativamente sem legitimidade, desenvolvida de forma inusitada sob as redes da vigilância, combinada segundo estratégias ilegíveis, mas estáveis a ponto de constituírem regulações do a dia a dia ser realizadas por todos.

Tais práticas cotidianas estabelecidas e utilizadas nas cidades são regularizadas por seus costumes, tradições e modos de ser, bem como de normas e legislações específicas que auxiliam na convivência em grupo de maneira pacífica. São rituais diários executados de maneira quase que automática pelos seus diversos habitantes, embora haja fatores emocionais no processo de configuração das diferentes relações criadas e mantidas. Uma cidade não se encontra parada no tempo, pois recebe influência e influencia a cultura de determinada sociedade que habita suas estruturas.

Nisso, antes de adentrar a história e memória do Grupo Escolar Urbano Santos é recomendável e necessário apresentar certos aspectos relacionados à trajetória histórica da cidade de Timon e sua localização geográfica na região do Médio Parnaíba, sendo o 49º município do Estado do Maranhão em grandeza territorial, com área de 2050 quilômetros quadrados. Logo, o mapa abaixo evidencia especificamente Timon e as cidades que fazem fronteira com sua imediação.

Figura 2 – Mapa de localização da cidade de Timon



Fonte: Arquivo Timon Histórico do Passado

O mapa da cidade de Timon acima deixa evidente sua localização numa fronteira entre Caxias, Matões e Teresina, uma região que possibilitou ao longo do tempo, o seu relativo desenvolvimento socioeconômico, tendo como principal fator a proximidade com a capital Teresina e com suas estruturas que permitiram uma influência na organização do comércio e sociedade de Timon ao lado de Caxias e Matões por meio do escoamento de sua produção, bem como do deslocamento de mão de obra e estudantes dessas duas últimas cidades supracitadas para as escolas e postos de trabalho em Timon.

A história da formação da cidade de Timon de acordo com a Enciclopédia dos Municípios (1959) é fortalecida a partir da criação da capital do Piauí, Teresina, em 1852, quando o município ainda pertencia a Caxias, com a denominação de 3º Distrito de Paz de São Benedito de Caxias. Na estrada que era utilizada como travessia entre Teresina e o território que seria Caxias foi configurando um local de travessia chamado de Porto das Cajazeiras, que serviu de ponto de aglomeração de pessoas, a qual contribuiu na criação de um povoado denominado de São José da Parnaíba, ou seja, a margem esquerda do Rio Parnaíba.

A cidade de Timon ainda não tinha as características de uma localidade moderna, visto que a mesma era dependente de uma das principais cidades do Maranhão, atual Caxias, mas

que segundo a afirmativa de Cesar Marques⁵ com uma possibilidade de crescimento ampla, embora sua estrutura modesta, de duas ruas e algumas casas de telha e palha, um desenvolvimento justificado devido ao fato da localização próximo a uma capital, Teresina e pela existência de engenhos de cana de açúcar. Tais aspectos relacionados a uma posição geográfica relativamente privilegiada e uma economia ainda vigente no período em torno da produção e comercialização do açúcar.

A cidade de Timon-MA começava como povoado, posteriormente em 1890 é elevado a categoria de Vila com o nome de Flores e sede do município autônomo de São José das Cajazeiras a partir da Lei n° 50, de 22 de dezembro, do Dr. José Viana Vaz, Vice Governador em exercício. Em 12 de abril de 1891, instalou-se a primeira administração, que teve como Intendente, o coronel Hermógenes de Carvalho. Outra inovação tecnológica que beneficiou a localidade foi a construção da Estrada de Ferro Caxias-Cajazeiras pela Lei n° 157, inaugurada com a entrada da primeira locomotiva da Companhia de Melhoramento do Maranhão, concessionária de ferrovias. (Ferreira, 1959, p. 366)

O mesmo autor afirma que no ano de 1924 uma realização importante para Timon-MA ocorre com sua elevação de Vila para cidade, pela Lei. n° 1139, no governo do Dr. Godofredo Viana, mantendo o nome de Flores. A partir de 1943, como uma forma de atender as exigências do IBGE sobre a proibição existir duas cidades com mesmo nome, já que no sul do Brasil havia uma cidade conhecida pelo nome de Flores, um Decreto Lei Estadual do interventor Paulo Ramos, n° 820, estabelece a mudança de nomenclatura do município para Timon, sendo o primeiro prefeito, Sr. Joaquim Martins Ferreira.

A cidade de Timon-MA em sua história era uma estrada de passagem de gado próxima ao rio Parnaíba, a qual atuou como influenciador das comunidades que viviam as suas imediações e outros mantimentos entre Oeiras, essa antes conhecida como primeira capital do Piauí, substituída por Teresina em 1850 e Caxias até se tornar um povoado autônomo, posteriormente vindo a ser Vila e em seguida o município, recebendo nome atual, através dos folhetins publicados em São Luís, chamado de Jornal de Timon, em homenagem ao filósofo grego de mesmo nome contemporâneo de Sócrates.

⁵ Nasceu em Caxias, MA, em 12 de dezembro de 1826, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 5 de outubro de 1900. Em 1844, matriculou-se no curso de Matemática da Universidade de Coimbra, mas teve de interrompê-lo em 1846 quando, com a revolução chamada “Maria da Fonte”, foi fechada a Universidade. Voltou ao Brasil e fez o curso de Medicina na Faculdade da Bahia (1854). Entrou para o corpo de saúde do Exército, mas conseguiu demissão em 1857. Ocupou cargos diversos no Amazonas, no Piauí e no Maranhão: secretário da Inspeção Geral da Instrução Pública foi um deles.

4.1. A educação timonense ao longo do tempo

Timon foi vivenciando diferentes transformações ao longo do tempo, orientadas em grande medida pelo seu processo de urbanização que teve um início semelhante as demais cidades do interior, ou seja, de maneira lenta e gradativa devido aos poucos recursos das prefeituras e as estratégias de municipalizações. Na cidade de Timon, contudo, os moradores ainda mantinham uma vida relativamente simples articulada com a terra, a qual retirava seu sustento e nas representatividades governamentais estava à figura de Padre Defino e Napoleão Guimarães. (Santos, 2007, p. 49-50).

Nesse sentido, as mudanças que foram ocorrendo na cidade também foram orientadas pela estruturação da educação, inicialmente de maneira simples, evidenciando a necessidade de algumas famílias procurarem matricular seus filhos em escolas de Teresina. A educação da de Timon recebeu uma relevante contribuição com criação do Grupo Escolar Urbano Santos, em 1942 e o Grupo Escolar Urbano Martins, em 1948, implantações tardias, se considerar que o primeiro Grupo Escolar do Maranhão ocorreu em 1907, tendo como principal causa a relativa natureza rural de Timon que gradativamente foi transformando (Sousa, 2014) em urbana ao longo da década de 1960.

A inauguração dos dois grupos escolares na cidade demonstra o ideal republicano mesmo que tardio chegando e com esses, a esperança de melhorias sociais orientando a vida de famílias timonense, especialmente relacionada a educação de primeiras letras. De acordo com (Silva et al. 2020), apesar das tentativas do governo do estado do Maranhão em suprir as necessidades, os dados desanimadores de pouco mais de 40 grupos escolares no Maranhão demonstravam um contexto diferente do que havia sido proposto.

Desse modo, numa conjuntura do governo federal e Instituto de Pesquisas Educacionais, ao lado das Secretarias dos estados de procurar resolver a situação dos grupos escolares espalhados pelo Brasil foi criado em Timon em 1958, o Grupo Escolar Padre Delfino, pelo Decreto Estadual n. 1.322 de 30 de abril, contando com o auxílio da Câmara dos Vereadores, que destinou a concessão do terreno para a construção do prédio escolar ao lado da Prefeitura de Timon, na gestão do ex-prefeito Joaquim Martins Ferreira (1955-1960) que foi responsável por conceder o valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para efetuar a construção do grupo escolar por meio da Lei Municipal n. 6/1958. (Silva *et al*, 2020, p. 68).

A malha educacional de Timon estava sendo expandida com criação e ampliação de novas instituições escolares e embora fosse um aspecto positivo até a década de 60, na cidade havia apenas escolas destinadas ao ensino primário e com o Projeto Estadual Bandeirante

através de uma parceria entre Napoleão Guimaraes e o governador José Sarney ocorre a criação do ensino voltado ao ginásio, contribuindo numa expansão da educação timonense além do primário, materializado no Colégio Francisco Vitorino de Assunção, que na história de Timon ficou conhecido como Colégio Bandeirante.

Por iniciativa do então governador do estado, a época José Sarney houve além da criação dos projetos educacionais Bandeirantes foram criados os projetos relacionados a TV Educativa, João de Barro e Madureza. E nessa perspectiva foi criado também o Grupo Escolar Governador José Sarney, no final da década de 60 e os recursos federais utilizados na sua construção tiveram sua origem a partir do Plano Nacional da Educação seguindo a LDB/1961, que estabeleceu metas para ampliar a oferta de vagas na educação primária timonense, criando condições para alcançar as determinações educacionais da década de 1960. (Rocha et al, 2020, p. 157)

No contexto do Maranhão Novo propagado pelo Governo Sarney com a inauguração do Ginásio Bandeirante em 1968, orientado pelo Projeto de mesmo nome tinha como objetivo (Pinto, 1982, p. 162-163) suprir as necessidades de educação ginasial nos municípios maranhenses, inspirado nas explorações dos bandeirantes do Brasil Colonial que tinham o intuito demarcar o interior do Brasil, tal iniciativa educacional apresentava o objetivo de inserir o ginásio nos municípios localizados no interior do Maranhão e conseqüentemente possibilitar um ensino além do primário.

Além dos objetivos supracitados, o Projeto Bandeirante no Maranhão e conseqüentemente nos municípios do interior havia um entusiasmo da equipe técnica de José Sarney pela possibilidade concreta de inserir os alunos que estavam encerrando o ensino primário na continuidade dos seus estudos. Quanto ao Projeto TV educativa, esse destacava uma proposta de levar de maneira tecnológica o Ensino Médio ao interior do Maranhão e o Projeto Madureza mantinha o foco num Ensino Médio voltado para aqueles que não poderiam cursar essa modalidade educacional numa idade necessária. O fato é que mesmo com dificuldades, os três projetos influenciaram a organização da educação de Timon ao longo do tempo.

Em 1966 ocorre a criação da Secretaria de Educação e Cultura do Município pela Lei nº 315 de 13 de outubro com o objetivo de administrar, coordenar e planejar o ensino municipal na cidade de Timon – MA, tendo como justificativa para sua criação o aumento escolas na cidade e proporcionar a educação para as crianças da zona urbana e do interior. Isso revela as necessidades por uma Secretaria de Educação no próprio município para demonstrar sua autonomia e desenvolvimento urbano e educacional. Logo, por motivos de

melhor compreensão foi optado por transcrever parte considerável da lei de criação da referida Secretaria.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
PROJETO DE LEI NÚMERO 22/66

Cria a Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Artigo 1- Fica criada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para atender as necessidades do município, no setor educacional.

Artigo 2 – A Secretaria constante do artigo 1 compete coordenar, planifica e a instrução primária do Município, instruir os professores, distribuir o material escolar e o organizar a sua escrituração, de acordo com o poder executivo.

Artigo 3- Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Timon, Estado do Maranhão, em 15 de setembro de 1966

Justificativa

O poder executivo verificando que o setor da instrução primária é um dos setores mais importantes para os jovens pobres de amanhã e que moram no interior, pretende ampliar as escolas de Município, conforme já é do conhecimento dos nobres Vereadores no início de seu governo. Dai surge a necessidade de uma Secretaria Municipal de Educação e Cultura a fim de que sejam resolvidas com maior eficiência o problema educacional.

Com a exposição acima, confio na aprovação do presente ante-projeto pelos ilustres Vereadores.

Timon 15 de setembro de 1966

A criação da Secretaria Municipal de Educação de Timon insere a cidade num novo contexto de urbanização, integração entre cidade/interior e a necessidade por um organismo na própria cidade de coordenar as escolas para alavancar o sistema educacional timonense sob sua responsabilidade tanto na área urbana quanto na zona rural (Rocha, et al. 2020). Quando uma Secretaria de Educação é criada é percebida uma evolução no processo de urbanização de uma cidade, bem como uma autonomia educacional diante de outros municípios.

Sobre a educação, na década de 1970, em Timon já tinha um considerável número de instituições escolares, que funcionavam tanto através do estado como dos municípios, pois não era raro, as autoridades estaduais necessitarem de um colégio municipal para funcionarem como instituição escolar pertencente ao estado, especificamente no nível ginásial (atual Ensino Fundamental II), pois a primeira escola do Ensino Médio só foi construída em 1981 com o nome de Centro de Ensino Jacira de Oliveira e Silva. Nesse período foi observado que o município timonense estava cedendo grupos escolares de sua alçada para serem utilizados

pelo estado do Maranhão, conforme pode ser notado na transcrição de um dessas autorizações emitidas pela própria prefeitura da cidade de Timon:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
PROJETO DE LEI NÚMERO 599/78 DE 15 DE MAIO DE 1978.

Autoriza o Executivo Municipal a ceder por empréstimo, os Grupos Escolares “Firmo Pedreira”, “Odilo Costa” e “Mal. Costa e Silva”, situados nos Bairros “Vila Tem. Martins”, “São Benedito” e “Parque Alvorada”, respectivamente nessa cidade, pertencente ao Patrimônio Municipal, ao governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura do Maranhão, para o funcionamento de três Grupos Escolares Estaduais.

Artigo 1- Fica o Executivo Municipal a ceder por empréstimo, os Grupos Escolares “Firmo Pedreira”, “Odilo Costa” e “Mal. Costa e Silva”, situados nos Bairros “Vila Tem. Martins”, “São Benedito” e “Parque Alvorada”, respectivamente nessa cidade, pertencente ao Patrimônio Municipal, ao governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura do Maranhão, para o funcionamento de três Grupos Escolares Estaduais, até que sejam construídos os seus próprios prédios.

Artigo 2- Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Timon, Estado do Maranhão, em 15 de maio de 1978.

O documento supracitado expõe um exemplo de autorização para a realização de empréstimos de prédios que funcionavam grupos escolares em Timon, de propriedade do município para o governo do estado até que este consiga realizar construções de prédios próprios para abrigar grupos escolares, uma vez que era relativamente mais fácil e menos custoso para a esfera estadual utilizar prédios que já possuíam uma estrutura, cultura e função escolar do que iniciar a criação naquele momento de prováveis dificuldades financeiras e estruturais com uma nova construção para suprir a necessidade de educação sob sua responsabilidade jurídica e legal.

O documento além das informações sobre empréstimos dos prédios de instituições escolares municipais ao estado demonstra também uma redistribuição de responsabilidades educacionais na cidade de Timon, visto que os grupos escolares durante certo momento na história da educação e das instituições escolares estavam sobre a administração dos estados com a criação de decretos e outras legislações que especificavam tal responsabilidade. Ao longo da década de 70 passaram a existir grupos escolares sob a tutela do município nas cidades do Maranhão, incluindo Timon conforme o documento supracitado deixa evidenciado.

Nesse período a cidade de Timon apresentava um total de 37.265 habitantes segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, um aumento considerável em comparação a década de 60. Em relação a educação, a cidade de Timon já tinha um razoável

número de escolas. Uma tabela relacionada a matrículas no ensino primário em Timon nos anos de 1970 até 1973 descreve melhor o contexto educacional timonense ao menos em relação ao ensino primário.

Tabela 1 – ⁶Matriculas totais no ensino primário (1970-1973)

Serie	Ano			
	1970	1971	1972	1973
1°	1113	1182	1352	1586
2°	1070	998	1198	1361
3°	832	825	1072	1224
4°	582	731	938	1217
5°	75	80	100	---
Total	3672	3816	4660	5388

Fonte: Arquivo bibliográfico de Costa e Silva (2020)

Desse modo, observando a tabela pode ser percebido aumentos e quedas nas matrículas no ensino primário em Timon durante os anos de 1970 até 1973, onde em relação à primeira série houve um aumento no número de matrículas nessa modalidade de ensino de 94% no ano de 1970 para 1971 e de 87% do ano de 1971 para 1972 e 85% de 1972 para 1973. Nisso, apesar do aumento em torno de números, a porcentagem dos alunos matriculados por ano apresenta uma relativa queda. Do ano de 1970 para o de 1973 houve um aumento de 70% nas matrículas na primeira série do primário.

Na segunda série as matrículas tiveram uma queda substancial de 93% no número de alunos matriculados do ano de 1970 para 1971 e um crescimento de 83% e 88% do ano de 1972 para 1973. E um aumento de 78% das matriculas na segunda serie do ano de 1970 até 1973. Na terceira série ocorreu um decréscimo de quase 100% dos poucos alunos que estavam matriculados nessa serie no ano de 1970 para 1971 conseguindo um aumento de 76% do ano de 1971 para o ano de 1972 e um aumento de 87% do ano de 1972 para o de 1973. E um aumento de 67% do ano de 1970 ao ano de 1973 do primário.

Na quarta série houve crescimento relevante das matriculas nessa serie em relação ao ano de 1970 até 1973. Assim, houve um acréscimo de 79% do ano de 1970 para o de 1971, do ano de 1971 para o ano de 1972 ocorre um aumento de 76%, do ano de 1972 ao ano de 1973 houve um aumento de 77%. E um aumento de 47% do ano de 1970 para o ano de 1973. A quinta série houve aumento de 93% das matriculas do ano de 1970 para o de 1971, do ano de 1971 ao ano de 1972 ocorre um aumento de 80%. Não houve matriculas no ano de 1973 nessa

⁶ SILVA, Tiago Rodrigues da; COSTA, Odaleia Alves da. **O Ensino Primário e Secundário de Timon (1950 até 1980)**. Editora Garcia, 2020

serie. No total de matriculas para a modalidade primária o ano de 1970 teve um aumento de 96% ao ano de 1971, um aumento de 81% do ano de 1971 para o ano de 1972 e um aumento de 86% do ano de 1972 para o ano de 1973.

A educação de Timon durante a década de 1970, período de vigência do governo de Napoleão Guimaraes foi marcada pelo funcionamento e construção de escolas no período da manhã e da tarde, além do aumento do número de salas devido a uma estratégia política ou mesmo exigência dos órgãos legais relacionados à Secretaria de Educação do Estado ou a Secretaria Municipal de Timon. Logo, nas palavras do ex-prefeito da cidade é possível compreender que:

O primeiro... Coloquei para funcionar dois turnos e construí o José Sarney ali. Depois construí o Clodomir Millet, depois construí o Bandeirante... E se eu for dizer, eu construí quase todos os colégios aqui... Não foi apenas durante a década de 1970, mas no decorrer dos três mandatos.(João, 2019)

Por meio da citação acima é percebido um relativo exagero nas palavras do referido personagem na cidade de Timon ao afirmar que construiu quase todas as escolas da cidade, embora não pode ser desconsiderada a importância do ex-prefeito para Timon, pois ao longo do seu mandato, a educação timonense encontrou um período do aumento da quantidade das escolas, **enquanto** não pode ser afirmado sobre a qualidade do ensino oferecido durante seus mandatos.

Nesse sentido, a década de 70 na cidade de Timon tanto nas localidades rurais como no ambiente urbano foi um período marcado pela criação e diversas instituições escolares primárias e ginasiais, dentre esses alguns novos grupos escolares que atualmente constituem o cerne da educação pública timonense, tais como: Grupo Escolar Odilo Costa Filho (1973), Grupo Escolar Padre Delfino citado nos parágrafos anteriores (1970) Clodomir Millet, Duque de Caxias, Benjamim Monteiro e Enoque Moura.

Durante a década de 1980, o principal acontecimento em torno da educação timonense foi a inauguração do Centro de Ensino Jacira de Oliveira e Silva em 1981 seguindo os preceitos de ensino profissionalizante estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692/1971. A implantação do ensino profissionalizante na cidade de Timon através dessa instituição, embora marcada pelas dificuldades no começo de seu funcionamento aumentou as expectativas sociais dos jovens da cidade, já que não precisariam ser direcionadas com tanta frequência as escolas de ensino profissionalizante de Teresina, essas já saturadas.

A escola é inaugurada no dia 22 de Junho de 1981 com os cursos de Magistério e Eletricidade reconhecidos através das resoluções nº 381/82 e 382/82, nos turnos da tarde e

noite. Quanto ao curso de comércio também foi oferecido pela escola, mas durou apenas dois anos devido à falta de alunos. A escola de acordo com documentos emitidos funcionava de maneira precária nesses primeiros anos, nos assuntos relacionados falta de água na instituição que duravam até quinze dias e a carência de funcionários básicos para o seu funcionamento. O depoimento abaixo também pode descrever as dificuldades encontradas no C.E Jacira de Oliveira e Silva.

[...] “As dificuldades eram grandes porque a secretaria só fundava o colégio, mas a assistência, quando foi para inaugurar o 2º grau eu pedia muita coisa a muita gente da sociedade até bebedouro elétrico eu consegui para o colégio, as coisas dentro da escola, material didático eu construía, mapas eu consegui pedindo e às vezes comprando, eu fazia bingo entre o horário da tarde e o horário da noite para comprar materiais de expediente como canetas, folhas de papel almaço e giz, apagador, objetos de utilidade dentro da sala de aula. Na papelaria eu comprava fiado para pagar quando realizasse o bingo. A limpeza do colégio era feita por mim com a ajuda dos alunos e de alguns professores, da zeladora e o vigia também” (Sousa, 2014)

O depoimento supracitado da primeira diretora da escola que permaneceu três anos de 1981 a 1983, comandando a instituição, ilustra bem os obstáculos enfrentados pela escola durante essa primeira fase de sua existência devido aos problemas relacionados ao próprio poder público da cidade e o esforço para superá-los com a realização de atividades extra escolares para contornar os desafios e obstáculos vivenciados pela instituição como estratégias satisfatórias.

O Centro de Ensino Jacira de Oliveira e Silva passou por várias dificuldades tais como: falta de investimentos suficientes por parte do poder público, uma estrutura física pouco satisfatória, falta de funcionários para o exercício de funções básicas e a ocorrência de uma reforma e greve de professores. Mas através do trabalho e compromisso de gestores capazes, professores responsáveis e competentes que apesar de tais dificuldades forneceram aos alunos, conhecimentos necessários para a vida Pós-Escola.

A consolidação da malha educacional timonense foi um processo lento que vivenciou momentos de avanços e retrocessos relacionados a construção de grupos escolares, do ensino ginásial e do ensino médio, anteriormente profissionalizante, bem como obstáculos em torno de sua manutenção, pois a maior parte dos documentos analisados sobre a educação do Maranhão no geral e Timon com foco no ensino primário evidencia solicitações de pedidos de materiais e reformas, mas que contribuíram no enriquecimento da educação dos estudantes timonense e sua permanência na cidade.

Durante a década de 90 e no decorrer dos anos 2000 na cidade de Timon já haviam enraizadas na memória dos seus habitantes, diferentes instituições escolares de educação básica que atendiam desde Jardim de Infância até o Ensino Médio, mas que aos poucos por

falta de recursos ou de alunos algumas eram desativadas para ceder lugar ao progresso, um progresso que não poderia compartilhar espaço com o que era considerado antigo e ultrapassado. Desse modo, houve o fechamento de escolas para a transformação de universidades, a exemplo, Higino Cunha para receber a Universidade Estadual do Maranhão, outras para funcionar áreas administrativas da Secretaria do Estado. O fato é que mesmo as escolas que não existem materialmente continuam vivendo nas memórias e nas fotografias daqueles que tiveram momentos únicos nos seus corredores.

4.2. Grupo Escolar Urbano Santos em construção: um novo modelo de educação na cidade de Timon

Os grupos escolares foram criados sobre a vertente da inovação e modernização republicana no desejo de esquecer os princípios e representações da Monarquia, aspectos considerados atrasados e que não serviam aos ideais da nova nação que surgia na concepção republicana. Tais instituições foram marcadas para serem um novo modelo educacional no Brasil, tanto nos elementos arquitetônicos quanto pedagógicos e características essencialmente urbanas. Além de estimularem professores formados nas Escolas Normais criadas no Brasil.

Nesse sentido, o Grupo Escolar Urbano Santos foi implantado em 1942 de acordo com as informações disponíveis no Diário Oficial do Maranhão ano XXXVII nº 76, de 15 de abril de 1942 no Bairro Centro em Timon-MA, oferecendo o Ensino Primário, correspondente a antiga (1ª a 4ª série), se constituindo como o primeiro grupo escolar da cidade, tornando importante a possibilidade do conhecimento e a valorização de sua história por meio de fontes selecionadas e interpretadas.

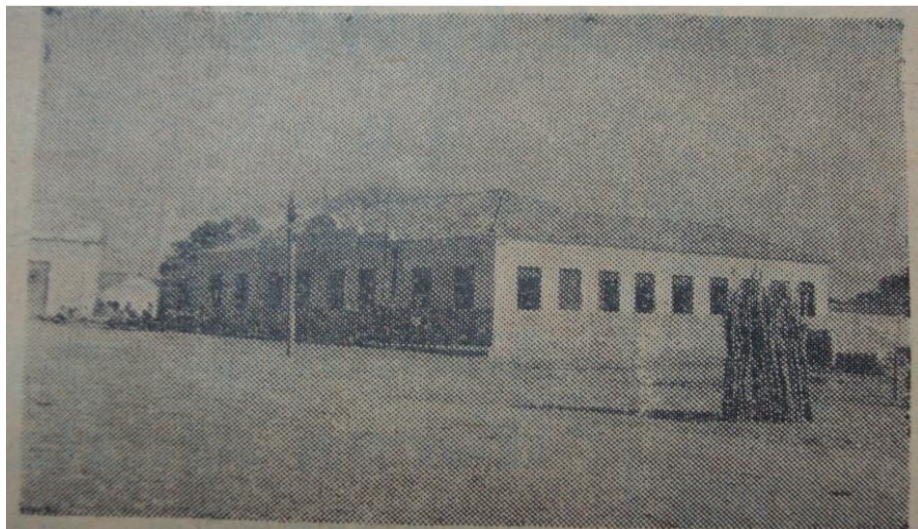
No período de 1942 a 1970, de acordo com Silva (2014), quem contribuiu com a gestão do Grupo Escolar Urbano Santos foram as professoras: Francisca Gasparinha da Silva, Nely de Mesquita Moraes; Conceição de Maria Lima Nunes; Maria José Pinheiro Serra; Marise da Silva Lima Gomes; Hilda Parentes. Destarte, o devido ingresso na função de diretora era seguido por uma indicação político-partidária, permanecendo as diretoras no cargo enquanto essas articulações, na esfera estadual e municipal, assim estipulassem. (Silva, 2018, p.33).

Desse modo, é possível perceber que alguns cargos de liderança escolar, como a direção de uma determinada escola não ocorria de uma maneira democrática, através das eleições entre os próprios membros das instituições escolares ou por concursos conforme

estabelecia Decreto-Lei N° 1.462 de 1946 e o que prevalecia era as indicações das autoridades políticas estaduais ou municipais, dependendo da esfera política a qual a instituição pertencia à época com os escolhidos permanecendo de acordo com as continuidades das conjunturas políticas do estado ou município, contribuindo para a manutenção de um relativo clientelismo, onde só quem poderia alcançar cargos importantes nas escolas brasileiras seria quem mantivesse relações satisfatórias como os principais membros do poder político regional ou nacional.

A arquitetura do referido grupo escolar segue as linhas arquitetônicas marcadas pela simplicidade e racionalidade, elementos diferentes da opulência dos primeiros grupos escolares republicanos. Inaugurados em algumas das grandes capitais brasileiras. Essa nova fase de criação dos grupos escolares é forma de criar instituições escolares seguindo a economia da cidade que não tinha verbas consideráveis para serem gastas em suntuosidade de prédios escolares conforme pode ser percebido na imagem abaixo do prédio do Grupo Escolar Urbano Santos

Figura 3 – Grupo Escolar Urbano Santos (1957)



Fonte: Jornal Correio de Timon (1957)

A imagem do prédio que começou a abrigar o Grupo Escolar Urbano Santos possui uma simplicidade na sua entrada, embora pela fotografia seja difícil perceber, mas havia uma fachada com arco e brasão do estado do Maranhão, visto que os grupos escolares foram instituições escolares criadas sobre a orientação do poder estadual tal como pode ser percebido nos diversos certificados emitidos por tais escolas, contando a expressão “Governo Estadual”. As janelas eram largas provavelmente para permitir uma iluminação natural e ventilação, uma

informação comprovada nos depoimentos orais colhidos por meio das entrevistas com os ex-alunos e ex-funcionários da instituição.

Os símbolos presentes numa instituição pública de educação, tais como: quadros do governador, de um presidente, os brasões do estado, município, o formato da arquitetura de uma instituição escolar permitem compreender o processo de representação presente num determinado momento histórico, pois tais fatores possibilitam a construção da identidade de uma instituição, substituindo uma representação antiga por uma nova, uma realidade por outra realidade.

Na perspectiva de (Chartier, 1990), esses componentes da cultura escolar da instituição pesquisada envolvem uma luta para a consolidação de representações em torno de uma ideologia, regime político, concepção de mundo, de mentalidade e de sociedade. Uma representação capaz de influenciar a organização da educação no geral e das instituições escolares, como a do referido grupo escolar na cidade de Timon de maneira específica, mas que ao vivenciar mudanças temporais, políticas e econômicas outras representações podem surgir e iniciar seu processo de consolidação.

A existência de um grupo escolar na cidade de Timon construído no período da comemoração de aniversário de Getúlio Vargas foi responsável pela constituição de uma nova representação em termos de instituições escolares na cidade, visto que os grupos escolares vinham de um simbolismo de modernidade e inovação educacional, estabelecendo uma forma de fazer educação específica: a figura de um diretor, professores normalistas, salas com alunos da mesma faixa etária e nível de aprendizagem e programas voltados o ensino primário.

O Grupo Escolar Urbano Santos na cidade de Timon nas palavras de (Silva, 2021) funcionou do ano de sua criação 1942 até 1950, dividindo espaço com a prefeitura da cidade. A localização do referido grupo é a Rua Coronel Falcão, no centro da cidade, esse considerado como um local bem quisto de Timon devido a sua proximidade com a Igreja Matriz de São José, facilitando inclusive uma maior aproximação das crianças com a religiosidade católica, um fator que será observado na próxima seção que trata sobre o cotidiano da instituição.

A construção do Grupo Escolar Urbano Santos na cidade de Timon ocorre sobre a orientação do relatório do Interventor Estadual Paulo Ramos ao então Presidente da República, Getúlio Vargas em torno dos poucos investimentos destinados a Educação do Maranhão, onde declara que:

O que nos últimos anos tem este governo realizado no setor do ensino não é, de certo, algo que impressione pela suntuosidade das suas linhas, mas representa indiscutivelmente tudo quanto se poderia fazer dentro dos apertados limites dos recursos do tesouro. (Relatório de Governo, Interventor Maranhão - 1942).

O relatório acima destaca as dificuldades relacionadas aos escassos recursos existentes no tesouro estadual para a realização de obras direcionadas a construção de prédios escolares e especialmente aos grupos escolares, argumentando que mesmo diante dos poucos investimentos, o estado agia da melhor forma possível para dotar a Timon de uma estrutura educacional primária razoável, inclusive com a criação de prédios próprios para receber um grupo escolar. O fato é que o grupo escolar foi obtido através de um conjunto de ações envolvendo as personalidades relevantes da cidade e do poder estadual atuando em Timon ao lado das ações do interventor e das palavras relacionadas as dificuldades educacionais timonenses.

O Grupo Escolar Urbano Santos seguiu os pressupostos da expansão dos grupos escolares para o interior do Maranhão, onde no mesmo ano foram construídos seis grupos escolares nas cidades de Araióses; Bacabal; Balsas; Carolina; São João dos Patos (Silva, p.77, 2021). Nisso, os grupos escolares foram um relativo privilégio para tais cidades ao inaugurar uma nova era na educação maranhense. Um planejamento cuja intencionalidade começava a se expressar logo no modelo físico de construção para receber os grupos escolares até o seu cotidiano, esse manifestado no decorrer da existência dessas instituições, contribuindo na constituição de sua identidade.

Isso destaca a situação da instituição como foco de interesses de diferentes grupos políticos, sociais e econômicos que nas palavras de (Silva, 2021) em diversas ocasiões entravam em conflito, principalmente sobre as verbas destinadas ao grupo escolar para sua reforma, uma atitude observada especialmente entre os aliados de Odilo Costa e partidários de Padre Delfino da Silva Junior, uma personalidade política e religiosa na cidade que tinha inclusive um jornal, conhecido como: o Correio de Timon. O que não impediu a construção de uma representação pública da instituição tal quais outras repartições públicas na cidade de acordo com uma notícia do Jornal “O Piauí” de 1949, sempre carregando a concepção de primeiro Grupo Escolar de Timon.

As principais fontes de compreensão sobre os aspectos estruturais do Grupo Escolar Urbano Santos foram encontradas em documentos tanto oficiais quanto pessoais selecionados ao longo do recorte temporal estabelecido, como decretos e leis relacionadas ao verbas destinadas a instituição como a Lei Número 925 de 30 de julho de 1953 que abre crédito especial na quantia de CR\$ 30664,00 cruzeiros para a conclusão de obras do referido grupo

escolar. O que evidencia que apesar de ter sido inaugurado em 1942 e tendo sido considerado um marco na educação timonense, o mesmo não ficou isento de dificuldades de natureza econômica.

As pesquisas realizadas no arquivo permanente na Unidade Regional de Educação de Timon, antigo prédio que se localizava o Grupo Escolar Urbano Santos mesmo mantendo uma relativa ausência de documentos relacionados a pontos mais específicos da instituição, as fichas de matrícula, cadernetas de professores e boletins de alunos ao lado de certificados de conclusão permitiram compreender o processo da trajetória histórica do Grupo Escolar. Um dos principais foi à mudança de nomenclatura que de Grupo Escolar a partir da década de 70 por iniciativa do governo militar implantado no Brasil no ano de 1964 passou a se intitular Unidade Escolar Urbano Santos.

Nesse sentido, a realização da mudança do nome de uma instituição escolar não envolve apenas uma questão de legislação específica, mas uma transformação na própria cultura escolar, pois o nome proporciona a construção e consolidação de uma identidade, de uma expectativa do nomeador, no caso dos grupos escolares, o poder educacional relacionado a esfera nacional com a mudança dos nomes das escolas podendo representar uma nova simbologia na história da educação brasileira, bem como o encerramento de um ciclo, (Mignot, 1993.)

Quando o Grupo Escolar Urbano Santos teve seu nome modificado para Unidade Escolar na década de 1970 contribuiu também para a construção de uma nova representação social, onde os grupos escolares não seriam necessários diante do novo modelo de sociedade que surgia com o regime militar, na perspectiva de seus idealizadores. Logo, é preciso compreender que a mudança de uma nomenclatura não deve estimular o esquecimento em torno da história de uma escola, visto que seus nomes antigos compõem seu arsenal cultural e histórico criado ao longo de sua trajetória.

Outros detalhes mais simples em torno do cotidiano escolar da instituição foram percebidos na análise das fichas de matrículas e dos boletins que eram preenchidos a mão pelos próprios funcionários que trabalhavam no grupo escolar. As matrículas ao serem observadas seguiam certa padronização mantida no decorrer do recorte temporal, tais como o nome do estudante, a cidade, o nome dos pais e a religião, embora esse campo por vezes fosse preenchido ou não e era notada a presença relativamente dominante da religião católica e quanto às cidades dos alunos do grupo escolar muitos vinham de Timon, mas também de localidades adjacentes.

As matrículas, boletins e outros documentos escritos a mão representam uma simplicidade e um trabalho duplo, onde a atenção deveria ser redobrada por parte dos funcionários que estavam responsáveis pelo procedimento. À medida que a trajetória histórica do Grupo Escolar Urbano Santos avança foi possível perceber mudanças nas demais estruturas do seu cotidiano, incluindo o uso da datilografia como forma de realizar procedimentos antes feitos de maneira manual. Contudo, até as décadas de 90 foi observado que a maior parte da documentação desse grupo escolar era escrita manualmente, embora articulada com o mimeografo conforme se percebe no boletim abaixo datado dos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979.

Figura 4- Boletim Escolar do Grupo Escolar Urbano Santos

Mês	Ano letivo 1976					Ano letivo 1977					Ano letivo 1978					Ano letivo 1979					
	Comunicação	Matemática	Estudo Social	Ciências	Música	Comunicação	Matemática	Estudo Social	Ciências	Música	Comunicação	Matemática	Estudo Social	Ciências	Música	Comunicação	Matemática	Estudo Social	Ciências	Música	
Março	70	75	85	70	75	R	R	R	R	R	R	B	R	B	R						
Abril	75	70	70	70	71	R	R	B	B	R	R	B	R	R	R						
Maio	70	75	65	70	70	R	R	B	B	R	R	B	R	R	R						
Junho	75	75	80	70	75	R	R	B	B	R	R	B	R	R	R						
Agosto	65	65	70	80	70	R	R	B	R	R	R	MB	B	B	B						
Setembro	60	70	75	75	70	R	R	B	R	R	R	R	R	R	R						
Outubro	75	70	75	60	70	R	R	B	R	R	R	R	R	R	R						
Novembro	75	70	70	75	70																
Nota Final																					

Fonte: Arquivo escolar

O documento supracitado contém as notas do aluno, destacando uma particularidade com as notas da primeira série registradas por números e aquelas a partir da segunda série registradas em letras, sendo que o (B) significava Bom, (MB), Muito bom e o (R) regular. O documento evidencia que na maior parte das vezes, o aluno iniciava o primário no Grupo Escolar Urbano Santos e finalizava na mesma instituição conforme outros boletins analisados. Era uma forma de evitar transferências e troca de escolas desnecessariamente para outras instituições escolares de Timon, uma vez que essas poderiam recusar devido a falta de vagas disponíveis. Na área superior do documento havia os carimbos dos órgãos governamentais encarregados pelas escolas timonenses, a modalidade educacional a qual pertenciam e o órgão que deveriam enviar relatórios mensais.

A medida que o governo militar intensifica sua atuação autoritária no Brasil com o Ato Institucional 5 considerado um dos mais brutais criados pela ditadura militar, já que em seus artigos traziam elementos como: o fim do habeas corpus para criminosos políticos, suspensão

de garantias constitucionais e cassação de políticos tidos como inimigos do governo militar, tais ações passam a influenciar na educação escolar, como o citado exemplo, das mudanças de nomenclaturas dos grupos escolares para unidades escolares. Outras medidas foram manifestadas nos meios de comunicação e no novo tema presente na maior do dia a dia do brasileiro (Brasil-Ame-o ou deixe-o), procurando o fortalecimento da concepção de patriotismo evidenciado na imagem abaixo:

Figura 5 – Certificado Escolar Urbano Santos - 1979



Fonte: Arquivo Pessoal

No certificado o que pode ser percebido é os principais fatores relacionados ao Brasil militar, manifestado na educação e conseqüentemente no Grupo Escolar Urbano Santos, a posição simbólica do aluno com a bandeira do Brasil ao fundo, estimulando a ideia de patriotismo nacional, uma premiação provavelmente do próprio grupo escolar para fortalecer a importância de tal evento. Do lado direito o emblema das armas nacionais, destacando a valorização do Brasil e as frases de efeito abaixo do referido símbolo. A frase: Brasil ame-o ou deixe-o e o Brasil merece nosso amor de uma maneira relativamente implícita é uma forma de concentrar a valorização governo militar brasileiro.

O certificado estava associado ao primeiro ano de comemoração do dia internacional da criança na esteira da Declaração dos Direitos da Criança como uma iniciativa da Unesco em buscar estimular nos governos, nas Organizações não Governamentais e empresas, uma atuação mais ampla em relação aos direitos da criança. Uma medida presenciada na maior parte das escolas públicas brasileiras com tal representação, onde cada elemento apresenta um significado distinto, tendo como objetivo em comum, o respeito à criança e no caso do Brasil também o respeito pelo patriotismo, ou seja, o governo militar participava das propostas

internacionais, mas esquecer de focar nos interesses voltados para a valorização de sua imagem.

Com os alunos tendo êxito em encerrar com aprovação as atividades propostas pelo Grupo Escolar Urbano Santos recebiam outro certificado de conclusão do ensino primário, como principal garantia de continuidade dos estudos nas demais series do ensino de primeiro grau, ginásio na época e atualmente chamada de Ensino Fundamental II. O documento deveria conter o nome da diretora do grupo escolar e assinatura do aluno que estava recebendo o certificado e provavelmente do Diretor do Departamento de Educação para que fosse oficializado no momento de sua apresentação em outra instituição para adentar outros níveis de ensino conforme pode ser percebido na imagem abaixo:

Figura 6 – Certificado do Ensino Primário do Grupo Escolar Urbano Santos



Fonte: Timon Histórico do Passado

Na referida certificação, datada do ano de 1961 é possível observar que o Grupo Escolar Urbano Santos funcionava como uma instituição pertencente exclusivamente ao poder estadual do Maranhão, visto que sua criação em 1942, já estabelecia que sua estrutura organizacional estaria sobre responsabilidade estadual. Outro ponto relevante que foi percebido no certificado está no nome oficial do Brasil ser “República dos Estados Unidos do Brasil.” Com esse certificado em mãos, o aluno tinha um registro que havia concluído o ensino primário e estava habito a adentrar as demais series do 1º grau.

No decorrer da década de 1970 através de documentação do arquivo escolar foi possível perceber outros aspectos relevantes sobre o Grupo Escolar Urbano Santos, como o fato da instituição abrigar o Projeto Educacional Radiofônico Minerva, que tinha como objetivo o ensino de Jovens e Adultos por meio de cartilhas, tendo como metodologia de

transmissão o rádio, em postos específicos, localizados em escolas brasileiras, funcionando geralmente no turno da noite no grupo escolar pesquisado, tornando um mecanismo, a qual o governo militar poderia usa-lo no intuito de impor sua ideologia.

As documentações em torno do Projeto Minerva descrevem especificamente a forma dos alunos realizarem sua matrícula, onde os mesmos teriam acesso a uma ficha para apresentar seu nome, data de nascimento, filiação, cidade de moradia e o posto radiofônico, além das disciplinas que o aluno desejaria cursar. Dois fatos a serem observados é que após as análises dos documentos referentes a esse Projeto Supletivo Radiofônico foram que, embora com a extinção do Projeto em 1989, devido a necessidade de encerrar as turmas houve turmas até 1991 e a maior parte dos alunos que não tiveram o ensino de 1º em idade própria oscilava em escolher duas disciplinas ou todas as disciplinas ofertadas para obter o certificado de 1º grau.

Desse modo, o Projeto Minerva foi uma iniciativa educacional criada pelo governo militar (1964-1985), que consistia no desenvolvimento do ensino e aprendizagem supletiva de 1º e 2º grau por meio do acompanhamento dos alunos matriculados nesse projeto de radio a partir de aulas ofertadas pelo Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O método funcionava com monitores nos radio postos, acrescido da leitura de fascículos. E nos radio postos eram destinados fitas cassetes, contendo as aulas transmitidas nos territórios brasileiros. (Monaco; Cockell, 2020).

Em relação ao Projeto Minerva, a representante do Jornal, o Estado de São Paulo com sua afirmação defende o programa como uma alternativa viável as dificuldades encontradas por crianças, jovens e adolescentes com o ensino e materiais didáticos e localidades humildes no Brasil, que provavelmente teriam dificuldades em terem acesso a uma escola no local que moravam devido à ausência dessas aos materiais necessários para a otimização da aprendizagem.

Num país onde há falta de escolas, de material didático e até lápis e cadernos, só por intermédio dos mais eficientes recursos de comunicação de massas é possível estender a todo o povo os benefícios da cultura. Partindo desse princípio, a 29 de setembro de 1970 foi assinada uma portaria criando o Projeto Minerva – assim batizado em homenagem à deusa da sabedoria. Trata-se de uma programação educativa e cultural executada pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. O rádio foi escolhido como instrumento, pelo seu baixo custo. E o Primeiro Programa foi ao ar no dia 4 de outubro do ano passado. (Coutinho, 1971, p. 44)

O Projeto Minerva foi criado e defendido sua realização fundamentada nas dificuldades educacionais ocasionadas pela falta de escolas em algumas localidades

brasileiras, especialmente nas mais afastadas dos centros das grandes cidades e aquelas das zonas rurais, bem como da ausência dos materiais didáticos necessários ao ensino e aprendizagem de maneira proveitosa. A utilização do rádio, como principal meio de comunicação e difusão do projeto, na perspectiva da jornalista estaria ampliado a atuação da educação brasileira por meio de um maior alcance da população dos diferentes cantos do Brasil.

Outro aspecto que merece destaque em relação ao funcionamento do Projeto Minerva é a sua diferença curricular em torno do ensino regular oferecido pelo Grupo Escolar Urbano Santos, já que o histórico do projeto apresentava as disciplinas completas, pois estava voltado para o supletivo de 1º grau havendo a necessidade das disciplinas trabalhadas no currículo geral do 1º grau e as do currículo do Grupo Escolar Urbano Santos serem direcionadas ao primário regular conforme pode ser percebido nas duas imagens abaixo das matrizes curriculares que foram transcritas a partir de uma adquirida no arquivo escolar da instituição pesquisada.

Quadro 3 – Matriz Curricular – Ensino Primário – Urbano Santos

Meses	Ano Letivo Serie Turma Nº do aluno	Ano Letivo Serie Turma Nº do aluno	Ano Letivo Serie Turma Nº do aluno	Ano Letivo Serie Turma Nº do aluno	Média
Março	Comunicação e Expressão	Matemática	Estudos Sociais	Ciências	
Abril					
Maio					
Junho					
Agosto					
Setembro					
Outubro					
Outubro					
Novembro					
Média Final					

Fonte: elaborada pelo autor

Esse era o modelo de matriz curricular utilizada no Grupo Escolar Urbano Santos no ensino primário regular, na qual é possível perceber a ausência de disciplinas explícitas como Português, História e Geografia, visto que essas duas últimas estavam associadas aos Estudos Sociais, uma disciplina que integrava as Ciências Sociais com as Humanidades, contribuindo para o desaparecimento da História e Geografia do 1º grau primário, permanecendo restritas ao Ensino de 1º grau (Ginásio) 2º grau, atual Ensino Médio. Apenas Ciências e Matemática mantinham como disciplinas autônomas. As notas eram destacadas através de conceitos (B)

para Bom, (MB) muito bom, (R) para regular ou por meio dos conhecidos números com a nota 10 sendo a numeração máxima e 7 a média para a provação.

Quanto ao Projeto Minerva, como sua função principal era atuar como supletivo para jovens e adultos que não concluíram o Ensino de 1º grau em tempo específico, na sua matriz curricular constava de algumas simples particularidades em nível de disciplinas e organização curricular que podem ser percebidas na representação abaixo de uma matriz do referido projeto de 1987:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ESCOLAR URBANO SANTOS

CURSO: SPC/VIA RÁDIO- PROJETO MINERVA

I IDENTIFICAÇÃO

NOME:

RADIO POSTO

DATA DE NASCIMENTO

FILIAÇÃO

Quadro 4 – Matriz Curricular – Projeto Minerva

DISCIPLINAS	AVALIAÇÕES				TOTAL DE PONTOS	MÉDIA FINAL	RESULTADO	DATA
	T1	T2	T3					
PORTUGUES								
HISTÓRIA								
GEOGRAFIA								
CIENCIAS								
MATEMÁTICA								
OSPB/EMC								

Fonte: elaborada pelo autor

Na imagem supracitada é possível perceber no curso supletivo do Projeto Minerva, a presença das disciplinas de História e Geografia, diferente daquele relacionado ao ensino primário regular do Grupo Escolar Urbano Santos que mantinha os Estudos Sociais como forma de ensinar a História e Geografia. A matriz curricular destaca também duas disciplinas símbolos da ditadura Militar: Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC). A simplicidade da formação possibilitada pelo projeto também era outro diferencial, contando com apenas três avaliações nas disciplinas que o aluno havia escolhido para cursar.

No decorrer da década de 80 e 90, as atividades realizadas pelo Grupo Escolar Urbano Santos foram intensas, percebidas, sobretudo, nas diversas documentações, ofícios,

memorandos e relatórios criados pela direção do estabelecimento e pela própria Secretaria de Educação do Estado do Maranhão em parceria por vezes com a Secretaria do Município. Tais atividades foram analisadas de maneira detalhada na seção que trata do cotidiano da instituição orientado pela cultura escolar, aspecto que atua na diferenciação das instituições a partir de elementos relacionados ao seu dia a dia concreto.

Nos anos 2000 a partir do acesso que foi realizado no arquivo do Grupo Escolar Urbano Santos foi demonstrado que a instituição estava praticamente finalizando suas atividades, já que em 2004, o grupo escolar cede lugar a Universidade Estadual do Maranhão e posteriormente a Unidade Regional de Educação. As turmas relacionadas aos anos 2000 até 2004 provavelmente são as últimas turmas da escola e no decorrer desses quatro últimos anos, o grupo escolar foi usado também como anexos do Centro de Ensino Jacira de Oliveira e Silva devido sua constante procura, inclusive por pessoas que moravam distante do centro de ensino.

No decorrer dos anos 2000, o Grupo Escolar Santos foi diminuindo o número de alunos devido ao crescimento do número de escolas públicas e particulares que foram implantadas em Timon, tornando sua manutenção onerosa para os cofres do estado culminando na sua finalização. As fontes documentais relacionadas ao Grupo Escolar Urbano Santos continuam sendo analisadas e conectadas aos aportes teóricos selecionados durante a escrita dessa dissertação, contribuindo para esse primeiro entendimento sobre o processo de formação do Grupo Escolar, sua origem, constituição enquanto escola primária e espaço de realizações de celebrações importantes ocorridas na cidade de Timon até sua extinção em 2004.

5. UMA CULTURA ESCOLAR EM FORMAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DA ESPECIFICIDADE DO GRUPO ESCOLAR URBANO SANTOS (1942 ATÉ 2004)

Essa seção trará temas voltados sobre o cotidiano histórico da instituição pesquisada propriamente dita, a rotina dos alunos nas salas de aula, as práticas realizadas pelos alunos e demais funcionários do grupo escolar ao longo do recorte temporal da pesquisa. Na referida seção se encontra a maior parte dos depoimentos orais transcritos e analisados ao longo das entrevistas de história oral com ex-alunos, ex-diretor e ex-funcionários que participaram da história do grupo escolar.

O Grupo Escolar Urbano Santos desde sua criação em 1942 até o encerramento de suas atividades em 2004 teve sua importância construída, mantida e consolidada na história educacional de Timon, manifestada não apenas no ensino primário, mas sediando algumas das principais realizações na cidade, percebidas a partir da análise de documentos relacionados ao funcionamento da instituição. A própria história timonense esteve associada a esse grupo escolar devido a sua localização no bairro conhecido pela alcunha de Centro, da sua proximidade com espaços conhecidos, a saber, a Praça São José e da Igreja Matriz de São José.

Essa proximidade com esses espaços relevantes em Timon Timon possibilitou o constituir-se em uma das escolas de destaque, visto que toda cerimônia fosse de natureza civil, escolar ou mesmo governamental tinham o referido grupo escolar como um dos pontos encontro e realização de tais cerimônias de acordo com o Jornal Correio de Timon, de autoria de Padre Delfino da Silva Junior ⁷ que tinha como objetivo transmitir notícias em torno da religião católica e temporais sobre a cidade de Timon, com suas atividades iniciadas em 1956, levando diversas informações do município, dos seus representantes e de cidades vizinhas, como a de Caxias.

Nesse sentido, vale ressaltar que o personagem Padre Delfino da Silva Junior aos poucos foi se introduzindo na sociedade timonense, extrapolando a esfera da religiosidade, pois o mesmo configurava na cidade como um empreendedor, dono de rádio, político e criador da Caixa do Pobre, registrada em cartório, através do Livro número 4, fis. 63, n. 22, reconhecida de utilidade pública por lei estadual n. 750, de 31-12-1951 e lei municipal n. 130,

⁷ Foi uma das principais personagens empreendedoras da cidade de Timon. Oriundo de Pedreiras, no Maranhão, chegou em Timon em 1935, com o intuito de administrar, temporal e espiritualmente, a paróquia da cidade, que, na época, também abrangia os municípios de Matões e Parnarama. A habilidade de orador sacro rendeu ao referido pároco, em pouco tempo, uma legião de admiradores do ponto de vista religioso e político.

de 18-10-1953 registrada no conselho nacional do serviço social. (Correio de Timon, 1956-1958).

A Caixa do Pobre como um dos principais mecanismos temporais e seguindo a perspectiva cristã de auxílio criado pelo Padre Delfino tinha como objetivo essencial fornecer serviços de assistência funerária, médico, ortodontista, farmacêutica e educacional, esse ultimo voltado para os princípios cristãos, de acordo com a proposta evidenciada no Jornal Correio de Timon (1956, p.91), que discorre sobre o aniversário dessa iniciativa realizada no Grupo Escolar Urbano Santos. O fato de existir uma mensalidade simbólica para a participação dos associados nos benefícios e seu consequente desligamento em caso de inadimplência durante certo período torna-se contraditória o termo Caixa do Pobre, embora tal procedimento seja relevante, visto que esses benefícios são de certa forma, onerosos para aqueles de baixa renda.

A partir de análises no Jornal Correio de Timon em sua edição de 1956 e 1957 foi possível perceber no Grupo Escolar Urbano Santos, a realização de eventos de importância que ocorriam na cidade de Timon conforme defendido nos parágrafos anteriores, tais como em específico, a comemoração do aniversário do pai da aviação, Santos Dumont, na qual contaram com a apresentação do hino nacional e a presença da diretora da escola e de autoridades timonenses. A visita do governador do Maranhão Matos Carvalho recebido posteriormente com sua comitiva no grupo escolar foi outro evento considerado de destaque como evidencia a fotografia abaixo.

Figura 7 – Visita do Governador Matos Carvalho a Timon



Fonte: Jornal Correio de Timon

As visitas de solenidades políticas eram uma prática comum nas cidades brasileiras e nas suas principais instituições, hospitais, escolas, praças e no grupo escolar pesquisado não foi diferente que visitas dos representantes do governo do Maranhão ou mesmo municipal da própria cidade de Timon fossem incentivadas pelas diretoras ou por vontade daqueles que estavam ocupando os cargos de governador, prefeitos ou vereadores. O Grupo Escolar Urbano Santos servia de base para discursos, visitas e promessas, já que por ser o primeiro grupo escolar da cidade manifestava a partir de seu funcionamento, cotidiano e nas práticas dos seus componentes, a evolução da educação timonense.

Desse modo, é necessário destacar que os jornais têm sido mais sistematicamente utilizados como fontes históricas pelo menos a partir da década de 1980. Na mesma medida em que surgiram trabalhos que os tomam como fontes históricas, têm surgido artigos que procuram discorrer ou sintetizar procedimentos sobre como utilizar os jornais como fontes históricas. (Barros, 2021, p. 436). No caso do jornal Correio de Timon foi importante sua análise para evitar cometer equívocos dada a natureza saudosista presenciado nas suas páginas ao tratar dos acontecimentos políticos da cidade e de suas personalidades tidas como importantes.

Os depoimentos orais também foram fundamentais para a pesquisa ao contribuir com conhecimentos em torno das lembranças/memórias dos personagens que vivenciaram contextos e transformações ao longo do tempo no Grupo Escolar Urbano Santos. Logo, foram recolhidos depoimentos de ex-alunos, ex-funcionários e ex-professores que atuaram durante o recorte temporal da pesquisa, especificamente entre as décadas de 70, 80, 90 e no início dos anos 2000 até 2004, ano de finalização das atividades escolares e diárias da referida instituição escolar.

O depoimento de um aluno que frequentou o Grupo Escolar Urbano Santos de 1998 até 2001 corrobora a afirmação do Jornal Correio de Timon em relação a existência do ritual do canto do hino nacional como parte do cotidiano escolar vivenciado na instituição ao longo de sua trajetória histórica, conforme a citação a seguir: *“Cantava... Todo dia. Formava as filas. A diretora Socorro. Formava fila de acordo com sala por sala. E ai a gente cantava o hino nacional. Todo dia. Era sagrado. (Paulo, 2022, p. 1)”*

A prática do hino nacional nas palavras do depoente evidencia a sua importância inserida no dia a dia dos alunos da instituição, ao descrever de que forma os membros da sala de aula eram organizados antes de adentrar o universo escolar propriamente dito, com filas formadas seguindo classe por classe para que o ritual do hino nacional fosse executado e quando o depoente termina como o termo “sagrado” deixando claro, a ideia de rotinização da

prática. Uma prática presente também nos primeiros grupos escolares brasileiros criados pelo regime republicano como uma maneira de exaltar o patriotismo republicano e o nacionalismo brasileiro.

O acesso ao arquivo construído ao longo do funcionamento do Grupo Escolar Urbano Santos tem permitido perceber também por meio de sua documentação uma intensa comunicação entre a instituição e os órgãos governamentais que regem a educação maranhense e conseqüentemente a de Timon, especificamente a Gerência de Ensino de 1º e 2º Grau do Maranhão, já que essa é responsável pelas ações educacionais legais que devem ser adotadas nas escolas timonenses sobre responsabilidade da esfera estadual, tais como avaliações, balanço mensal de funcionários, as disciplinas que os alunos deveriam cursar no grupo escolar e o próprios aspectos dos bens considerados como propriedade e patrimônio escolar.

Nisso, torna-se relevante destacar que o arquivo escolar é um ambiente que conserva diferentes conhecimentos em torno do cotidiano e funcionamento escolar de uma determinada instituição, pois a criação de um documento público envolve a intencionalidade e a comunicação entre órgãos governamentais, e diferentes instituições. No Grupo Escolar Urbano Santos, a maior parte dos documentos encontrados serviu de fundamento a pesquisa ao lado dos depoimentos orais, uma vez que se trata dos ofícios, memorandos internos e externos relacionados a solicitação funcionários, materiais e estagio, dentre outros que foram emergindo ao longo da pesquisa.

Os principais conhecimentos em torno da história de uma instituição escolar são obtidos por meio da compreensão de seu cotidiano utilizando elementos componentes de sua cultura material escolar que ao serem observados, analisados e interpretados no decorrer da dissertação sobre o Grupo Escolar Urbano Santos permitiram perceber sua formação orientada pelos contextos históricos, políticos educacionais seguindo o recorte temporal estabelecido, contribuindo com seu processo de estruturação. Uma cultura construída gradativamente por meio das diferentes relações estabelecidas no decorrer da trajetória histórica de uma determinada escola

Desse modo, a cultura escolar se apresenta como aspecto complexo percebida no interior das instituições escolares, vivenciando um processo de mudanças, além de adaptações a realidade de cada época e do modelo de educação vigente, sendo conhecida também como a forma específica de atuar, trabalhar e pensar dos seus componentes. É o modo particular das escolas com sua existência percebida por meio de fotografias antigas, as matrizes curriculares, no livro didático, nas comemorações, nos cadernos de anotações e na arquitetura escolar, no

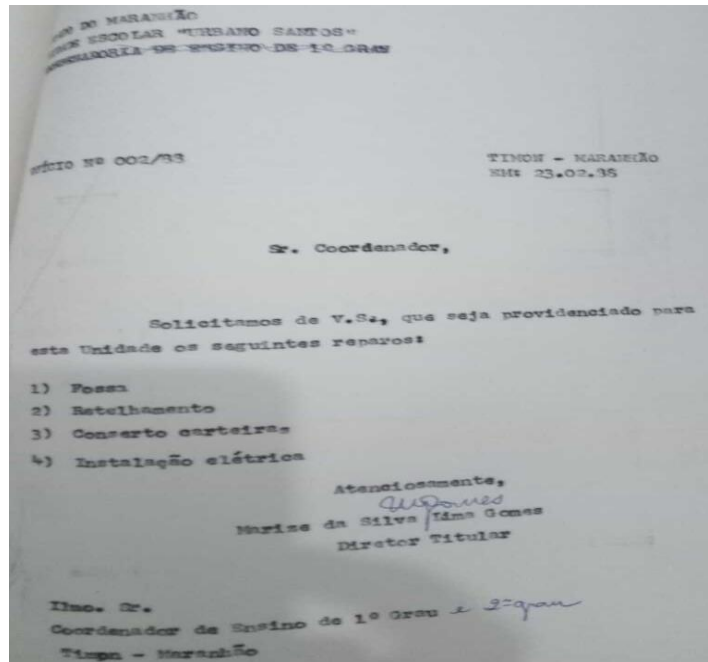
qual a memória é um elemento necessário no momento do estudo dos conhecimentos sobre o interior de uma determinada escola.

A cultura escolar independente das perspectivas dos autores que a utiliza como uma categoria de análise parte do princípio da necessidade de adentrar o dia a dia da escola por meio tanto de fenômenos sociais e relacionais como de objetos que remontam o seu processo de funcionamento, ou seja, seus rituais, práticas dos professores, conhecimentos que precisam ser ensinados e aprendidos pelos alunos, as normas e legislações relacionadas a educação que de acordo com a temporalidade de uma pesquisa auxilia na configuração do cotidiano histórico da escola como um todo. É preciso destacar que a escola tanto influencia como é influenciada pela sociedade, motivo pelo qual é necessário compreender a cultura escolar como um elemento específico de cada instituição, mas com orientação da sociedade a qual está inserida.

As pesquisas em torno da cultura escolar têm contribuído para a compreensão do processo de institucionalização da escola na realidade brasileira a partir do estudo dos componentes que participam da construção da realidade diária dessas instituições por meio de uma interdisciplinaridade entre a antropologia, sociologia, educação e história. (Gonçalves e Filho, 2004). Assim, diferentes autores que trazem conhecimentos sobre a cultura escolar procuraram criar através de suas concepções e interesses orientados por aquilo que ocorre nas escolas, de sua vida diária, das relações entre seus componentes e realidade.

As narrativas sobre a historiografia das instituições escolares possibilitam identificar os fatores que a tornam significativa nas lembranças daqueles que vivenciaram os principais momentos como alunos, professores ou mesmo outros funcionários e na história própria de uma cidade. Logo, o Grupo Escolar Urbano Santos recebeu os reflexos das transformações vivenciadas pela sociedade timonense no decorrer do tempo e especificamente entre as décadas de 80 e 90 foi possível perceber uma atividade considerável da instituição a partir de sua documentação encontrada no seu arquivo escolar, mas não sem dificuldades de natureza estrutural, que infelizmente continuavam a marcar sua existência conforme pode ser evidenciado em dos ofícios abaixo solicitando reformas na sua estrutura para otimizar seu funcionamento.

Figura 8 – Solicitação de Manutenção na Estrutura escolar



Fonte: Arquivo Escolar

A solicitação trata das necessidades e obstáculos do grupo escolar relacionada à existência de uma burocracia, já que na maior parte das vezes era preciso realizar uma solicitação a partir de um ofício ou memorando para que ocorresse o atendimento das principais dificuldades dessas escolas. No documento acima, a solicitação de reparos para a estrutura física do grupo escolar que serviu de base para essa pesquisa demonstra uma constante busca por melhorias, mas que por vezes pode esbarrar numa demora em torno da burocracia ou falta de recursos a serem destinadas para tal empreendimento na referida instituição.

Nisso, os reparos nas instalações elétricas, nos consertos de cadeiras, entelhamento, dentre outras demonstra a importância desse contato entre a instituição e a secretaria de educação, pois para que esses reparos fossem realizados de maneira satisfatória era preciso primeiramente um levantamento do que deveria ser providenciado e posteriormente enviado a autoridade educacional competente para que assim pudesse ser providenciados reformas ou algum repasse de recurso a ser usado em tais reformas.

À medida que os documentos do Grupo Escolar Urbano Santos foram analisados, novos conhecimentos em torno da instituição se mostraram presentes, tais como os balanços mensais dos bens da escola, contendo o número de todos materiais utilizados no cotidiano da do grupo escolar para a Coordenadoria de 1º e 2º Grau mantivessem o controle sobre os bens que havia na instituição. Um fato que chama a atenção durante a análise da documentação em relação ao balanço dos bens era que todos os materiais existentes eram contabilizados, das

carteiras, mesas, até mesmo os números de pratos e copos de plásticos e cadeiras quebradas existentes.

O referido levantamento de bens era realizado provavelmente após uma solicitação por parte da Secretaria Estadual de Educação por meio da Coordenadoria do 1º e 2º grau, possibilitando um prazo para que a equipe gestora das escolas pudessem organizar as informações relevantes sobre seus bens e patrimônio, permitindo que os órgãos de gestão mantivessem o controle e registro dos materiais, além de comparar com as solicitações de envio de materiais por parte das instituições. A partir da observação de dois balanços mensais de bens do grupo escolar em análise foi possível perceber determinadas mudanças, pois houve casos em que um dos relatórios constava a presença de materiais que no balanço anterior não havia.

Outro ponto a ser destacado sobre o Grupo Escolar Urbano Santos está nas solicitações de realização da prática de estagio supervisionado por parte das instituições que mantinham os cursos de Ensino Normal (Magistério), tanto na cidade de Timon, no caso, o Centro de Ensino Jacira de Oliveira e Silva e escolas de Teresina que tinham o curso de Magistério, a saber, o Colégio Visão e Instituto de Educação Antonino Freire. Eram ofícios enviados pelos representantes de tais instituições para a direção do grupo escolar, que por ser uma instituição de primeiras letras da cidade atraía pedidos de estagio para serem praticados na escola.

Os documentos analisados também forneceram conhecimentos sobre o controle que a Secretaria de Educação Estadual através da Coordenadoria do 1º e 2º grau mantinham de seus funcionários, procurando manter a organização sobre pagamentos de professores e demais membros da administração escolar, bem como do número de alunos existentes nas instituições escolares. Um documento de 1993 intitulado (Movimento Mensal do Pessoal Docente e Administrativo) realizado no mês de novembro do Grupo Escolar Urbano Santos trás demonstrativos sobre o registro dos professores e funcionários administrativos, seu grau de instrução, cargos exercidos na instituição, as disciplinas lecionadas e as modalidades educacionais a qual o docente estava responsável conforme pode ser observada na imagem abaixo que esclarece a informação.

Figura 9 – Movimento Mensal de Pessoal – 1993

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ENSINO
COORDENADORIA ESPECIAL DE ENSINO
DIVISÃO DE ENSINO SUPLETIVO
ÁREA DE CONTROLE E REGISTROS ESCOLARES

MOVIMENTO MENSAL DO PESSOAL DOCENTE E ADMINISTRATIVO

MÊS: **Novembro** ANO: **1993** MUNICÍPIO: **Timon- Marinho**

ESTABELECEMENTO: **U.E. Urbano Santos** ENDEREÇO: **Rua São José 878** BAIRRO: **Centro**

Nº DE SALAS DO PRÉDIO: _____ Nº DE SALAS OCIOSAS: _____ Nº DE TURMAS: _____

I NÍVEL: 1ª ETAPA (ALFABETIZAÇÃO) 2ª ETAPA (1ª e 2ª SÉRIES) 3ª ETAPA (3ª e 4ª SÉRIES)

II NÍVEL: 5ª ETAPA (5ª e 6ª SÉRIES) 6ª ETAPA (7ª SÉRIE) 7ª ETAPA (8ª SÉRIE)

DIRETOR (A) TITULAR: **Regina Reis de Sousa** CARGO: **Professora** FUNÇÃO: **Dir. Tor**

DIRETOR (A) ADJUNTO(A): **Célia Maria P. de Sousa** CARGO: **Professora** FUNÇÃO: **Dir. Tor**

RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO: **Regina Reis de Sousa** CARGO: _____ FUNÇÃO: _____

Nº	NOME	CARGO/CLASSE NÍVEL/REFER.	MATRÍCULA	ESCOLARIDADE		NÍVEL	DISCIPLINAS	Nº DE ALUNOS
				GRAU	HABILITAÇÃO			
01	Ademir de Moraes dos Santos	II-08	75950	2ª	MS	I	X	
02	Alexsandra Hermelina de Carvalho	I-01	62247	"	MS	"	X	
03	Alfredo Moreira da Silva	Ag. P.V. A.O.	127209	1ª	"	"		
04	Adelino de Moraes do Nascimento Costa	A.O.S.D.	01-919241	1ª	"	"		
05	Adelaide Virginia de Aguiar Teixeira	Ag. Ad.D15	876144	1ª	"	"		
06	Diana Monteiro de Carvalho	MEII-07	927681	2ª	MS-est. Ate.	"	X	
07	Miriam Mario do Nascimento Batista	MEII07	408953	2ª	MS "	"	X	
08	Francisca Bandeira de Carvalho	II-07	100115	2ª	MS "	"	X	
09	Irandi Barbosa Pessoa	MEII08	227417	2ª	MS "	"	X	
10	João Manoel Assunção B. Leon	Ag. Ad.D15	882222	2ª	Ass. Adm.	"		
11	Katia Fekoff Bederuiche	MS-19	139576	3ª	Ms. Pedag.	"	X	
12	Márcia Alves Moreira	MS-08	997715	2ª	Est. Ate.	"	X	
13	Cícera da Conceição Brito	A.O. S.D. 001	72117	1ª	"	"		

Fonte: Arquivo Escolar

No documento supracitado podem ser observados principalmente os dados sobre o controle de professores e do pessoal administrativo que deveria ser realizado mensalmente para fins de pagamento de salário. No quadro, da esquerda para direita é possível perceber os cargos, as classes, as matrículas, habilitação e especialidades dos funcionários presentes no balanço. Os profissionais responsáveis por uma das disciplinas marcadas no referido quadro, ou seja, para atuar em sala de aula deveriam ter a formação para o magistério ou uma especialidade equivalente, já que não constam de marcações de especialidades relacionadas ao magistério aqueles que tinham o cargo de vigilante, auxiliar administrativo ou técnico pedagógico.

Outros elementos relacionados ao cotidiano escolar da instituição pesquisada foram presenciados na sistemática de avaliação, com orientação da Coordenadoria do 1º e 2º, que estabeleceram os critérios para serem usados na aprovação nas atividades avaliativas, compreendendo a avaliação como processo contínuo, dinâmico e paralelo que contribui no ensino e aprendizagem, já que avaliar significa um reflexo constante do que foi ensinado e aprendido. Avaliar é conhecer o aluno em todos os seus aspectos seja intelectual quanto formativo.

Em relação às características da Sistemática de Avaliação do 1º grau, o que inclui o Grupo Escolar Urbano Santos, essa funcionava da seguinte forma: *o aluno obterá aprovação quando sua média atingir o mínimo 7 no final de cada bimestre em todas as áreas e disciplinas. Calcula-se a média bimestral somando-se as notas que o aluno obteve nos dois meses do bimestre e dividindo-se por 2. A aprovação mediante recuperação bimestral*

ocorrerá caso o aluno não atinja a média 7 no final de cada bimestre. Para o exame final é tida duas situações: não há recuperação no 4º bimestre, portanto, o aluno que não obtiver nota 7 no 4º bimestre o mesmo deverá realizar o exame final. O aluno que não recuperar sua aprendizagem nos três bimestres ficará para o exame final.

A citação acima descreve o regimento para a orientação da sistemática de avaliação do 1º grau das escolas maranhenses, o que não diferencia da maior parte das instituições escolares com a média devendo atingir no mínimo 7. Desse modo, é possível perceber as características da avaliação no Grupo Escolar Urbano Santos ao observar o Resultado Final das provas de 1968 da instituição conforme pode ser visto abaixo.

Figura 10- Resultado Final 1968

Nº	Nome da aluna	Resultado					Sinal	
		Média anual	Língua Portuguesa	Matemática	Ciências	História	Média	Média Final
1	Dionísia M ^{te} Evangelista Farias	87	95	100	100	100	52	92
2	Maria Luísa da Silva Machado	77	95	90	100	95	95	86
3	Esmeralda de Jesus Borges	72	90	90	100	100	95	83
4	Maria Elvira de Freitas	82	95	80	95	80	87	84
5	Maria Deuza Martins	78	90	70	95	95	87	82
6	Maria Goyes Araújo	68	90	90	95	95	92	80
7	Maria de Fátima Muniz	72	85	80	90	100	88	80
8	Cruz da Rocha Oliveira	73	90	60	95	95	85	79
9	Maria Dalice Baldas de Sousa	72	75	70	90	90	81	76
10	Getúlio Barbosa Moura	66	80	75	95	95	87	76
11	Valdusa de Sousa Lima	69	70	80	90	90	82	75
12	Cecília Oliveira Silva	68	80	85	95	100	82	75
13	Martim Vasconcelos Lima	67	75	85	90	100	80	73
14	Julia Carneiro Cruz	61	75	80	85	70	77	70
15	Maria de Fátima Aguiar	63	65	85	95	85	75	70
16	Esmeralda de Jesus Galvão	67	90	80	80	65	77	72
17	Leuzi de Jesus Sousa	56	55	55	65	90	71	63
18	Maria Inês Ribeiro Barros	36	65	Um	65	45	46	41

Emou, 30 de novembro de 1968
 Maria Deusa Moreira Rocha
 Marize da Silva Lima Gomes
 Diretora

Fonte: Arquivo Escolar

A imagem dos resultados das avaliações finais do Grupo Escolar Urbano Santos de 1968 evidencia as orientações contidas no documento sobre a sistemática de avaliação utilizada na escola, com a média final tendo que ser 7, onde aquelas inferiores eram consideradas insuficiente e o aluno sendo direcionado a recuperação. As notas eram colocadas à mão, num processo longo, a cargo dos representantes da administração, usando dois tipos de cores de canetas para destacar as notas, uma azul para aquelas consideradas na média ou superiores a média e vermelha para as inferiores a média.

As notas eram conservadas pela administração escolar da instituição para que os pais ou responsáveis tivessem acesso aos resultados e caso fosse necessário preparassem os filhos para a realização das avaliações de recuperação. No resultado final da imagem supracitada consta apenas dois alunos que seriam direcionados para o exame de recuperação, já que não

obtiveram as médias consideradas aceitas para a referida aprovação, tendo que realizar a recuperação para darem continuidade aos seus estudos ou nas outras series do primário ou mesmo no ginásio. Os documentos revelaram que os resultados são separados por série e turnos, ou seja, cada etapa apresenta um resultado final diferente, tanto por series quanto por turnos.

A Sistemática de Avaliação do Grupo Escolar Urbano Santos também foi abordada nos depoimentos orais disponibilizados pelos personagens que participaram da história da referida instituição entre as décadas de 70 e 90, contribuindo para a fundamentação das informações que foram adquiridas a partir da análise dos documentos e ofícios expedidos pelos órgãos estaduais a qual o grupo escolar estava vinculado.

Olha. Era feitas provas individuais como se fazia, né? Avaliações. É... Às vezes copiadas na lousa e passavam para a gente responder. Normal. Como hoje, né? Tinha as provas mensais. Tinha prova oral. Tudo isso tinha. Ai nesse tempo ainda tinha a história da tabuada. Que tinha que dar. Ai o seu colega perguntava. Se você errasse tinha a palmatoria. Tinha palmatoria ainda. (Dulce, 2022, p.5)

Era aquela prova escrita no quadro. O aluno copiava e respondia para entregar. E naquela época a nota era Regular (R). BOM (B) e Muito Bom. (MB) (Maranhão, 2022, P. 5)

Era sim. A gente copiava a prova e depois... Respondia. Só que tinha também aquelas provas que eram mimeografadas... As que mais tinham eram as mimeografadas, mas ainda tinha também as de papel almaço que a gente tinha que fazer o cabeçalho, o nome do colégio, o nome da cidade, o nome do aluno, o nome da... Da disciplina. (Costa, 2022, p.14)

Os três depoimentos supracitados descrevem sobre as avaliações que ocorriam no grupo escolar pesquisado, com o primeiro afirmando que havia as avaliações individuais como sempre existiu e as provas mensais que no final de cada bimestre formava uma media que deveria ser 7 ou acima de 7, tendo o diferencial de serem copiadas no quadro para posteriormente ser respondidas, bem como a realização de provas orais, um método que sempre houve de acordo com os decretos relacionados aos grupos escolares do Maranhão em torno dos tipos de avaliações que tais instituições deveriam manter em seus currículos primário, mas que no decorrer da trajetória histórica do grupo escolar foi deixando de ser utilizada. x

O primeiro depoimento esclarece uma prática considerada tradicional que ainda era usada nas escolas timonenses, a saber, a palmatoria, marcante especialmente durante as lições de tabuada, onde nas palavras da depoente, os alunos eram divididos em duplas e um perguntava ao outro e caso houvesse erros, os bolos (palmadas) eram aplicados pelos seus

próprios companheiros. Implicitamente essa atitude isentava o professor de possíveis desafetos por parte dos alunos.

A palmatória era uma ação relativamente comum nas escolas brasileiras num momento em que a memorização era a principal regra a ser seguida pelos alunos na compreensão de um conteúdo. Os castigos corporais na escola eram utilizados como ação controladora e moralizante nas instituições escolares e apesar de no decorrer do tempo as punições envolvendo palmatorias e outras formas de castigos corporais terem sido proibidas, certas escolas no Brasil mantinham em suas práticas, medidas punitivas relacionadas a tais castigos, influenciando na construção do cotidiano escolar, incluindo sua sistemática de avaliação.

O segundo depoimento pode corroborar as informações em torno das provas que eram destinadas aos alunos, essas marcadas pelas avaliações escritas copiadas do quadro pelos próprios estudantes. A depoente esclarece outro conhecimento relacionado às notas atribuídas ao rendimento dos alunos que foram adquiridos inicialmente nas documentações analisadas do grupo escolar com a classificação de Regular (R), Bom (B) e Muito Bom (MB), embora alguns boletins houvesse a existência de notas numéricas.

O terceiro depoimento se assemelha com o primeiro ao continuar com a descrição das provas que eram realizadas no grupo escolar, na qual mesclava entre exercícios copiados no caderno a partir de questões do quadro para posteriormente serem respondidas e no crescimento do número das avaliações mimeografadas, essas se constituindo a partir da data de vivência do entrevistado como aluno da instituição durante a década de 90, no principal tipo de atividade avaliativa, destacando também as atividades criadas em folha de papel almaço, com a necessidade dos alunos colocarem o cabeçalho a mão, contendo identificação da escola, identificação do aluno e da disciplina.

Uma matriz curricular de 1987 com as principais disciplinas que eram componentes do 1º grau, incluindo as que eram lecionadas devido à ditadura militar, a saber, EMC e OSPB destacaram as disciplinas que mais possuíam cargas horárias por série. E entre essas, português apresenta uma das maiores cargas horárias de 5 aulas por semana e um total de 160 horas, na 1º, 2º, 3º e 4º séries e Matemática também com 5 aulas por semana e 160 horas, na 1º, 2º, 3º e 4º série. O que deixa evidente que as duas disciplinas que tinham um maior grau de importância percebida pela quantidade de aulas. Um fator que pode auxiliar em tal explicação é o fato do grupo escolar funcionar o Primário (1º até 4º) que deveria valorizar, sobretudo, a alfabetização e a aprendizagem Matemática com a imagem abaixo corroborando tais informações.

Figura 11– Matriz Curricular do 1º Grau de 1987

COMPONENTES CURRICULARES	SÉRIES		1ª		2ª		3ª		4ª		5ª		6ª		7ª		8ª		
	SÉRIES		1ª		2ª		3ª		4ª		5ª		6ª		7ª		8ª		
	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	
Português	05	160	05	160	05	160	05	160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Português	-	-	-	-	-	-	-	-	04	128	04	128	04	128	04	128	04	128	
Língua Estrangeira (Inglês)	-	-	-	-	-	-	-	-	02	64	02	64	02	64	02	64	02	64	
Estudos Sociais	04	128	04	128	04	128	04	128	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
História	-	-	-	-	-	-	-	-	02	64	02	64	02	64	02	64	02	64	
Geografia	-	-	-	-	-	-	-	-	02	64	02	64	02	64	02	64	02	64	
OSP B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	64	02	64	02	64
Matemática	05	160	05	160	05	160	05	160	04	128	04	128	04	128	04	128	04	128	
Ciências Físicas e Biológicas	02	64	02	64	02	64	02	64	02	64	02	64	02	64	02	64	02	64	
Educação Artística	02	64	02	64	02	64	02	64	01	32	01	32	01	32	01	32	01	32	
Educação Moral e Cívica	01	32	01	32	01	32	01	32	01	32	01	32	01	32	-	-	-	-	
Programa de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	01	32	01	32	01	32	01	32	01	32	
Ensino Religioso	01	32	01	32	01	32	01	32	01	32	01	32	01	32	01	32	01	32	
Educação Física	03	96	03	96	03	96	03	96	03	96	03	96	03	96	03	96	03	96	
Desenho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	64	02	64	
Organização do Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	32	01	32	
TOTAL	23	736	23	736	23	736	23	736	23	736	23	736	23	736	27	864	27	864	

Fonte: Arquivo Escolar

A disciplina de Estudos Sociais e Educação Física respectivamente possuem a segunda maior carga horária, com Estudos Sociais tendo 4 aulas semanais e 128 horas na 1º, 2º, 3º e 4º série e Educação Física com 3 aulas semanais e 96 horas na 1º, 2º, 3º e 4º série. De acordo com a matriz curricular analisada foi percebida que algumas disciplinas não eram ensinadas no primário, tais como: Geografia e História, uma vez que essas estavam condensadas na de Estudos Sociais, Língua Estrangeira, OSPB, Programa de Saúde e Organização do Trabalho. Essas eram lecionadas a partir da 5º serie, atualmente (Fundamental II).

A medida que o cotidiano da instituição é adentrado percebe-se ainda algumas advertências que a instituição pesquisada recebeu por parte da Secretaria Estadual de Educação em torno de certas medidas que não deveriam ocorrer nas escolas públicas sobre a jurisdição estadual, uma dessas é a cobrança de taxa de matrículas para os alunos; a exigência de contribuição para a merenda escolar; fixar mensalidade para o caixa escolar e para associação de pais e mestres; cobrar valor para provas e exames e 1º via para certificados e documentos de transferência, diploma de conclusão de curso e de outra documentação relacionada a vida escolar; permitir venda no recinto do estabelecimento de qualquer material escolar; exigir qualquer outra forma de contribuição em dinheiro; o uso de uniforme é facultado.

O que chama a atenção é que a maior parte dos princípios regulamentados por esse ofício circular N° 008/1987 trata da proibição de cobrança de contribuição em dinheiro por parte das escolas estaduais maranhenses, incluindo, o Grupo Escolar Urbano Santos, visto que instituições de ensino público já recebem recursos destinados pelo próprio estado para suprir suas necessidades de manutenção de sua estrutura física e operacional: material escolar,

carteiras, produtos de serviços diários e a merenda escolar a seus alunos, o que torna desnecessário e até proibitivo o estabelecimento de tais medidas em instituições escolares públicas seguindo o que está explícito nas regulamentações legais (Ofício Circular 008-1987-DOE/Maranhão)

Outros ofícios analisados trouxeram ainda informações sobre a necessidade de funcionário específico para realizar atividades de registro de professores e alunos, balanço mensal de bens e funcionários. E sobre avisos de atividades de reciclagem para os profissionais de Educação Física, de solicitação de estágios e pedidos de auxílio por entidades não governamentais. Eram documentos criados especialmente entre as décadas de 70 e 90 que forneceram um panorama do cotidiano escolar do Grupo Escolar Urbano Santos e da responsabilidade de seus funcionários para administrar suas dependências e tornar seu trabalho efetivo.

No arquivo do grupo escolar pesquisado houve problemas relacionados a ausência de uma documentação que correspondesse a todo recorte temporal, especialmente das décadas de 40 e 50, tornando-se necessário o uso de fontes que trouxessem informações indiretas sobre o grupo escolar, tais como os decretos leis pesquisados no acervo público de São Luís. Logo, segundo (Rodrigues, 2010, p.38) embora se registre um grande avanço com respeito à importância da conservação das fontes documentais para o conhecimento do patrimônio cultural e histórico, pesquisadores, defrontam-se com muitas dificuldades para desenvolver as pesquisas históricas. Em geral, os arquivos e os locais onde se guardam essas fontes apresentam muitos problemas de acesso e conservação.

5.1: O Cotidiano do Grupo Escolar Urbano Santos (1960-2004)

O cotidiano como conjunto de práticas e relações é construído historicamente ao longo de influências e mudanças de costumes utilizados de maneira comum a todos os componentes de uma família, grupo ou mesmo instituição escolar. Assim, os grupos escolares foram instituições que trouxeram ao Brasil uma nova sistemática educacional que ao longo do seu dia a dia foi se materializando na organização da sala de aula, na formação dos professores, nos alunos e na arquitetura, inserindo-se pouco a pouco na sociedade a qual teve como fundamento.

O Grupo Escolar Urbano Santos ao longo recorte temporal estabelecido na pesquisa propôs e realizou diversas e variadas atividades relacionadas a instituição em parceria com a comunidade timonense. Assim, umas das primeiras atividades que pode ser evidenciada

durante a década de 60, no grupo escolar era a relativa proximidade com a Igreja São José, principal instituição religiosa de Timon, localizada na Praça de mesmo nome conforme a imagem abaixo de um grupo de alunos da instituição em frente a Igreja após sua primeira comunhão.

Figura 12: 1ª Comunhão de alunos do Grupo Escolar Urbano Santos-1964



Fonte: Timon Histórico do Passado⁸

Na fotografia registrada em frente da Igreja São José é possível perceber a importância de uma atividade religiosa de eucaristia de crianças do Grupo Escolar Urbano Santos, em 1964, celebrado pelo Padre Delfino, onde a vestimenta branca tinha como representatividade a pureza infantil e natureza simples, marcando um novo momento da vida das crianças que participaram do processo. Era uma ocasião solene, na qual pais, amigos e demais familiares se deslocavam até a igreja para presenciar esse ritual e mantinham registro por meio da memória e principalmente de fotografias. Outro aspecto a ser notado é a participação das instituições escolares timonenses nas atividades religiosas da Igreja São José, destacando uma relativa associação entre educação e religião na cidade de Timon, embora desde o início da república houvesse a defesa do Brasil como uma nação laica.

A própria importância do Padre Delfino não apenas como representante da religiosidade timonense, mas como figura de destaque entre a população católica permitiu o fortalecimento dessa relação entre Grupo Escolar Urbano Santos e Igreja de São José. O Jornal Correio de Timon já evidenciava atividades vinculadas à instituição, tais como comemoração de centenários de relevância nacional, desfiles cívicos. Além das

⁸ O grupo Timon Histórico do passado é uma iniciativa de moradores da cidade que buscam através do Facebook apresentar e conservar a memória e a história dos personagens e lugares que contribuíram na formação histórica timonense.

comemorações dos aniversariantes sempre tendo algum grau de relação com a escola e o depoimento abaixo reafirma tal proximidade

Tinha... Sempre quando era... A primeira comunhão. O colégio preparava os alunos para fazer a primeira comunhão. Todos vestidos de branco e velinha, né? E lá a diretora marcava junto com a igreja para fazer esse evento lá. (Maranhão, 2022, p. 9)

No depoimento em destaque, a primeira comunhão era um evento que demonstrava uma relação próxima entre o Grupo Escolar Urbano Santos e a Igreja de São José, um fator percebido na fotografia apresentada no parágrafo anterior. As informações evidenciadas no depoimento na época da depoente destacam a religião católica como uma relativa influência nas instituições escolares públicas de Timon, especialmente no grupo escolar dessa pesquisa devido a sua localização adjacente a praça que contem a referida igreja na qual eram realizadas as cerimônias de comunhão. A proximidade foi descrita também no depoimento a seguir:

Sim. Tinha uma senhora lá. A dona Julia que era frequentadora da igreja. E ai ela, a questão da gente reza o pai nosso. Tinha uma forte relação com a igreja sim. A gente sentava lá nas janelas esperando... Quando a gente saia mais cedo das provas. Ficava lá sentado. Nas janelas... Teve até uma ocasião em que me cortei com uma gilete. (Costa, 2022, p. 12)

O próprio cotidiano da instituição de acordo com as palavras contidas no depoimento supracitado demonstram a materialidade da Igreja de São José com a presença de uma personagem que orientava os alunos nos regimentos da religião católica na instituição através de sua maior manifestação a oração do Pai Nosso incluído na rotina escolar ao lado do canto do hino nacional. Uma tradição fundamentada na presença de funcionários que já mantinham relação de vivência na instituição religiosa, expandindo a tradição ao universo do grupo escolar.

A proximidade com a Igreja de São José por parte dos alunos do grupo escolar poderia ser observada ainda nos pequenos detalhes, ou seja, numa relação de intimidade, mesmo simples com a estrutura arquitetônica da igreja, tais como: sentar nas janelas ao sair depois das avaliações da escola, onde para alguns poderia ser entendido como desrespeito para os mesmos era apenas uma forma de passar o tempo, demonstrando que a natureza de proximidade dos timonenses com a instituição religiosa serviu ainda de inspiração para o nome da praça.

Outras atividades em torno do Grupo Escolar Urbano Santos podem ser observadas nos desfiles de 7 de setembro, uma vez que durante esse período, especificamente a partir de 1964, a regra do momento era fortalecer o patriotismo nas instituições escolares por meio de

manifestações cívicas e comemorações de centenários referentes a figuras brasileiras importantes como já foi citada nos parágrafos anteriores. Eram ações utilizadas pela maior parte das escolas tanto de Timon quanto no resto do Brasil. Nisso, a imagem abaixo trás um momento do Grupo Escolar Urbano Santos, na qual alunas da referida escola cumprimentam o prefeito Napoleão Guimarães, onde o mesmo se encontra com outras personalidades da cidade.

Figura 13 – Alunas do Grupo Escolar Urbano Santos –década de 60



Fonte: Timon Histórico do Passado

A imagem destaca a solenidade de um desfile de 7 de setembro com as alunas do Grupo Escolar Urbano Santos recebidas pelo principal representante político municipal de Timon, o prefeito Napoleão Guimarães. Na imagem é possível observar membros militares e outras personalidades relevantes da cidade. A vestimenta das alunas evidenciava um uniforme padronizado e clássico, com saia, blusa branca, meias brancas e sapatos pretos. A preocupação com a aparência durante uma solenidade como desfile nessa época era essencial, uma característica presenciada também nas autoridades que foram cumprimentadas e em alguns membros do público que presenciavam o desfile.

As solenidades em torno dos desfiles cívicos constituem a cultura de todos os países que deixaram de ter sua realidade estabelecida por outras nações, passando a criar sua própria história. Desse modo, os desfiles de independência são exemplos de rituais construídos por meio da estruturação da identidade de uma determinada sociedade. Para (Burke, 2010), o ritual é uma forma de organização materializada e manifestada em costumes, crenças e tradições, concretizadas numa comemoração, a saber, as cerimônias de independência em relação a outro país.

No momento do desfile de 7 de setembro, a primeira característica era o fato de ser um feriado nacional, a mobilização das instituições escolares e outros órgãos para coordenar essas atividades, onde dependendo do momento histórico pode ser usado como estímulo a aspectos patrióticos. Logo, a imagem seguinte apresenta outro momento do desfile de independência realizada por alunos do Grupo Escolar Urbano Santos com vestimentas contendo bandeiras internacionais.

Figura 14 – Alunos do Grupo Escolar Urbano Santos – década de 60



Fonte: Timon Histórico do Passado

A imagem acima descreve um momento em que os alunos do Grupo Escolar Urbano Santos estavam representando a cultura de cada nação do mundo, no caso, na imagem é possível evidenciar especificamente nações da América do Sul. As fotografias dizem muito sobre uma cerimônia, pois na representação acima é possível perceber que atrás havia outros grupos para desfilarem no dia da independência. As fotografias utilizadas nesse sentido permitiram a obtenção de conhecimentos sobre as ações externas do Grupo Escolar Urbano Santos, ou seja, as comemorações realizadas.

Os desfiles cívicos nas escolas timonenses eram a ocasião em que os alunos representando suas respectivas instituições escolares se apresentavam na avenida Jaime Rios, no Centro de Timon. Era o momento em que as escolas públicas e particulares da cidade apresentavam-se a partir da organização realizada pela equipe da direção e dos professores, com a criação de acessórios e roupas seguindo uma temática específica para ser demonstrada e apreciada. Os depoimentos abaixo de dois ex-alunos e da ex-diretora pode complementar conhecimentos sobre os desfiles no Grupo Escolar Urbano Santos no qual a instituição participou:

Particpei. Desfile de 7 de setembro. Naquela época era um desfile maravilhoso. A diretora sempre fazia. A gente desfilava naquela avenida... Na Jaime Rios com todas as escolas públicas. Era o Bandeirante. O Urbano Martins. Também tinha o Colégio Jacira. Tudo participava. Na Avenida. A diretora pedia para os professores fazer aquele material direitinho. Cartolina. Era isopor. Para os alunos saírem na frente e mostrando aquelas esculturas. Aquelas esculturas... Que às vezes era de Dom Pedro... Pedro I. Princesa Isabel. Sempre nas datas comemorativas. (Maranhão, 2022, p.8)

Ah sim os desfiles. Do 7 de setembro. Eu na época que eu estudei lá não lembro de ter participado de nenhum desfile. Mas eu lembro que a escola sempre esteve engajado no desfile de 7 de setembro. Era um evento muito esperado. Muito aguardado pelos alunos, mas eu mesmo na época não desfilei. Eu vi desfilar na época seguinte quando eu estava estudando no Padre Delfino. E os preparativos envolvia muita gente, (Ivan, 2022, p. 11)

Ah, os preparativos para o desfile de acordo com o tema que pediam, né? Ai a gente preparava. Era. Ai a gente. E os preparativos na escola. Era só mesmo... Já que não podia comprar muita coisa... Porque hoje a prefeitura dá, né? Desfilava por sua conta. Simbólico com a roupa mesmo da escola, né? E tudo mais. Olhar o 7 de setembro mesmo. (Cleia, 2022, p.19)

O primeiro depoimento destaca que as escolas públicas timonenses, ao menos sua maioria participava dos desfiles de 7 de setembro na Avenida Jaime Rios, uma das primeiras criadas na cidade de Timon e que devido sua extensão era usada para tais atividades e outras festividades. As palavras da primeira entrevistada permite a articulação com a imagem mencionada nos parágrafos anteriores, com a diretora do grupo escolar solicitando as professoras responsáveis pelas classes para, de acordo com um tema selecionado produzir fantasias de personagens históricos que marcaram o Brasil e serem apresentadas nos desfile seguindo uma data comemorativa ou mesmo desfilando apenas com o uniforme da referida instituição.

Nas palavras da entrevistada é possível perceber certo saudosismo em torno do desfile de 7 de setembro realizado pelos membros da instituição, remontando a sua época de estudante, defendendo os desfiles com o uso da palavra maravilhoso, permitindo demonstrar um profundo engajamento da depoente com a comemoração cívica especificada. As memórias sobre o desfile presente no depoimento acima destaca um personagem que vivenciou as comemorações da instituição de maneira relativamente integral, o que possibilitou construir uma representação voltada para o excepcional.

O segundo depoimento continua corroborando os conhecimentos sobre a importância do desfile de 7 de setembro que foram realizados pelas escolas timonenses, incluindo o Grupo Escolar Urbano Santos, onde nas palavras do depoente é descrito com um dos eventos mais esperados pelos alunos e por toda a comunidade escolar, embora o mesmo não tenha participado. O desfile de 7 de setembro era o momento para que as instituições escolares

mostrassem a cidade um pouco de sua história, orientada por um tema específico, qualidade percebida no engajamento da maior parte dos representantes escolares.

O terceiro depoimento reafirma as palavras dos dois primeiros entrevistados que trazem os preparativos para o desfile 7 de setembro por meio de um tema apresentado pela Secretaria de Educação e o grupo escolar tendo que seguir as orientações para a confecção de roupas e fantasias. Contudo, os desafios enfrentados pela instituição nesse momento também foram percebidos no depoimento da entrevistada que evidenciava a necessidade da compra com recursos da própria escola do material necessário para a criação de fantasias, já que a verba destinada ao grupo escolar não estava incluída os verbas para serem usados em tais comemorações.

Por ser o principal evento de homenagem da independência do Brasil era de relevância o grupo escolar pesquisado participar, constituindo um momento em que praticamente a cidade parava com o intuito de observar o que cada escola havia criado para apresentar sobre o dia da pátria, apesar de envolver trabalho árduo e privações. A ideia de ser visto pelos familiares e demais habitantes da cidade, inclusive certas personalidades políticas tornava o 7 de setembro, o ápice das manifestações culturais além dos muros das escolas, já que suas representações seriam observadas pelo público externo.

Nesse sentido, (Bencostta, 2005, p.76) afirma que os desfiles cívicos dos grupos escolares são vistos como forma de imprimir sentimentos patrióticos, sobretudo, pelo fato das autoridades de ensino responsáveis pela sua organização compreenderem essas celebrações como coparticipantes da organização da comunidade escolar frente a vida social. Portanto, o relembrar as datas cívicas pela comemoração foi repetidamente proclamado como um dos pontos altos dessas manifestações que eram destacadas no calendário escolar, data em que as afetividades políticas eram postas em cena, não deixando de se manifestar o estreitamento de laços de comunhão e de solidariedade cívica entre alunos, professores, funcionários e familiares.

E preciso compreender que tais celebrações é uma das materializações da proximidade das instituições escolares e do contexto amplo da sociedade, visto que os desfiles cívicos é uma forma da instituição escolar destacar suas atividades de uma maneira prática para além do espaço da sala de aula, permitindo que a aprendizagem sobre o Brasil e suas comemorações sejam proveitosas, incentivando ainda o respeito a escola, suas atividades e a valorização de datas importantes relacionadas a Brasil e sua cultura.

O Grupo Escolar Urbano Santos no decorrer de seu funcionamento foi permeado de atividades escolares e extraescolares como convém a uma instituição escolar brasileira. As

atividades realizadas pelo grupo escolar apesar de serem relevantes na possibilidade de conhecimentos em torno da instituição pesquisada, já que os desfiles, as comemorações de festas juninas e feiras culturais são aspectos do dia a dia do grupo escolar é preciso reconhecer outros elementos do cotidiano escolar da instituição conforme os depoimentos de três ex-alunos abaixo esclarecem quando indagado sobre seu dia a dia na escola:

Rapaz era muito engraçado... Todo dia antes de entrar na sala de aula, a gente jogava bola enfrente a igreja com um litro... De água mineral. E a gente ia para a aula e quando chegava na aula estava todo mundo suado. Pegava uma pressão da professora. Mas assim... Dentro da aula mesmo era bom. Não tinha muito estresse como os dias de hoje... Hoje é muita bagunça. No tempo a gente respeitava o professor. Não temia, a gente respeitava. (Paulo, 2022, p.1)

Estudei lá. Não fui um bom aluno porque eu não gostava de acordar cedo. Eu fui um dos piores, eu acho. Então, eu ia com meus irmãos. Chegava lá. Cedo. A gente esperava para abrir o portão porque era pelo fundo do colégio. Ficava lá na calçada... Esperando. Quando abria, a gente formava fila num pátio que tinha. Era bem desconfortável porque ficava no sol quente. A gente fazia fila, né? Menores na frente e maiores atrás e era feita uma oração. Acho que do Pai Nosso e depois era cantado o Hino Nacional tinha essa solenidade no ato de entrada. (Ivan, 2022, p. 9)

Eu estudava de manhã. A gente chegava. O horário era sete horas a entrada e a gente chegava um pouquinho antes. E ficava esperando lá nas calçadas. A gente ficava sentadinhos, esperando lá na calçada... Ai a gente entrava e o hino nacional sempre era na entrada. Ai a gente chegava. Antes de ir para a sala. A gente ficava nas filas. E cada filinha era uma sala e ai a gente tinha que cantar o hino nacional. Com a dona Julia. Acho até que já faleceu também, professora Julia. Sempre era desse jeito e o horário era até 11:30. (Antônio, 2022, p.9)

O primeiro depoimento descreve o cotidiano de um aluno do Grupo Escolar Urbano Santos que tinha início antes mesmo da abertura do espaço escolar, ou seja, um prelúdio por meio do lazer com o jovem brincando de futebol antes de adentrar a sala de aula e o seu universo de ensino e aprendizagem. Um aspecto favorecido especialmente devido à proximidade com uma quadra de esporte as imediações do grupo escolar, tornando o seu acesso um dos passatempos favoritos dos seus jovens alunos e como consequência havia uma advertência por parte da professora devido ao comportamento, de chegar desalinhado na sala de aula.

O referido depoimento destaca ainda o respeito que havia na relação entre professores e alunos do grupo escolar, onde o mesmo afirma que os alunos não tinham medo, mas respeito pelo professor. A comparação presente nas palavras do depoente entre o passado e presente em termos de comportamento mantido pelos alunos na sala e na sua relação com os professores é um fator que possibilita observar a influência das transformações da sociedade em torno da educação que ocorreram de maneira continua na remodelarem do cotidiano escolar. O depoimento possibilita ainda constatar a concepção de obrigatoriedade da escola,

mesmo diante do momento de diversão vivenciado pelos alunos antes de entrar na sala de aula.

O segundo depoimento versa sobre a sua rotinização de chegada ao grupo escolar todas as manhãs antes das sete horas, o que não diferencia de muitas instituições escolares atualmente em termos de horário de entrada. Na época descrita das palavras do depoente entre os anos 91 até 95, a Praça de São José oferecia um resguardo de espera dos portões serem abertos, o que por si mesmo já era uma relativa distração aos estudantes que ao adentrarem o grupo escolar deveriam formar filas, iniciar uma oração e o canto do hino. A repetição dessa atividade no decorrer do ano letivo possibilitou seu enraizamento nas memórias dos alunos que frequentaram tal instituição, tornando sua prática um costume mantido nas lembranças e possível de ser interpretado em momentos posteriores.

As palavras presentes no segundo depoimento demonstra não apenas saudosismo pelo grupo escolar e por suas ações, mas ao lado dessas emoções saudosas aquelas condenadas na concepção do entrevistado por oferecer certo grau de desconforto a um aluno do ensino primário da 1º a 4º serie, a saber, o fato das solenidades ocorrerem no pátio desprovido de sombra, tornava a experiência relativamente desagradável, fortalecendo o pensamento de preferência pela sala de aula. O acordar cedo é um aspecto criticado pelo depoimento, pois exigiria uma maior disposição para começar o dia e vivenciar toda rotina a cada dia do ano letivo.

Assim, o depoimento apresenta o outro lado de uma rotinização comum das instituições escolares timonenses, tais como a formação de filas para o canto do hino, marcado pela ausência de toda exuberância dos primeiros anos de república ou mesmo do regime militar (1964-1985) na defesa e estímulo ao patriotismo ao longo da trajetória do grupo escolar, limitando-se a rotinas que na concepção de alguns alunos eram desgastantes e por vezes desnecessárias com muitos dos estudantes preferindo ultrapassá-las e se dirigirem logo ao dia a dia do ensino.

O terceiro depoimento evidencia certas semelhanças com o segundo depoimento em torno da rotina escolar, tendo início ainda na chegada ao grupo escolar com a espera dos portões abrirem na calçada próxima a Igreja de São José, a separação dos alunos por filas para um melhor controle dos professores, destacando o horário do começo das aulas às 7 horas e finalização às 11:30. A proximidade com a Praça São José é percebida nos três depoimentos supracitados, especialmente nos jogos de futebol na quadra enquanto a aula não começava, a calçada que servia como uma forma de proteção e descanso até o portão se abrir e mais um dia de aula começar.

As memórias relacionadas a uma instituição escolar são construídas ainda percorrendo seus espaços que servem de orientação para a criação do seu cotidiano escolar, visto que nas salas de aula, no pátio, salas de professores são estabelecidas relações diversas entre alunos e professores e desses com os demais funcionários. Por vezes um espaço externo a instituição escolar também pode ser utilizada como gatilho de memória, a saber, a quadra da Praça São José da cidade de Timon que por ser próxima ao Grupo Escolar Urbano Santos servia de lazer aos jovens alunos que frequentavam suas salas de aula.

Para (Werle et al. 2007, p.154 e 155) caminhar pelos espaços da escola propicia a apropriação de sua topografia. Espaços interditos, espaços exclusivos são mapeados diferentemente pelos componentes da instituição escolar. Ao longo do tempo, tais relações com os espaços vão sendo reinventadas não apenas no plano da transgressão individual ou de grupo, mas pela própria instituição escolar, pelos novos projetos institucionais em decorrência das novas exigências de espaços e de reorganização administrativa.

O contato por meio do caminhar pelos espaços escolares nos diversos momentos da vida escolar de um aluno, ex-alunos, professor ou ex-professor contribuiu para a configuração e conservação de arquivo um pessoal de memórias, marcadas pelas diferentes relações mantidas com os espaços componentes da instituição já descritos na citação acima. Todas essas localidades mantem certas lembranças relevantes sobre o tempo escolar, as aprendizagens e culturas escolares, pois ao estabelecer contato com os diferentes elementos que compõem uma instituição escolar, os seus diferentes personagens que participaram de sua constituição constroem uma identidade vinculada a sua história.

Nesse sentido, os depoimentos orais dos ex-alunos do Grupo Escolar Urbano Santos abaixo descrevem a estrutura física da instituição no período de sua atividade como estudante. Um aspecto que ao longo da trajetória histórica de uma instituição escolar contem fatores relacionados ao diferentes momentos vivenciados na escola. Nisso, os depoimentos abaixo esclarecem as principais características estruturais da escola:

[...] a estrutura física eu lembro... Tinha o pátio. Era no meio dela. As salas eram assim... De lado. Era um quadrado... Digamos que de uns 40 metros de comprimento por 20 de largura no tempo e as salas ficavam na borda e o pátio era no meio, entendeu? As salas naquele tempo eu achava organizada. Cada sala tinha duas janelas. Só que o que eu achava ruim era o ventilador. Que tinha uns que funcionavam e outros que não funcionavam. (Paulo, p.2, 2022)

As carteiras eram compridas. Duas pessoas se sentavam. Não era individual. Eram duas. Mas, eram bem amplas as salas. Bem limpas. Quadro de giz. Que era o quadro negro e... Às vezes tinha ventilador. Tinha sala que tinha e tinha sala que não tinha. Não é tão moderno como hoje, né? (Dulce, p.4, 2022)

As salas eu me recordo o local. Tu sabe como era antigamente. Não tinha nem ar-condicionado. Era dois ventiladores encima rodando. Não eram forradas as salas. Eram de tetos normais mesmo. Era muito boa. A minha sala era tipo assim, não tinha muitos alunos. Era no máximo 20. Era desse jeito. (Antônio, 2022, p. 15)

No primeiro depoimento é possível perceber lembranças na presença de um pátio central, na qual eram realizadas atividades como, o canto do hino nacional, as quadrilhas, feiras culturais e outras festividades folclóricas, onde os alunos tinham o primeiro contato ao adentrarem a escola. As salas de aula segundo o entrevistado estavam localizadas na parte lateral do pátio, organizadas, relativamente amplas e com duas janelas, embora houvesse uma dificuldade enfrentada tanto por alunos quanto na administração da escola, a saber: os ventiladores que não funcionavam de maneira integral.

A sala de aula ampla é um das características não apenas dos grupos escolares, mas da maior parte das escolas públicas brasileiras, visto que o número de alunos que tais instituições atendiam era elevado, tendo que ser organizados em ambientes espaçosos para que o ensino e aprendizagem ocorressem de maneira satisfatória. As dificuldades destacadas nos depoimentos não são restritas ao grupo escolar, mas a maioria das instituições públicas escolares do Brasil, onde a existência de uma burocracia, materializada na criação de ofícios, memorandos e outra comunicação interna e externa evidencia a complexidade para serem obtidas verbas para a manutenção de serviços essenciais para o funcionamento das escolas, um ventilador, cadeiras e outras reformas.

O segundo depoimento corrobora informações das dificuldades do grupo escolar, tais como a existência de ventiladores, instrumentos indispensáveis numa sala de aula, principalmente no turno da tarde que não funcionavam ou até mesmo inexistiam. Contudo, no depoimento foi possível observar também que havia uma particularidade nas carteiras usadas pelos alunos que eram duplas, ou seja, para dois estudantes sentarem juntos. O segundo depoimento afirma ainda a questão da organização das salas, sua limpeza e a existência do quadro de giz, um elemento comum em todas as escolas da cidade de Timon a época, visto que a troca pelo quadro de pincel ocorreu gradativamente.

O terceiro depoimento traz considerações também sobre as salas de aula e sua simplicidade com a presença de ventiladores para afastar o calor, destacando a ausência de forros, mas mantendo o gosto pela sala de aula. O depoimento destaca ainda o número mínimo de aluno para a sala de 20 alunos, o que de certa forma tornava o ensino e aprendizagem organizados, especialmente em torno da educação primária no grupo escolar. O depoimento deixa claro que as salas, apesar das dificuldades em sua estrutura mantinham a

organização, contribuindo para seu reconhecimento como importante espaço de socialização da educação.

Desse modo, o grupo escolar não vivenciava apenas dificuldades, uma vez que nas palavras da segunda depoente mesmo com o funcionamento pouco satisfatório de instrumentos necessários a permanência na sala de aula, a limpeza, o zelo e organização por parte dos funcionários, professores e direção contribuíram para que o ensino acontecesse e que fosse aproveitado pelos alunos à medida que o ano letivo passava. Uma escola organizada, embora com obstáculos e desafios a serem superados, dia a dia no referido grupo escolar transcorria de maneira significativa e satisfatória e com a participação dos seus membros.

Os três depoimentos trazem conhecimentos relevantes sobre o Grupo Escolar Urbano Santos marcados por certas diferenças e semelhanças em torno da estrutura e organização das salas de aula e do pátio, esse usado para as diversas atividades realizadas pela instituição, com uma estrutura relativamente ampla que facilitava e contribuía na execução das práticas culturais existentes na escola, tanto como parte do cotidiano contínuo, como a formação de filas para o canto do hino ou aquelas em torno das comemorações pontuais, a quadrilha, as feiras culturais ou comemorações folclóricas:

A partir das documentações foi percebida também a realização de atividades voltadas para o estímulo a leitura e conseqüentemente a escrita dos alunos no grupo escolar. Um desses estímulos é manifestado num Projeto de Leitura de 1985 que foi proposto pela Secretaria Estadual de Educação em parceria com a Fundação de Assistente ao Estudante. O objetivo desse projeto estava em desenvolver o gosto pela leitura nos alunos da instituição, contribuindo no crescimento intelectual e na criatividade conforme evidencia a imagem abaixo no seu slogan de criação e divulgação.

Figura 15 – Projeto Sala de Leitura - 1985



Fonte: Arquivo Escolar

O ofício número 38/85 CEPG apresenta as informações iniciais sobre o Projeto Sala de Leitura a ser realizado no Grupo Escolar Urbano Santos, tais como a quantidade de 340 livros para a 1º a 4º series, a quantidade de escolas na capital, São Luís e nos demais municípios maranhenses beneficiados com tal projeto. As atividades do projeto para serem otimizadas receberia um espaço próprio, independente da instituição já possuir um local, no qual os alunos deveriam retirar os livros e lerem no ambiente que tiverem interesse. O referido ofício evidencia ainda a necessidade de treinamento de dois professores para atuar como tutores do projeto, escolhidos pela direção da escola e a existência de uma quantia a ser paga para um participante do próprio município de 35000 cruzados, mas que não descreve quantia para participante de outro município, o que permite compreender que seja a mesma quantia.

O Projeto de Leitura realizada no Grupo Escolar Urbano Santos, a principio apresentava o formato de uma biblioteca, ou seja, um espaço de leitura que deveria existir em todas as instituições escolares. O funcionamento da sala de leitura para ser efetivado precisaria do treinamento dos tutores, o que geraria certa ociosidade, uma vez que mesmo os alunos tendo um desejo de acessar os livros da sala não poderiam, pois segundo o ofício, o espaço só deveria ser organizado e dinamizado depois dos treinamentos daqueles que atuariam como tutores do projeto.

Desse modo, é importante a existência de uma biblioteca escolar efetiva e independente de um projeto de leitura específico como espaço destinado à possibilidade de conhecimento aos alunos de uma escola para estimular o aprendizado por meio dos acervos presentes no espaço e que devem tratar de diferentes temas de estudo, mas em conexão com as atividades escolares além da sala de aula para que haja um melhor aproveitamento conforme descreve o depoimento abaixo sobre a existência da biblioteca na instituição escolar pesquisada.

Tinha biblioteca. Era simples... Simples mesmo. A sala era pequena. Mas tinha um diferencial lá no meu tempo. Tinha sala de vídeo que levavam a gente para assistir filme. As vezes de acordo com o filme a gente fazia até prova e tinha auxiliar na biblioteca da escola. A dona Perpetua. (Paulo, p.2, 2022).

Tinha. A biblioteca, a gente ia lá uma vez com as professoras. Para fazer aquela pesquisa. Junto com elas, né? Só com os professores que a gente ia para lá. Assim, a importância do aluno ter uma biblioteca na escola. E para ele pesquisar, né? Aprimorar seus conhecimentos. Dentro da escola para melhorar o que o aluno aprende em sala de aula. (Maranhão, 2022, p. 7)

O depoimento acima esclarece que apesar da simplicidade da biblioteca do Grupo Escolar Urbano Santos havia a importância desse espaço, visto que no local eram realizadas aulas de vídeo, caso fosse planejada pelo professor de uma disciplina específica. Um fato que merece destaque é a biblioteca da instituição ser fundada recentemente, pois em depoimentos anteriores a década de 70 relacionados a essa pesquisa não havia uma biblioteca própria no grupo escolar, pois dos três depoimentos analisados acima apenas os dois primeiros destacaram a existência da biblioteca na instituição, com o primeiro entrevistado afirmando também que havia uma auxiliar para facilitar o seu acesso.

O segundo depoimento evidencia a existência e importância da biblioteca no Grupo Escolar Urbano Santos, como um fator de estímulo a aprendizagem dos alunos. Além de corroborar a informação do primeiro depoimento sobre as visitas e o uso da biblioteca para pesquisa pelos alunos da instituição escolar, mas com orientações dos professores. A depoente continua destacando que a biblioteca no grupo escolar permitia que os conhecimentos obtidos na sala de aula fossem desenvolvidos de forma satisfatória com as visitas a biblioteca de uma maneira orientada.

Vale ressaltar também o depoimento de um ex aluno do grupo escolar em torno do uso da biblioteca municipal de Timon, como fonte de ensino e aprendizagem por meio da realização de pesquisas em determinados momentos do ano letivo, como contribuição ao conhecimento da escola e ao ser questionado sobre como eram as visitas a referida biblioteca, o entrevistado afirmou:

Geralmente... Por exemplo. Tinha vez que ela marcava para a gente ir assim... No sábado. Não... “Trabalho dia tal.” Vamos supor que hoje é quinta. Ela dizia. “Gente trabalho é na próxima segunda.” Na próxima terça a gente formava o grupo. Um grupo de cinco. Acho que de cinco ou seis pessoas. “Vamos a biblioteca sábado.” Que pela manhã funcionava ainda... Para a gente pesquisar o tema tal. Ai a gente pesquisava e no dia do trabalho a gente estava com tudo feito. (Costa, 2022, p. 15)

O uso da biblioteca municipal de acordo com o entrevistado ocorria especialmente devido a não existência de uma biblioteca na instituição, o que demonstra certa contradição, já que nos dois depoimentos descritos no paragrafo anterior, a presença de uma biblioteca no grupo escolar era defendida. Nisso, o entrevistado descreve que havia um planejamento que iniciava no tipo de pesquisa solicitada pela professora da disciplina, com a formação de grupos de alunos para se dirigirem a biblioteca municipal, no sábado pela manhã e otimizar o estudo a partir da observação dos livros que traziam informações sobre o tema abordado e posteriormente, a apresentação do trabalho durante a aula.

O depoimento retorna a conexão que havia entre o grupo escolar com outras instituições da cidade de Timon, embora na maior parte das vezes seu uso fosse devido a inexistência de tais estruturas na escola, a exemplo, a biblioteca ao menos nas palavras de alguns dos entrevistados e uma quadra de esportes para que as práticas de educação física fossem realizadas. A utilização desses locais contribuiu para manter a concepção da importância dos espaços adjacentes a escola, adicionando valor e relevância a sua história e memória.

Ao continuar adentrando o dia a dia do grupo escolar pesquisado pode ser observado outros diferentes fatores que participaram da construção de sua cultura escolar, manifestado nas palavras dos ex-alunos e ex-funcionários que conviveram no decorrer de sua trajetória histórica conforme é percebido nos depoimentos que tratam da rotina da sala de aula propriamente dita.

Era aquela aluna comportada. Eu não gostava muito de conversar assim. Eu não gostava muito de ficar socializando com os colegas não... Devido a minha criação que procurava ir de casa para a escola. (Maranhão, 2022, p.7)

Tinha os livros e a gente encapava na época. Tinha cuidado com meus livros. Geralmente sentava na parte da frente ou na parte intermediária. E aí eu procurava prestar atenção. Mas naquela época era um pouco mais fechado o aprendizado. Minha rotina na sala era tranquila se certa forma... Não fazia bagunça. Procurava ver as explicações. (Ivan, 2022, p.11)

Na sala era dividido os horários. Cada um tinha seus horários. Igual atualmente. Aí tinha os dois primeiros horários. Aí era o recreio. No recreio a gente merendava. Ainda hoje me lembro. A merenda era arroz com sardinha... Feijão. As vezes tinha Nescau também. A merenda era variável, mas era muito boa a merenda lá. Tinha a cantina que a gente fazia fila para pega a merenda... Sempre era desse jeito. E eu estudei no período da manhã lá. (Antônio, 2022, 13.)

O primeiro depoimento justifica seu comportamento marcado pela ausência de socialização com outros colegas na sua criação rígida, na qual a mesma deveria apenas manter o caminho de casa para a escola. O comportamento da entrevistada construído a partir da influência de seus pais auxiliou na sua forma de viver a rotina escolar, criando uma cultura de conduta associada ao padrão de aceitação e observação das regras estabelecidas. O comportamento aceitável e condizente com as regras do grupo escolar torna-se responsável pela configuração inclusive dos tipos de alunos que frequentavam a instituição, girando em torno de indivíduos de uma conduta exemplar e outros de atitudes que precisavam ser disciplinadas.

O segundo depoimento traz informações de sua rotina de sala de aula por meio dos principais cuidados com os livros que recebia na instituição, encadernando para que não

estragassem rapidamente, uma atitude que condiz com a da primeira entrevistada em torno da aceitação das regras existente e mantidas pelo grupo escolar sobre organização do material. O comportamento adequado nas aulas é destacado tal como no primeiro depoimento, bem como a posição que o entrevistado procurava sentar para que a atenção nas aulas fosse mantida e o aprendizado satisfatório ocorresse, embora esse continue, ao destacar que as metodologias dos professores eram limitadas ao livro didático e quadro, ou seja, tradicional, mas dentro de suas possibilidades.

O terceiro depoimento evidencia conhecimentos sobre a organização dos horários para o funcionamento das aulas, a qual o entrevistado estava vinculado, onde os dois primeiros estavam destinados ao ensino e aprendizagem e o terceiro para o recreio. O entrevistado aborda no seu depoimento, o dia a dia durante o ritual da merenda escolar com a formação de filas e o tipo de lanche que era oferecido na instituição. Os detalhes presentes no terceiro depoimento destaca que a rotina dos alunos não estava restrita a sala de aula, mas a toda uma ritualização que encerrava na saída para que os alunos retornassem as suas respectivas residências.

Os depoimentos dos entrevistados à medida que foram analisados evidenciaram ainda atividades realizadas no decorrer do recreio pelos alunos, inclusive conflitos que surgiram por questões relacionados a diversão numa aula de educação física e alunos que gostavam de permanecer quietos em um determinado canto, evitando com isso um contato com outros alunos tal como pode ser esclarecido no depoimento a seguir *[.] no recreio eu ficava sentado. Quando levava dinheiro eu comprava lanche, mas tinha a merenda. Tinha a merenda escolar. A gente fazia fila nos corredores laterais para receber a merenda... Não tinha nada de anormal no recreio. As crianças brincavam no pátio. Faziam aquele grupinho (Ivan, 2022, p. 12)*

Os recreios mobilizam, tempos, espaços e saberes, além de ser articular com outros elementos relacionados à onda renovadora do ensino que incidiriam sobre o anseio de criar uma nova sensibilidade defensora da atividade, experiência e o trabalho como um meio ou como um fim da educação primária, (Meurer e Oliveira, 2016, p.1). Logo, o recreio ou atualmente, a nomenclatura de intervalo de uma escola é um dos aspectos de sua cultura escolar, na qual diferentes eventos são observados de maneira espontânea por parte dos alunos e de alguns de seus funcionários, materializado na configuração de uma realidade escolar única, pois a cada novo dia, o momento do recreio permite a construção e manutenção de novas relações.

O que se torna relevante a apresentação de outro fator importante na compreensão do dia a dia do grupo escolar pesquisado, a saber, a origem social dos alunos que frequentavam as salas de aula e outros espaços da instituição conforme podem ser observados nos depoimentos abaixo ao serem questionados sobre as diferenças sociais que percebiam ao longo de sua trajetória escolar:

Tinha de todas as classes. Naquele tempo não tinha diferença. Todo mundo era amigo. Todo mundo brincava. Não tinha... Nesse tempo os filhos do doutor José Firmino, Médico que estudava. Filhos de juízes. Tudo tinha. Mas não existiam diferenças entre os alunos não. (Dulce, 2022, p. 6.)

Não. Era pobre. Era rico. Mas tinha aqueles que tinha mais estrutura, né? Era mais bem vistos. Já aqueles da classe humilde. Não eram vistos. Então tinha sim as diferenças. (Maranhão, 2022, p.8)

Não havia diferenças sociais. Havia alunos de boa condição a começar pelo filho da diretora. Eles vieram do Augusto Batista que era uma escola particular. Então, a gente já notava que tinham uma condição melhor. Mas diferença não tinha. Tinha a mãe deles que de vez em quando chamava eles. Mas nunca presenciei uma diferença. Eu estudei com alunos de uma condição mais ou menos, mas nunca presenciei essa diferença. (Ivan, 2022, p. 11)

Os três depoimentos acima pertencentes à ex alunos que vivenciaram momentos diferentes no grupo escolar descrevem que não havia diferenças sociais entre os alunos, já que no ambiente da instituição nas palavras da primeira entrevistada havia filhos de juízes, médicos e grandes comerciantes ao lado de crianças que pertenciam a famílias não tão abastardas de Timon. No terceiro depoimento nota-se que tal aspecto é colocado no fato dos filhos da diretora estudar na mesma instituição, permitindo a criação de uma ideia de ausência de diferença de tratamento, com o entrevistado afirmando que apesar de conviver com alunos de uma origem social superior não ter presenciado abordagem diferenciadas no tratamento diário.

Vale ressaltar que mesmo com a defesa de não haver diferenças sociais perceptíveis com o filho do rico estudando junto com a prole do pobre, o segundo depoimento trouxe informações que demonstravam a existência de algum grau de diferenciação por parte dos funcionários para aqueles alunos que não vinham de uma família considerada elitizada ao revelar que tais estudantes não eram “vistos”, “notados” encerrando seu depoimento com a afirmação de que existiam distinções referentes a tratamentos.

A relativa ausência de diferenças sociais na origem dos alunos que eram matriculados na instituição escolar pesquisada pode ser explicada na influência urbana de criação dos grupos escolares em superação as escolas isoladas aliadas ao reduzido número de escolas

primárias nas imediações do centro da cidade de Timon e no contexto geral da própria cidade. A ideia de inovação, urbanização e necessidade do ensino primário evidenciava a procura de alunos de diversas origens sociais, embora houvesse também a saída de estudantes de famílias abastardas para escolas localizadas em Teresina devido a sua maior oportunidade de vagas escolares inclusive em estabelecimentos de ensino que funcionavam com o pagamento de mensalidades,

Os documentos analisados permitiram identificar transformações e permanência no Grupo Escolar Urbano Santos, e uma dessa foi a própria mudança de nomenclatura a partir da década de 70 com a ditadura militar conforme dita nos parágrafos anteriores extinguindo os grupos escolares e passando a usar os termos unidades escolares. A burocracia evidenciada nos documentos que foram acessados e analisados possibilitou perceber uma intensa comunicação entre a instituição e os órgãos legais de Timon e do próprio estado do Maranhão, bem como desafios enfrentados pelo grupo escolar e sua rotina de ensino e administrativa.

As fotografias foram inclusive uma forma de se promover os eventos relacionados a instituição escolar pesquisada e conhecer os personagens ou grupos que participavam ou participam dessas comemorações para que as diferenças, permanências e transformações ao longo do tempo possam ser percebidas de maneira satisfatória. Para Le Goff (2003), a fotografia revoluciona a memória, multiplicando e democratizando, fornecendo uma precisão e variedades visuais, permitindo conservar a memória do tempo e da revolução cronológica da História e da Memória, ou seja, as fotografias foram um auxílio na prática dos historiadores, mas sempre tendo que ser contextualizada com outras fontes.

O Grupo Escolar Urbano Santos desde sua criação em 1942 aos poucos foi consolidando sua importância na educação de Timon, como uma escola que transmitia o ensino e aprendizagem das primeiras letras, bem como principal polo de celebrações e por vezes uso político por parte de governantes timonenses. A documentação analisada permitiu um olhar ao cotidiano histórico do Grupo Escolar Urbano Santos e suas práticas culturais, dificuldades, superações e participações na sociedade de Timon. Partindo dessa perspectiva, os depoimentos abaixo trazem informações sobre a importância do grupo escolar para a educação pública da cidade de Timon:

Foi lá onde eu aprendi o básico. Aprendi ler direitinho. A escrever direitinho. Porque antes de eu ir para lá eu cheguei vamos dizer assim “Cru” Eu cheguei sem saber de muita coisa. E foi lá que eu aprendi a ler direitinho. Escrever direitinho. Saber onde bota ponto, acento. Então, lá foi o começo. Foi lá que eu dei meus primeiros passos. O começo foi lá. (Costa, 2022, p.16)

Ajudou na formação de muitas gerações. A relevância dele era indiscutível. Muitas pessoas de hoje a maioria estudaram lá. Era um colégio de muita tradição, na época. Era localizado no centro da cidade. E ai ele foi um dos pioneiros que eu acho. A relevância dele é indiscutível para a formação da população de Timon. Lá funcionava tudo de maneira organizada. Com as dificuldades que sempre tem. Mas, no geral tenho ótimas lembranças de lá. Me ajudou muito minha formação como pessoa. (Costa, 2022, p. 12)

Eu acho que não tinha nenhuma importância porque se tivesse não teria acabado com o Urbano Santos. Ai colocava a URE... O... Higinio Cunha colocou a UEMA e o Urbano Santos colocaram a URE. Eu achava que poderia ter feito um prédio para eles, não ter acabado, né? Eu acho que a URE queria ficar no Centro e como só tinha o prédio do Urbano Santos. Do estado só era aquele... Também não tinha tanto aluno como antes. (Cleia, 2022, p. 21)

O primeiro depoimento trás a importância do grupo escolar a partir de um viés particular, ou seja, na contribuição do seu aprendizado referente a leitura e escrita, visto que no depoimento, o entrevistado afirma que começou a trilhar os passos próprios de sua educação primária quando foi estudar na instituição. O segundo depoimento apresenta o grupo escolar na sua responsabilidade pelo ensino de diferentes gerações timonense, possibilitando a constituição de sua tradição na educação da cidade e a construção de uma memória baseada nas lembranças que tinha dos seus estudantes, professores e funcionários.

O segundo depoimento mantém a descrição da relevância do grupo escolar no seu funcionamento de maneira organizada por meio da trajetória de diretores e professores, mencionando ainda as dificuldades que em toda instituição pública se encontra. O depoimento encerra com o reconhecimento da participação da escola na sua formação como estudante e como pessoa, tal como a função de todas as instituições escolares, mas no caso do Grupo Escolar Urbano Santos seu espaço na memória do timonense foi construída considerando também a sua articulação com os elementos internos e externos que foram vinculados ao seu dia a dia escolar conforme visto nos parágrafos anteriores.

O terceiro depoimento apresenta uma conotação crítica ao declarar que para a cidade de Timon não houve importância em torno do Grupo Escolar Urbano Santos, usando como argumento a finalização das atividades da instituição, já que na concepção da entrevistada, uma escola que possui a qualidade de relevante para o ensino e aprendizagem de gerações haveria a defesa de sua continuidade como escola e não o seu fechamento, mesmo que para criar outras instituições legais ligadas ao governo, como a Unidade Regional de Educação (URE) e a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), acreditando existir outros locais para tais alocações o que não incluiria destruir o que já existe.

Desse modo, foi possível compreender por meio dessa pesquisa que as escolas não permanecem isentas de mudanças, uma vez que decorrer dos anos, a influência de projetos

institucionais, educacionais e políticos contribuem nas diferentes transformações que as instituições escolares vivenciam, inclusive o grupo escolar que serviu de base para esse estudo. Logo, uma escola passar por alterações ao longo de sua história, mudanças incentivadas, tanto por condições e agentes externos e por vezes internos da própria instituição, permitindo com que alguns personagens que tiveram contato anteriormente afirmar ser uma traição da memória mantida e preservada durante sua estadia como profissional ou aluno.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a história das instituições escolares brasileiras a partir de elementos de sua cultura escolar, materializada em diversos documentos, correspondências, fotografias, mobiliário escolar tem possibilitado diferentes conhecimentos em torno de sua organização estrutural, relações sociais estabelecidas ao longo de sua trajetória, seus espaços de decisão, as salas de aula, o pátio em que ocorria o recreio e demais cerimônias ao adentar o seu cotidiano escolar, permitindo a construção de sua identidade que gradativamente se constitua como única diante de outras instituições.

Estudar a história das instituições escolares é procurar compreender um universo em transformação, motivada por aspectos políticos, sociais, econômicos que influenciaram a educação brasileira ao longo do tempo. Ao observar e interpretar as fontes que foram criadas a partir do dia a dia vivenciado pelos componentes que atuam/atuaram no funcionamento de uma escola foi possível perceber de que maneira os fenômenos educacionais e culturais participam/participaram da formação da cultura escolar dessas instituições, bem como sua relevância adquirida para a cidade e população que foi criada e auxiliou no seu processo educacional.

E os grupos escolares, como instituições escolares de ensino primário no Brasil foram criados sob a orientação do novo ideal republicano de modernidade e inovação, além da racionalidade, elementos que deveriam substituir os modelos educacionais heranças do Império num país que deveria emergir sobre as bandeiras do progresso republicano. Os grupos escolares inspirados nas escolas graduadas da Europa inauguravam uma nova maneira de ensino que influenciou a formação de diversas instituições escolares brasileiras, tais como: turmas com alunos de mesma faixa etária, professores normalistas para cada turma e a figura do diretor.

Nascido com um modelo arquitetônico orientado pela opulência e exuberância em São Paulo em 1893 e expandidos para o interior do país, criando gradativamente uma cultura escolar que possibilitou sua especificação diante de outras escolas, os grupos escolares foram constituindo como os pilares de como deveria ser uma nação moderna. Contudo, ao longo do tempo foram modificando sua estrutura organizacional por força de novas diretrizes que exigiam simplicidade e a verdadeira racionalidade ou mesmo por falta de recursos destinados ao seu funcionamento, especificamente por parte daquelas localidades do interior ou em cidade pequenas.

No Maranhão, os grupos escolares foram criados em 1903 pela Lei nº. 323 de 26 de março de 1903 e regulamentados em 1904, pelo decreto nº 36, de 1º de julho, na busca de inserir o esse estado no desenvolvimento proposto pelo ideal republicano de civilização e progresso, que na perspectiva de seus criadores seria alcançado apenas pela educação, superando o analfabetismo que assolava a população humilde maranhense. E a partir de 1906 foram expandidos para o interior do estado com a criação de grupo escolar nas cidades de Rosário e São Bento, pelo Decreto n. 59 de 26 de fev. de 1906.

O Grupo Escolar Urbano Santos foi implantado em 1942, segundo informações disponíveis no Diário Oficial do Maranhão ano XXXVII nº 76, de 15 de Abril de 1942, no bairro Centro, em Timon-MA já na segunda fase dos grupos escolares que começou no ano de 1918, contando com uma arquitetura simples e com um ensino constituído por professoras normalistas para atender as crianças no ensino primário. O Grupo Escolar Urbano Santos, dada a sua importância como primeiro grupo escolar da cidade estava inserida nos diferentes eventos que ocorriam em Timon conforme foi evidenciado nas fontes analisadas no decorrer da dissertação

Esse grupo escolar no decorrer de sua trajetória histórica contribuiu para a formação dos estudantes de Timon que necessitavam de uma educação primaria, especialmente da leitura, escrita e matemática. O cantar do hino nacional, as festividades, desfiles e feiras culturais, como parte do cotidiano do grupo escolar foram responsáveis ao lado das avaliações, matrizes curriculares, das relações humanas estabelecidas pela criação de um cotidiano voltado para a cidade de Timon e sua comunidade. As fontes orais e documentais analisadas sobre o grupo escolar permitiram compreender seu legado na formação primaria pública timonense e dos seus alunos até a finalização de suas atividades devido a diminuição de aluno com ao aumento da malha escolar de Timon.

O Grupo Escolar Urbano Santos não permaneceu intocável pelas nuances do tempo, pois num recorte de 62 anos ocorreram diferentes alterações tanto nas estruturas físicas da instituição, como na mentalidade dos personagens internos e externos que estavam envolvidos na sua constituição, seu funcionamento e consolidação de representação de educação pública no Brasil e especificamente em Timon. Tal grupo escolar vivenciou momentos austeros com sua importância atraindo a atenção de personalidades politicas e da população timonense, de realizações de cerimoniais de relevância nacional e regional, mas que aos poucos foi sendo tragado pelas novas conjunturas sociais e educacionais, na qual essa escola pouco a pouco foi deixando de ter um lugar.

A pesquisa sobre a história e memória do Grupo Escolar Urbano Santos no decorrer de sua materialização na escrita dessa dissertação permitiu reconhecer a necessidade de manter estudos sobre a história das instituições escolares que auxiliaram no desenvolvimento educacional de Timon para que sua memória não seja perdida no turbilhão de mudanças vivenciadas pela cidade, sociedade e educação. O Grupo Escolar Urbano Santos ao longo do tempo foi construindo sua identidade e aceitação de Timon, tornando possível e recomendável que novos pesquisadores em história das instituições escolares mantenham estudos relacionadas a cultura escolar do referido grupo escolar que mesmo tendo deixado de existir continua nas lembranças de Timon.

7. REFERENCIAS

ANTÔNIO, Entrevista V. [dez. 2022] Entrevistador: Francisco Alex da Silva Matos. Timon, 2022

ADORNO, Thais Lira França, MIGUEL, Maria E.B. **A metodologia de Pestalozzi e o ideário da Escola Nova: História e Filosofia da Educação.** Acta Sci. Educ., v. 42, e48511, 2020;

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

_____. **Ouvir e contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALESSANDRO, Portelli. **História como arte da escuta.** São Paulo. Letra e Voz, 2016

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In. PINSKY, Bassanezi Carla, BACELLAR, Carlos, GRESPAN. G, NAPOLITANO. M, JANNOTTI, M.L, FUNARI, P.P, LUCA, Tania. R, BORGES, V.P. ALBERTI, Verena. **Fontes históricas.** Editora Contexto, 2005.

BARROS, José D' Assunção. **A expansão da história.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

_____. **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: uma síntese metodológica.** Revista Portuguesa de História – t. LII (2021) – p. 421-443

BARROS, Gilda Naécia Maciel de. A Constituição dos lacedemônios – seu valor heurístico para a iniciação na leitura de textos antigos. IN: COSTA, Celio Juvenal, MELO, José. J.P. FABIANO, Luís, H. **Fontes e Métodos em História da Educação.** Dourados, MS : Ed.UFGD, 2010. 350p.

BENCOSTTA, Marcos Levi Albino. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, Camara, HELENA, Maria, STEPHANOU, Maria **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** Petrópolis. Rio de Janeiro, 2005

BOTH, Sergio José. **Os Grupos Escolares: uma escola primária no período republicano no Brasil.** V Forum de Educação e Diversidade: inovação tecnológica e integração latino americana, 2012.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Memória e Sociedade, 1985;

CHALOPA, Rosa Fátima de Sousa. **A Contribuição dos Estudos sobre Grupos Escolares para a Historiografia da Educação brasileira: reflexões para debate.** Rev. Bras. Hist. Educ., 19, e063 2019

FERRO, M.A.B, SOUSA, L.L; NASCIMENTO F.A.S (Orgs.) **História da Educação: novos olhares, velhas questões:** EDUFPI, 2009;

FILHO, Luciano Mendes de Faria, VIDAL, Diana Goncalves. **Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola Primária no Brasil.** Mai/Jun/Jul/Ago 2000 N° 14;

FRAZÃO, Maria das Dores Cardoso. **Memórias de Diretoras: práticas administrativas no cotidiano dos grupos escolares do Maranhão (1960-1970).** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

FACEBOOK. **Timon do passado.** Primeira Eucaristia dos alunos do Grupo Escolar Urbano Santos 1964 na Igreja de São José, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=3497095183677143&set=g.695025544763127>. Acesso em: 24 fev. 2021;

_____ **Timon do passado. Desfile da Independência do Grupo Escolar Urbano Santos.** Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3466601600054811&set=gm.706444053621276>. Acesso em: 20/10/2022.

_____ **Timon do passado. Colação de Grau Unidade Escolar Urbano Santos de 1979.** Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4622243237850728&set=gm.707742480158100>. Acesso em: 20/10/2022

_____ **Timon do passado. Desfile do 7 de setembro. Disponível em:** <https://www.facebook.com/photo/?fbid=4316242235059246&set=gm.744220446510303>. Acesso em: 20/10/2020.

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em historia da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas: Autores Associados; Uberlândia/MG: EDUFU, 2002. p. 3-24.

GONÇALES, Antônio, FILHO, Luciano M. de Faria. História das culturas e das práticas escolares. In. SOUSA, Rosa de Fatima, VALDEMARIN, Vera Teresa. **A cultura escola em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.** Autores associados, 2004;

IVAN, Entrevista IV. [dez. 2022] Entrevistador: Francisco Alex da Silva Matos. Timon, 2022

JORNAL DA USP. **Fernando de Azevedo e a defesa da educação para todos, 2019.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/fernando-de-azevedo-e-a-defesa-da-educacao-para-todos/>. Acesso em: 19/08/2022

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº1, p. 9- 43, Jan./Jun. 2001.

LE GOFF, Jacques (org). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. São Paulo: Ática, 2010.

MAGALHÃES, J. P. de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SAVIANI, D. LOMBARDI, J.C. e SANFELICE, J.L. (Orgs.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, S.P: Autores Associados, 1999.

_____. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, 2004

_____. História das Instituições Educacionais em Perspectiva. In: JUNIOR, Décio, Gatti, FILHO, Geraldo Inácio (org). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas – São Paulo, 2005

MARANHÃO, Entrevista III. [dez. 2022] Entrevistador: Francisco Alex da Silva Matos. Timon, 2022.

MARANHÃO, Diário Oficial ano XXXVII n° 76 de 15 de abril de 1942.

MARANHÃO, Relatório do Interventor do Maranhão, 1943;

MARANHÃO, Jornal Correio de Timon. Ano I — Timon, Maranhão, 19 de Fevereiro de 1956 — N.º 1

MARANHAO, Lei Municipal n° 315 de 13 de outubro de 1966, que cria a Secretaria de Educação e Cultura do Município de Timon... [s.l:s.n], 1966

MARANHÃO, VI Recenseamento geral do Brasil 1950. **Conselho Nacional de Estatística-Serviço Nacional de Recenseamento. Serie Regional. Volume XII, Tomo**

MARANHÃO, Secretaria Estadual de Educação/Coordenadoria de 1º Grau - Ofício Circular 008-1987-DOE/MARANHÃO

MARANHÃO, Decreto N° 38 de 19 de junho de 1904. **Regimento Interno dos Grupos Escolares na capital São Luís**. Coleção Decretos do Maranhão 1904

MARANHÃO, Decreto Lei N° 1462 de 31 de Dezembro de 1946. Coleção de decretos do Maranhão, 1946

MARANHÃO, Decreto N° 916 de 30 de maio de 1953. Coleção de decretos do Maranhão, 1953

MARANHÃO, Jornal Correio de Timon. **Grupo Escolar Urbano Santos**, 1957

MARIA, Entrevista VI. [dez. 2022] Entrevistador: Francisco Alex da Silva Matos. Timon, 2022;

- MEDEIROS, R. H. A. **Arquivos escolares**: breve introdução a seu conhecimento
In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 3., Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003;
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **Decifrando o recado do nome**: uma escola em busca de sua identidade pedagógica. R. bras. Est. pedag., Brasília, v.74, n.178, p.619-638, set./dez. 1993 ;
- MONACO, Rosa Maria Garcia; COCKELL, Marcela. **O Material Didático Impresso do Projeto Minerva – Curso Supletivo de 1º grau – fase II (1973-1979)**: a dialética das representações na produção das práticas sociais e culturais. XIX Encontro de História da ANPUH. História do Futuro: ensino, pesquisa e divulgação científica. Setembro de 2020
- MOTTA, Diomar das Graças. A emergência dos Grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercados das letras, 2006;
- PAULO, Entrevista I [dez. 2022] Entrevistador: Francisco Alex da Silva Matos. Timon, 2022
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Grupos Escolares, “Escolas de Verdade?”** Estudo comparativo a partir da Cultura Educacional, artigo apresentado no VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2010.
- PINTO, Maria Nubia Bonfim. **Do Velho ao Novo**: política e educação no Maranhão. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas Instituto de Estudos Avançados em Educação Departamento de Administração de Sistemas Educacionais 1982
- PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016
- REMER, Maísa Milènne Zahur; STENTZLER, Marcia Marlene. **Método Intuitivo**: Rui Barbosa e a preparação para a vida completa por meio da educação integral. IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia 26 a 29 de outubro de 2009
- RODRIGUES, Margarita Victória. Pesquisa Histórica: o trabalho com fontes documentais. IN: COSTA, Celio Juvenal, MELO, José. J.P. FABIANO, Luís, H. **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados, MS : Ed.UFGD, 2010. 350p.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História oral como desoutridade**: um reflexão a partir do encontro com mulheres transexuais e travestis. IN: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira,
- SANTHIAGO, Ricardo. **História oral como experiência**: reflexões metodológicas a partir de práticas de pesquisa. Cancioneiro. Teresina, 2021
- SANFELICE, Jose Luís. **História, Instituições Escolares e Gestores Educacionais**. Revista HISTEDBR, Campinas, n. especial, p.20–27, ago. 2006..
- SOUSA, Maria Alice Campos de. Registro pessoal do Centro de Ensino Jacira de Oliveira e Silva.[s.l.: s.n.], 2011.

SARAT, Magda, SANTOS, Reinaldo dos. História oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. IN: COSTA, Celio Juvenal, MELO, José. J.P. FABIANO, Luís, H. **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados, MS : Ed.UFGD, 2010. 350p.

SERRA, Entrevista II. [nov. 2022] Entrevistador: Francisco Alex da Silva Matos. Timon, 2022

SILVA, Diana Rocha da; CASTRO, Cesar Augusto. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 284-308, jan./abr. 2016.

SILVA, Maiara I. Alves; SILVA, Tiago R. Da; COSTA, Odaleia. A. Entre Educação, religião e civismo: o cotidiano no Grupo Escolar Padre Delfino (1958-1989) In: SIVA, Tiago R; CASTRO, Odaleia Alves da. **História do Ensino Primário e Secundário de Timon (1950-1986)**: instituições e práticas educativas. Editora Garcia, 2020

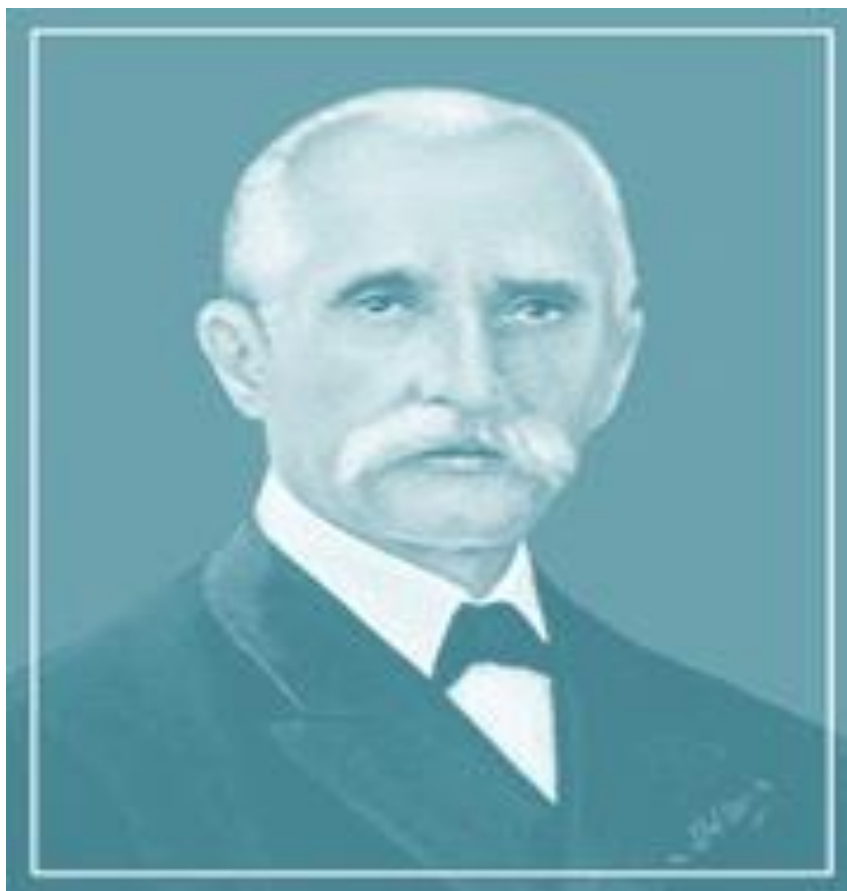
SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SHUELLER, Alessandra Frota Martinez, MAGALDI, Ana Maria. B.M. **Educação Escolar na Primeira República**: memória, história e perspectivas de pesquisa, 2008

WERLE, Flávia Obina Correa: Espaço Escolar e História das Instituições Escolares. **Dialogo Educacional**, Curitiba, v.7, n.22, p. 147-163, 2007.

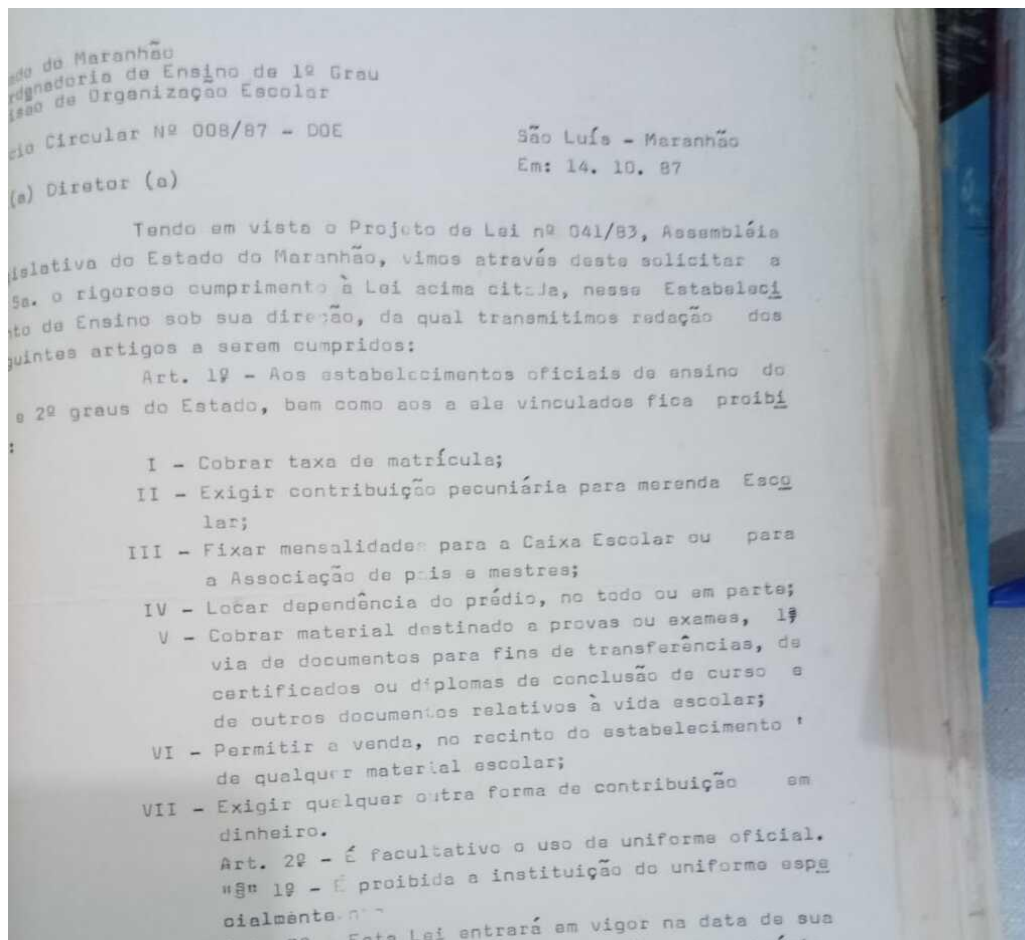
ANEXOS

Figura 16 – Urbano Santos (1922)



Fonte: Câmara Legislativa

Figura 17 – Aviso Externo G.E Urbano Santos



Fonte: Arquivo Escolar

Figura 18 – Resultado das Provas – G.E Urbano Santos 1970

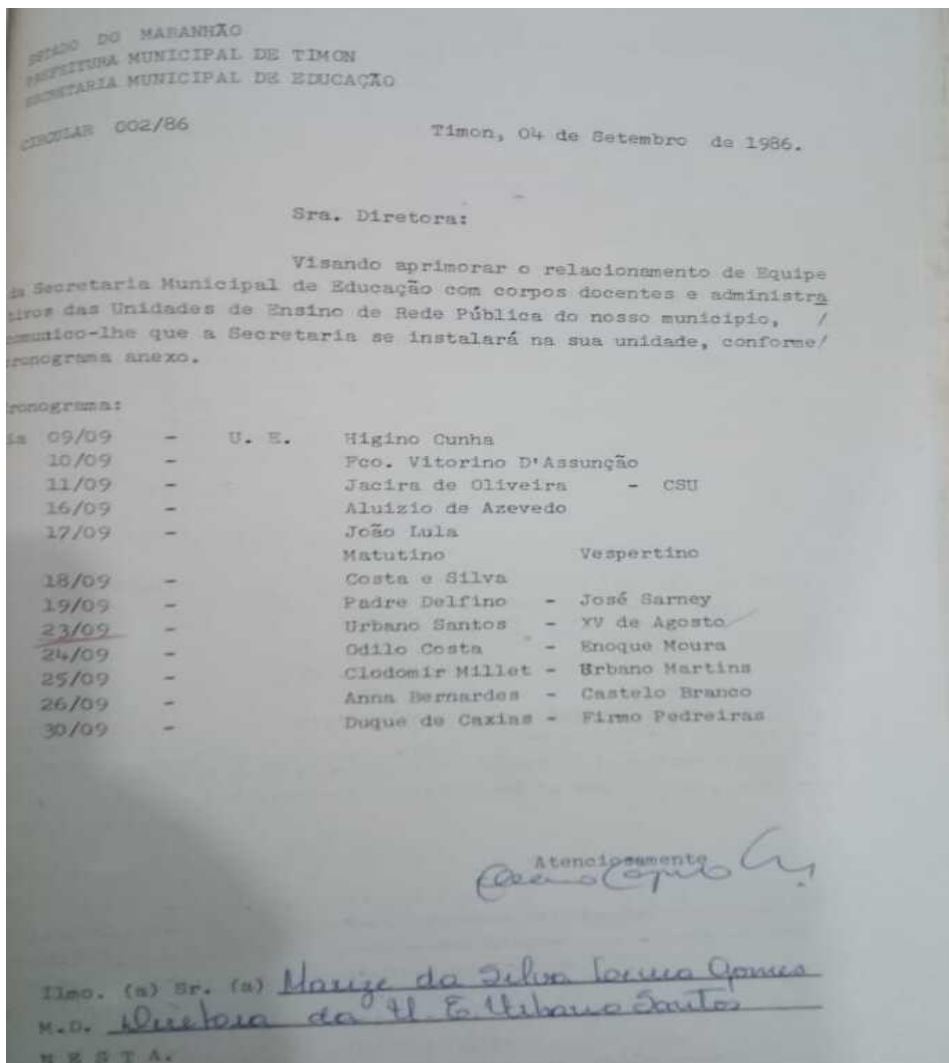
Resultado das provas finais
 novembro - 1970
 5º ano
 G. E. "Urbano Santos"
 respectivo
 1970

Rank	Nome	Provas				Total
		Português	Matemática	Ciências	História	
1	Francisco das Chagas da Silva	65	10	10	10	95
2	Joel Gomes de Araujo	9	9	10	10	38
3	Gaspar Ferreira da Silva	95	9	6	7	117
4	Carlos Alberto Martins Bunge	9	9	7	7	32
5	Almir Garcia Monteiro	-	5	10	8	23
6	Reginaldo Jose da Silva	4	95	8	75	182
7	Jose Mano da Silva Leite	9	9	9	5	32
8	Jose Carlos Lacerda Lima	5	6	10	8	29
9	Francisco das Chagas Fernandes	3	8	6	8	25
10	Reides Medeiros de Aguiar	25	6	8	7	46
11	Jose Rubamar Lopes da Silva	2	75	5	4	86
12	Carlos Ribeiro da Silva	2	9	35	55	101
13	Alcides Baptista de Sousa	-	45	25	35	105
14	Louis Gonzaga Santos Silva	2	6	5	2	15
15	João Francisco Pereira Silva	1	65	3	2	71

Limón, 30 de Junho de 1970
 Conceição de Maria Lima Nunes
 Professora
 Maria da Silva
 Diretora

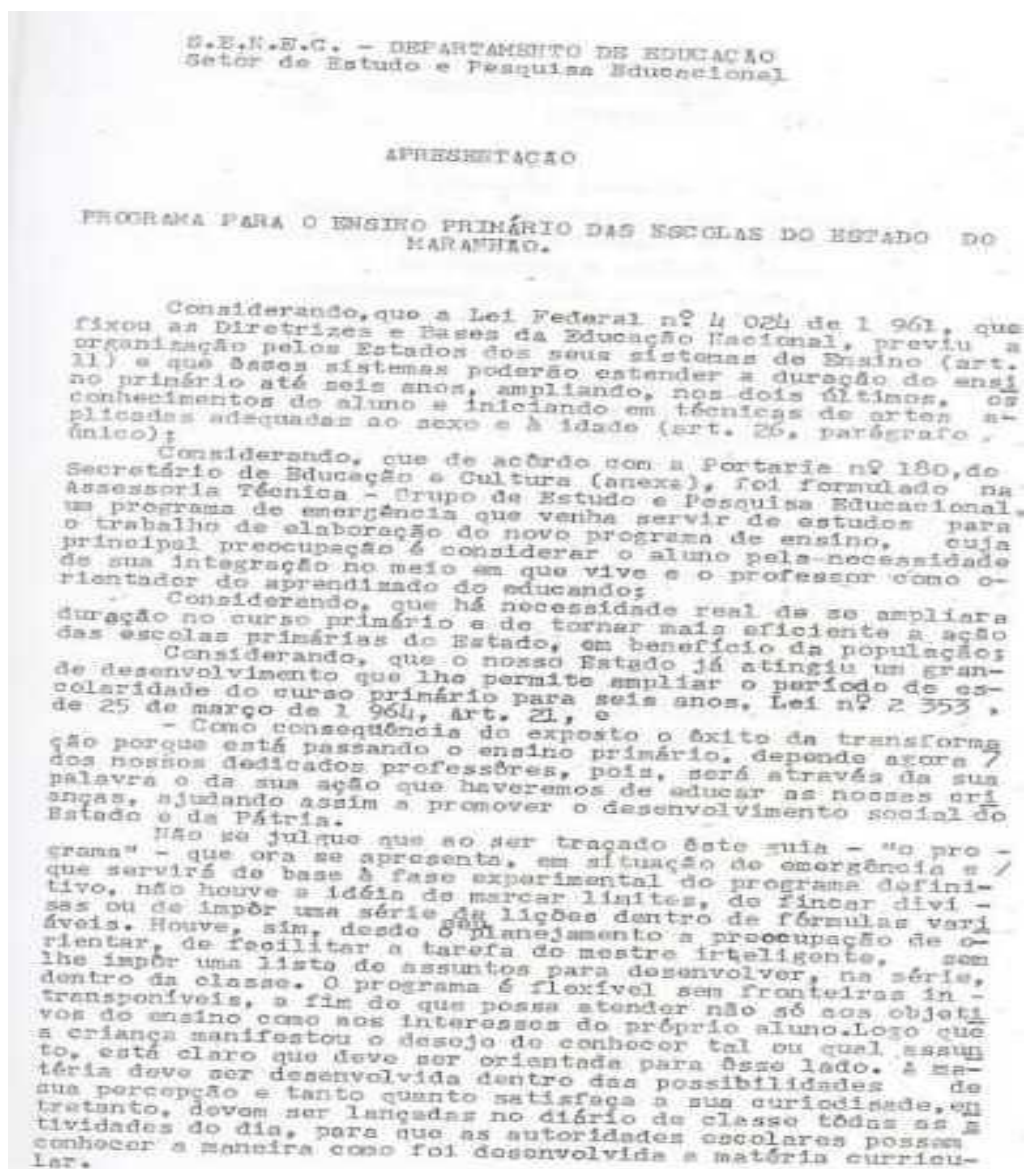
Fonte: Arquivo Escolar

Figura 19 – Aviso de Instalação da Secretaria Municipal de Educação



Fonte: Arquivo Escolar

Figura 20 – Programa para o Ensino Primário para as escolas do Maranhão



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Benedito Leite Maranhão